

***Circo, lazer e esporte:
políticas públicas em jogo***



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE – FURG

Reitor

JOÃO CARLOS BRAHM COUSIN

Vice-Reitor

ERNESTO CASARES PINTO

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

RITA PATTA RACHE

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Pró-Reitor de Infraestrutura

GUILHERME LUNARDI

Pró-Reitora de Graduação

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

DARLENE TORRADA PEREIRA

Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

CLAUDIO PAZ DE LIMA

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

DANILO GIROLDO

José Francisco Baroni Silveira
Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
Méri Rosane Santos da Silva
(ORGANIZADORES)

***Circo, lazer e esporte:
políticas públicas em jogo***



RIO GRANDE
2011

© de José Francisco Baroni Silveira; Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer; Méri Rosane Santos da Silva

2011

Capa: Agatha Idalgo Bender Ludwig

Luis Eduardo Nunes Oleiro

Revisão: Josiane Vian Domingues

Diagramação: João Balansin

Gilmar Torchelsen

C578 Circo, lazer e esporte : políticas públicas em
jogo / José Francisco Baroni Silveira, Luiz Felipe
Alcantara Hecktheuer, Méri Rosane Santos da
Silva (organizadores). - Rio Grande : Universidade
Federal do Rio Grande, 2011. -

146p.

ISBN 978-85-7566-178-9

1. Políticas públicas. 2. Circo. 3. Lazer. 4.
Esporte. 5. Cultura corporal. 6. atividades
circenses. 7. Ensino. 8. Educação física. I. Silveira,
José Francisco Baroni. II. Hecktheuer, Luiz Felipe
Alcantara. III. Silva, Méri Rosane Santos da. IV.
Título.

CDU 796

Catálogo na fonte: Bibliotecária Alessandra de Lemos CRB 10-1530

APRESENTAÇÃO

O livro *Circo, lazer e esporte: políticas públicas em jogo* é o resultado de uma série de investigações de temáticas da cultura corporal, reunidas em torno do Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal (OCUCO), da Universidade Federal do Rio Grande (RS) – FURG, que, no ano de 2008, desenvolveu três pesquisas financiadas pelo Ministério do Esporte, através da Rede CEDES, assim denominadas: Políticas Públicas de Esporte: transitando pelos programas; Na fresta da lona – o circo em Rio Grande; e, Os Jogos Escolares na cidade.

Além de produzir conhecimentos relacionados à cultura corporal, estas investigações buscaram consolidar o OCUCO como um espaço de pesquisa, compilação, análise e divulgação de informações sobre Políticas Públicas nas áreas do Esporte, das Atividades Corporais Expressivas e da Educação Física e tal empreendimento visa fomentar o interesse pelo estudo das políticas públicas em pesquisadores e gestores nas áreas focais do observatório, incentivando a execução de novas propostas de políticas públicas nas referidas áreas. Agregado a estas iniciativas, o OCUCO procura interligar-se, por meio da Rede CEDES, a centros de documentação e informação esportiva já consolidados no país.

Para ampliar o espectro de análise sobre a cultura corporal, além dos textos relacionados aos processos investigativos desenvolvidos pelos pesquisadores do OCUCO, convidamos outros estudiosos que desenvolvem trabalhos conectados ao circo, ao lazer e ao esporte. Neste sentido, solicitamos a contribuição de Clebe Onor de Barros Neves, Erminia Silva e Rose Méri Santos da Silva, mais especificamente para apresentarem os seus trabalhos relacionados, respectivamente, às atividades circenses, ao financiamento do esporte e ao debate sobre a vulnerabilidade social.

Assim, este livro está constituído por seis trabalhos, cuja primeira contribuição é intitulada *Saberes circenses: ensino/aprendizagem em*

movimento e transformações, de Ermínia Silva, que, a partir de sua experiência como pesquisadora da história do circo, retoma os relatos dos artistas circenses, produzidos no “interior do mundo da lona”, para analisar como se dá o processo de ensino/aprendizagem das práticas corporais circenses. Para tanto, a autora constata que o intercâmbio e a circulação dos grupos de circo permitiu conhecer a movimentação daqueles artistas e o que realizavam, em termos de saberes e conhecimentos que eram produzidos e permutados entre aqueles que viviam nestes espaços. Ermínia Silva recorre a produção de pesquisadores, memorialistas e historiadores do circo, de países latino-americanos e do Brasil, para, através dos registros encontrados, descrever os modos de educação permanente, típico da tradição da teatralidade do circo-família, em que todos os artistas se comprometem com todo o processo de produção do espetáculo circense. Além disso, a autora observa um aumento significativo dos estudos relacionados à temática circense nos espaços acadêmicos, especialmente nas faculdades de teatro e educação física.

O estudo denominado *Na fresta da lona: o circo em Rio Grande*, foi desenvolvido por Diego Pinto Santos e José Francisco Baroni Silveira, com a finalidade de analisar o significado e/ou a contribuição das políticas públicas em circo desenvolvidas e assumidas no município do Rio Grande (RS). Para tanto, os autores realizaram, uma revisão bibliográfica e investigação documental e, a partir da coleta de dados e informações sobre as práticas corporais circenses, definiram como foco central deste estudo a temática de proibição de animais em espetáculos circenses. A partir destas análises, os autores constatam que um dos mais duros golpes de dificuldade ao Circo Tradicional foi a proibição dos animais em seus espetáculos, inviabilizando a circulação de lonas circenses e seus espetáculos nas cidades e fazendo com que a idéia de circo fique embalada nos sentimentos nostálgicos dos indivíduos.

A seguir é apresentada a análise intitulada *Construindo uma política e um sistema municipal de esporte e lazer no município do Rio Grande*, engendrada por Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer, que busca destacar as implicações quase inevitáveis entre: a ausência de políticas públicas para a área na cidade do Rio Grande-RS; o momento que vivemos no cenário nacional desde a criação do Ministério do Esporte e da realização das Conferências Nacionais do Esporte; e o movimento que se estabelece através do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL-

RG), no sentido de alavancar a discussão sobre a organização e desenvolvimento do esporte na cidade. Pode-se dizer que esta discussão é fruto da constatação de que a única política sistematizada de esporte na cidade são os “jogos escolares”, mesmo que levemos em consideração alguns “projetos” em funcionamento. Além disso, consideramos que a ausência de uma política e de um sistema municipal de esporte e lazer pode, em certo sentido, se constituir na política vigente. Assim, o texto trabalha algumas considerações que visam alimentar esta discussão.

Já o texto: *A produção da vulnerabilidade social e as políticas públicas de esporte*, de Rose Méri Santos da Silva, problematiza a produção de sujeitos em vulnerabilidade social, assim como o estabelecimento de políticas públicas de esporte voltadas a essa parcela da população, produzidas como efeitos de regularidades discursivas, que tem na condição do risco, tanto no âmbito individual quanto das populações, um dos mecanismos causais e propulsores de tais práticas governamentais. Para cumprir tal tarefa, a autora lança mão das ferramentas teóricas foucaultianas e toma o discurso como uma prática social, que ao classificar, nomear e narrar determinados indivíduos, passa a produzir saberes e poderes distintos. Assim, Rose Méri Santos da Silva compreende que os sujeitos são constituídos a partir das diferentes formas que se posicionam em relação aos discursos exercidos e dos efeitos produzidos por eles.

O trabalho *O esporte como Política Pública Focal e o impacto na cidade do Rio Grande (RS)*, de Fernanda Wanzeller Neves e Méri Rosane Santos da Silva, propõem-se a identificar e examinar de forma minuciosa as políticas públicas relacionadas ao esporte na cidade do Rio Grande (RS), especificamente, a implantação dos projetos de iniciativa do governo federal. Para atender a este objetivo, este trabalho utilizou as ferramentas da pesquisa exploratória, através do levantamento e análise dos documentos e dos processos de implementação dos projetos, bem como da identificação daqueles projetos de esporte propostos pelo governo federal que não são desenvolvidos na cidade. Constatou-se que nenhuma entidade riograndina desenvolve atividade que seja enquadrado dentro do programa “Projetos Esportivos Sociais”. Verificou-se também que dentro dos projetos desenvolvidos na cidade, encontramos os programas denominados Segundo Tempo – sob responsabilidade do SESC – e o Xadrez nas Escolas, em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Ensino. Na análise preliminar foi possível

identificar situações bastante variadas e relações complexas no que se refere ao trato das políticas públicas esportivas na cidade, o que gera necessidade de novos estudos e debates sobre o tema.

Para completar, este livro traz a investigação desenvolvida por Clebe Onor de Barros Neves e Méri Rosane Santos da Silva, intitulada *O Financiamento do Esporte pelo Governo Federal*, cujo objetivo é analisar a distribuição orçamentária no ano fiscal de 2007, por programas do Ministério do Esporte, tendo como foco o estudo da equivalência entre as verbas destinadas ao esporte de alto rendimento e ao esporte social. Para a sua produção foi utilizado como referencial teórico o esporte moderno, as políticas públicas de esporte e seu financiamento pelo governo federal. A elaboração do trabalho deu-se através de um estudo minucioso das despesas do Ministério do Esporte, através do site Portal da Transparência, fazendo uma verificação do que foi gasto com esporte de alto rendimento e com esporte social, em que se constatou uma ampla diferença em favor do esporte de alto rendimento. As políticas públicas de financiamento do esporte são geridas pelo Ministério do Esporte e definem qual a demanda social será atendida na área esportiva pelo governo federal. O tema de políticas públicas especialmente de esportes tem ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente devido ao fato que o Brasil sediou os Jogos Pan-Americanos no ano de 2007 e deverá realizar a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016.

José Francisco Baroni Silveira
Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer
Méri Rosane Santos da Silva
(ORGANIZADORES)

SUMÁRIO

Apresentação	5
Saberes circenses: ensino/aprendizagem em movimento e transformações	11
<i>Erminia Silva</i>	
Na fresta da lona: o circo em Rio Grande	43
<i>Diego Pinto Santos</i> <i>José Francisco Baroni Silveira</i>	
Construindo uma política e um sistema municipal de esporte e lazer no município do Rio Grande	65
<i>Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer</i>	
A produção da vulnerabilidade social e as política públicas de esporte	77
<i>Rose Méri Santos da Silva</i>	
O esporte como Política Pública Focal e o impacto na cidade do Rio Grande (RS)	97
<i>Fernanda Wanzeller Neves</i> <i>Méri Rosane Santos da Silva</i>	
O Financiamento do Esporte pelo Governo Federal em 2007.....	115
<i>Clebe Onor de Barros Neves</i> <i>Méri Rosane Santos da Silva</i>	
Autores	145

SABERES CIRCENSES: ENSINO/APRENDIZAGEM EM MOVIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES ¹

Erminia Silva

Para que uma arte sobreviva ela necessita fazer escola.
Fratellini, 1988

Um dos pontos mais interessantes que percebididos, enquanto pesquisadora da história do circo era o relato dos circenses sobre as suas aprendizagens para se tornarem artistas, no final do século XIX até mais ou menos a década de 1950. Aquelas, adquiridas no interior do mundo da lona, transformavam esse espaço artístico, em uma **escola única e permanente**, que formava e qualificava seus trabalhadores ética e profissionalmente.

A qualificação necessária era adquirida a partir do aprendizado com diversos mestres e realizada *in loco*. Os fundamentos pedagógicos de formação concretizavam-se através da transmissão oral dos saberes; característica presente no modo de formação e capacitação profissional entre os trabalhadores em geral do final do século XVIII, período no qual é identificada a constituição de homens, mulheres e crianças artistas enquanto profissionais do circo.

Desde 1770, da fusão dos diversos artistas saltimbancos das ruas e praças, dos diferentes tipos de teatros existentes, junto com cavaleiros egressos das fileiras militares que havia se tornado exímios artistas

¹ Esse capítulo foi produzido a partir de trabalhos por mim escritos: dissertação de mestrado – *O circo: suas artes e seus saberes. O circo no Brasil do final do Século XIX a meados do XX*. Campinas: Unicamp, 2006; tese de doutorado que se transformou no livro: *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Editora Altana, 2007. Mas, é importante assinalar que algumas análises são devedoras dos espaços coletivos de debates dos quais venho participando, em especial, aquelas que fazem referências às Escolas de Circo e Circo Social, bem como à Asfáci – Associação de Famílias e Artistas Circenses.

equêstres, foi-se constituindo um grupo artístico denominado circense.

Vários grupos de artistas, que conformaram a categoria circense na Europa, saíram rumo a outros continentes, construindo diversos tipos de arquiteturas e de espetáculos, sempre em sintonia com as culturas onde se estabeleciam, fosse um país, um estado, uma cidade ou um bairro.

Os artistas circenses que migraram no final do século XVIII e durante quase todo o XIX, para a América Latina, percorreram vários países antes de passar a viver como nômades preferencialmente em um deles. E mesmo quando isto ocorria, as turnês eram freqüentes, possibilitando trocas de experiências. Rio de Janeiro e Buenos Aires eram as principais cidades do período a receber constantemente trupes estrangeiras. Entretanto, cidades como Porto Alegre, São Paulo, Montevidéu, Assunção e Lima também faziam parte da rota de artistas de um modo geral, e dos circenses em particular.

Devido ao intercâmbio e circulação dos grupos, foi possível conhecer a movimentação daqueles artistas e o que realizavam, através da produção de pesquisadores, memorialistas e historiadores do circo de alguns desses países latino-americanos e do Brasil. Em especial, os registros encontrados por pesquisadores argentinos descrevem as chegadas de artistas realizando apresentações nas ruas, tablados, teatros fechados, contudo ainda não se denominavam circenses. No início do XIX é que alguns grupos começaram a se apresentar como tal.

Através de bibliografia escrita por esses pesquisadores, entra-se em contato com vários grupos artísticos na América Latina nesse período. As fontes utilizadas pelos mesmos informam as constantes viagens desses grupos, até mesmo seus roteiros, passando por esses países e os respectivos teatros ou locais de apresentação. Por isso sabemos da presença dos mesmos, no Brasil, já no final do século XVIII. Entretanto, até hoje, somente a partir de 1830, registra-se a presença de várias famílias circenses européias.

Em 1834 encontra-se, pela primeira vez, uma fonte escrita da chegada no Brasil de um circo formalmente organizado como empresa, o de Giuseppe Chiarini. No dia 18 de junho foi registrada no "Livro de Receita e Despesa da Comarca Municipal de São João d'El-Rey" (GUERRA, 1968, 28) a entrada de um requerimento de "José Chiarini pedindo licença para um espetáculo de dança no Theatrinho da Vila e

pagou \$ 400 réis". (PRADO, 1993, 64)² É possível que esta companhia, no Brasil, tenha se apresentado em vários outros locais além de São João del Rei, pois vindo de Buenos Aires teriam percorrido um vasto território até chegar em Minas Gerais.

Através das várias fontes dos pesquisadores latino-americanos e as levantadas por mim, junto com os Chiarini há uma relação razoável de artistas e/ou grupos familiares aqui aportados. Em terras brasileiras, a partir de 1840, é comum encontrarmos registros dos mesmos se autodenominando circenses ou mesmo chamando seus espetáculos de circo de cavalinhos. Os vários grupos familiares, que por aqui chegaram, são os que os circenses denominam de “circo dos tradicionais”.

A análise feita, a partir da pesquisa em fontes diversas (orais e documentais), é que a definição de tradicional não está somente associada à origem das pessoas. Faz referência a uma organização familiar como a base de sustentação de um complexo modo de organização do trabalho, transmissão oral e produção do circo como espetáculo. Este modo – que orienta a análise deste estudo para entender a conformação do circo–família no Brasil, do século XIX a meados do XX, pressupunha certas características definidoras e distintivas do grupo circense, como:

– o nomadismo,

– uma forma familiar e coletiva de constituição do profissional artista, baseada na transmissão oral dos saberes e práticas, que não se restringia à aquisição de um simples número ou habilidade específica, mas referia-se a todos os aspectos que envolviam aquela produção e que implicava um longo processo de formação/socialização/aprendizagem, bases de estruturação e identidade,

– uma contemporaneidade do espetáculo através de um diálogo tenso e constante com as múltiplas linguagens artísticas de seu tempo.

A organização do trabalho circense e o processo de socialização/formação/aprendizagem formam um conjunto, são articulados e mutuamente dependentes. Seu papel como elemento constituinte da produção circense até pelo menos a década de 1950, só

² No final do século XVIII e início do XIX, no Brasil, havia pequenos teatros que "ficaram logo conhecidos como Casa da Ópera" ou "teatrinhos", apesar da lotação em torno de 350 lugares, construídos na Bahia, Rio de Janeiro, Vila Rica, Recife, São Paulo e Porto Alegre entre, 1760 e 1795.

pode ser adequadamente avaliado se este conjunto for considerado como a mais perfeita modalidade de adaptação entre um modo de vida e suas necessidades de manutenção. Não se tratava de organizar o trabalho de modo a produzir apenas o espetáculo – tratava-se de produzir, reproduzir e manter o circo-família.

Uma leitura possível do que significa ser tradicional, para o circense, seria de pertencer aos primeiros grupos europeus que por aqui chegaram e a necessidade de se contrapor aos elementos “não-tradicionais” que entraram no circo. Utiliza do conceito hoje como forma de distinguir a organização circense de “antigamente” da atual, de modo a atribuir certa importância ao papel do circense, que sofreu uma perda e mostrando, também, a nostalgia de uma determinada forma de organização do circo numa determinada época.

Não se elimina esse tipo de leitura, até porque ela foi importante para entender as mudanças nas relações de trabalho que ocorreram dentro do circo. Mas, a análise que norteia esse trabalho, ser tradicional, para o circense, não significava e não significa apenas representação do passado em relação ao presente. Ser tradicional significa pertencer a uma forma particular de fazer circo, significa ter passado pelo ritual de aprendizagem total, não apenas de seu número, mas de todos os aspectos que envolvem a sua manutenção.

Ser tradicional é, portanto, ter recebido e ter transmitido oralmente, valores, conhecimentos e práticas, resgatando o saber circense de seus antepassados. Não apenas lembranças, mas uma memória das relações sociais e de trabalho. Desse modo, havia (e há ainda) toda uma metodologia de ensino/aprendizagem que garantia a formação de profissionais circenses.

Os intercâmbios e as trocas entre a diversidade de gêneros teatrais, estilos de músicas cantadas e dançadas, fazia parte das bases e fundamentos pedagógicos de formação e qualificação profissional, que pressupunha um modo de organização do trabalho de total contemporaneidade com todas as formas artísticas dos locais onde se apresentavam. Assim, os circenses transformaram a linguagem circense e o lugar onde se exibiam num espaço de produção e divulgação da produção cultural artística, no Brasil, independente se sob a lona, na rua ou nos teatros.

Os grupos e/ou famílias europeias compostas por circenses ou saltimbancos, apresentavam-se nas praças, feiras, mercados, festas

populares ou religiosas, outros chegaram com estruturas mínimas ou eram contratados por empresários para se apresentarem em teatros. A abordagem de qualquer período da história do circo mostra a sua presença e permite verificar como eram influenciados e influenciavam as mais diferentes formas artísticas.

Como não saíam dos vários países europeus armados em pavilhões e, não encontrando no Brasil circos estruturados onde podiam trabalhar, os artistas imigrantes desenvolveram adaptações à realidade local, de modo a sair das praças para se apresentar em espaços fechados nos quais pudessem cobrar ingressos, tendo como referência o conhecimento técnico da arquitetura de um circo que traziam da Europa. Pelos relatos, as primeiras formas de apresentação, em recinto fechado, são denominadas de: circo de tapa-beco, circo de pau-a-pique, circo de pau-fincado e circo americano (o mais conhecido atualmente).

As mudanças nas estruturas físicas e as adaptações tecnológicas são importantes para o estudo deste grupo. Mas elas por si só não explicam a sua constituição e formação, pois vale salientar que, em qualquer dos modelos arquitetônicos de circo, o pressuposto básico era a organização familiar do grupo circense. A relação cultural, coletiva e familiar configurava a base de sustentação e transmissão dos saberes e práticas, que possibilitava o desenvolvimento das relações sociais e de trabalho que construíram e reconstruíram o circense brasileiro.

Enfim, o que está se afirmando é que o conhecimento e as adaptações tecnológicas utilizadas na construção das estruturas físicas do circo e de seus 'aparelhos' pelos circenses, bem como a forma de transporte do conjunto de seus equipamentos, utilizada do final do século XIX até a primeira metade do século XX, fazem parte da formação do circense brasileiro. A dimensão tecnológica é indissociável da dimensão cultural e revela como este grupo construiu a sua relação de adaptação. As alternativas e soluções tecnológicas encontradas eram orientadas pelas referências culturais específicas dos grupos circenses, pois, em última instância, a tecnologia se inscreve antes como um tipo de saber.

É preciso considerar como um ponto importante que toda essa dimensão tecnológica orientada pela cultural, bem como as alternativas, adaptações e soluções pressupunha elaboração teórica do fazer dentro de um complexo modelo metodológico. Havia (e há) um intenso trabalho de pesquisa desde o vestuário até as descobertas de materiais para construção de seus aparelhos e a estrutura arquitetônica dos espaços de

trabalho. Lembrando que somente os circenses eram conhecedores dos processos de construção e segurança no âmbito do circo. Assim, sua metodologia de trabalho possuía uma total sinergia com as mais recentes descobertas no campo do conjunto de conhecimentos técnicos que lhe faziam referência.

É interessante observar algumas análises de autores sobre a aprendizagem circense ou a sua ausência, bem como quanto à técnica especificamente. Por exemplo, no livro *Circo Espetáculo de Periferia*, a pesquisa foi realizada entre janeiro e abril de 1976, sendo entrevistados vários circenses que nasceram no período ora analisado nesse trabalho, que relatam a forma como, alguns deles, ainda ensinavam seus filhos, sobrinhos, netos, etc. A conclusão que a pesquisa revela é a de que: "Aprendendo com os pais, com os proprietários de circo ou mesmo através dos meios de comunicação de massa, o trabalho do artista circense é desenvolvido sem método, aleatoriamente, o que não impede de encontrarmos talento e qualidade na sua obra" (VARGAS, 1981, 40).

Além dessa visão de que não havia método, portanto não havia educação, portanto não seria valorado como científico, acrescia-se "lendas" criadas em torno dos métodos utilizados com as crianças ou mesmo com adultos circenses, que realizavam proezas com seus corpos, nos saltos e nas contorções.

Regina Horta Duarte discute em seu trabalho a defesa da ginástica pelo discurso médico, do século XIX, em particular pelos ortopedistas: "O corpo do homem oitocentista é marcado por uma série de práticas direcionadas a higienizá-lo, discipliná-lo, torná-lo eficaz para o trabalho e para o seu aproveitamento utilitário". Por outro lado, ao discutirem a prevenção das deformidades, os médicos definem uma Síndrome de Ehlers-Danlos, como moléstia causada por uma lassitude dos ligamentos. Esta moléstia teria o nome comum de "contorcionismo", um dos tipos de exibição muito popular no século XIX. Ao mesmo tempo em que o olhar médico não conseguiu abalar de todo o gosto do público pelas exibições dos artistas de contorção, para este mesmo público os contorcionistas apareciam nos limites de sua humanidade em direção à vida animal: "Em suas mutações aproximavam-se explicitamente da animalidade, transformando-se em seres como lagartos e rãs, vistos, em geral, com repugnância e até mesmo superstição, como animais associados a práticas de feitiçaria" (DUARTE, 1995, 257-260). Dizia-se que os menores eram submetidos a dolorosos exercícios que lhes quebravam as juntas. Ou ainda

que este "povo bárbaro" espancava os aprendizes usando o chicote como principal instrumento de sevícias. (OLIVEIRA, 1987).

Através de um discurso do Deputado Federal Jorge de Moraes, na 33ª sessão, em 30 de junho de 1927, na Câmara dos Deputados,³ relativo à defesa da cultura física, pode-se observar o quanto partes significativas das análises do século XIX ainda estavam presentes nas três primeiras décadas do século seguinte. Mas, o mais importante é o quanto essas análises alicerçavam o processo de construção de um debate em torno da cientificidade, produzido durante aquele século e confirmado no XX, quando se tem a consolidação da Ginástica, posteriormente denominado de Educação Física, enquanto discurso "legitimado" dos saberes científico e político sobre o corpo. Saberes esses que se contrapunham, como veremos, aos "malefícios" das artes circenses.

Jorge de Moraes retoma uma discussão de um projeto, por ele mesmo apresentado 20 anos antes, portanto em 1907, que "visava comissionar civis e militares, para percorrerem os países cultos do mundo, e lá angariarem os conhecimentos necessários" para então criar "duas escolas de educação física, uma civil e outra militar, a primeira destinada ao preparo dos indivíduos a quem se iria encarregar do ensino, pelo Brasil afora, no lar, na escola, na universidade, na caserna, nas associações esportivas, em fim por todo lugar onde se cogitasse do assunto".⁴

O que estava fundamentando o pensamento e projeto de Jorge de Moraes era a idéia de se preparar o corpo do homem trabalhador e do homem militar de "modo científico" e, para tanto, seria necessário que o brasileiro se inteirasse e fosse preparado dentro dos preceitos, já desenvolvidos na Europa naquele período, da "educação física científica". A ciência teria as respostas para preparar os corpos tanto para a guerra, como para o trabalho.

O grave problema de uma orientação física não calcada em princípios científicos, para o Deputado, eram os excessos que provocariam tanto a fadiga física quanto mental. Estes excessos seriam causados pela completa desorientação dos colégios, escolas e

³ Congresso Nacional – Annaes da Câmara dos Deputados (Organizados pela Directoria da Tachygraphia) – 1927 – Volume V – de 15 a 30 de junho. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. A grafia do discurso do deputado foi atualizada.

⁴ *Idem*, p. 482.

associações esportivas, que estavam entregues a orientações de pessoas pouco afeiçoadas à “Ginástica científica”, entregues a errôneos exercícios que quase sempre produziam o desenvolvimento desarmônico e excessivo dos músculos.

Neste ponto do discurso, tem-se talvez o mais grave problema para o Deputado. Como não existiam escolas que produzissem profissionais com uma “formação de base científica”, as pessoas que ensinavam Ginástica nas escolas, associações e outros, não tinham nenhum valor profissional, muito menos capacidade de entender os “importantes caminhos da ciência” sobre o conhecimento do corpo humano.

Ensinam ginástica entre nós, indivíduos completamente, exclusivamente, técnicos, que jamais indagaram do ‘porque’ de um exercício; entre tais professores, figura um bom numero de egressos dos circos eqüestres e acrobáticos; constituem, assim, forte motivo para desmoralização de coisa tão séria como é a educação física. ‘O professor não deverá ser um atleta musculoso, mas sim um pedagogo instruído’, sentenciou alguém de competência. Bastará refletir sobre os atuais conhecimentos, relativos ao treino e fadiga, para se reconhecer a necessidade de uma instrução sólida, para que agindo no lar, na escola, na caserna, na universidade, nas associações esportivas, por toda a parte em fim, possa o professor guiar o espírito do brasileiro na prática da educação física.⁵

Há muito que se pensar com relação ao que foi descrito até aqui, sobre a constituição do circo-família e a fala de Jorge de Moraes. Sem pretender esgotar todas os debates possíveis dessa relação, procurarei analisar alguns pontos pertinentes à discussão que estamos realizando.

O primeiro é a importância da descoberta desse discurso. Era de total desconhecimento a participação de circenses ou egressos de circo, ensinando Ginástica como professores em instituições diversas (escolas, clubes, associações, etc.). Chama atenção, também, a presença da defesa da profissionalização, baseada no pensamento da época, que contrapunha os saberes tidos como científicos aos considerados não científicos. O exemplo por ele usado para justificar a criação de escolas fundamentadas na ciência, e que reclama uma ação normativa do Estado, é a existência

⁵ *Idem*, p. 510.

de “amadores pedagógicos” não portadores de saberes científicos sobre o corpo na prática educativa, como os circenses.

Provavelmente isso teve implicações para a elaboração das propostas de enquadramento, e na busca da aprovação de um projeto que tinha como objetivo a formação de pessoas, “nos países mais cultos do mundo”, com bases científicas, que permitisse a criação de escolas de Educação Física (uma civil e outra militar). Dessa forma, os circenses que praticavam até então os ensinamentos nas escolas, não teriam mais lugar, pois seus saberes e práticas estariam sendo suplantados por indivíduos “realmente capazes”, tendo em vista sua “formação de base científica”, evitando-se assim a “desmoralização de coisa tão séria como é a educação física”.

Se esse ponto específico do discurso do Deputado de que os circenses eram os professores “amadores pedagógicos” se revelou em uma descoberta importante, por outro lado, o seu conteúdo já vem sendo pesquisado e analisado, como é o caso, entre outros, de todo o conjunto de trabalhos feitos por Carmem Lúcia Soares.

O debate por trás do discurso de Jorge Moraes revela tensões e disputas sobre quem deveria ter ou deter o saber e poder sobre os corpos. O conjunto de saberes “elaborado no interior da Medicina especialmente a partir do século XVII vai influenciar fortemente o modo de conceber os exercícios físicos e, mais amplamente, o conjunto das práticas corporais” (SOARES, 1998, 114).

A Ginástica, que posteriormente se denominaria Educação Física, foi herdeira dessa dita tradição científica e política que privilegiava a “ordem e a hierarquia”, nesse sentido ela “foi e é compreendida como um importante modelo de educação corporal que integra o discurso do poder”. A Ginástica se constituiu enquanto uma síntese do pensamento científico ao longo de todo o século XIX no ocidente europeu, como “parte integrante de educação dos novos códigos de civilidade. Assim, também integrou os currículos escolares” (*Idem*, 113).

Através de análises do debate, tensões e disputas dos saberes sobre os corpos, tendo a medicina como matriz referencial, os pressupostos da Ginástica e sua introdução nas grades curriculares das escolas, traduziam “uma compreensão do corpo como objeto de intervenção da ciência, como máquina a ser manipulada. Em seus tratados, o que se menciona abundantemente são funções e mecanismos corporais e o que ocupa maior espaço é a Anatomia, a Mecânica e, mais tarde, a Fisiologia” (*Ibidem*).

Analiso que isso expressava uma desqualificação da especificidade e singularidade do conjunto de saberes daquele diferente, aquele outro, que o circense representava; desconsiderando-os, então, como construtores e portadores de saberes sobre o corpo. Eram vistos como aqueles que orientavam erroneamente os alunos, por estarem entregues a “preconceitos que são prejudiciais à raça”. Expressando de modo claro um pré-conceito sobre o “mundo debaixo da lona”, desconhecendo que havia um modo de organização do trabalho e um processo de socialização/formação/aprendizagem que conformavam o circo como escola permanente.

Essa reflexão se diferencia de outras que afirmam que saberes produzidos fora dos “bancos acadêmicos” não se qualificam como portadores de uma metodologia pedagógica, nem são eficazes enquanto processo de ensino e aprendizagem.

Nas entrevistas realizadas para esse trabalho, bem como nos estudos efetuados por diversos autores, aparece a mesma ênfase do modo familiar e coletivo da transmissão dos saberes. O que o Deputado Jorge Moraes não levava em consideração era que o ensinar e o aprender não decorriam apenas do agrupamento das pessoas que viviam juntas diariamente, mas de um método que exigia sistematização, rigor e disciplina. A técnica aprendida por meio dos ensinamentos de um mestre circense era a preparação para o número, mas continha também os saberes sobre o corpo, herdados dos antepassados. A transmissão oral pressupunha um método, ela não acontecia aleatoriamente, mesmo que não seguisse nenhum tipo de cartilha. Esse método era parte do treinamento de qualquer atleta ou esportista. Os circenses não fugiam à regra.

Todos no circo-família, independentemente de terem ou não nascido no circo, passavam por um "ritual de iniciação", cujos vários objetivos incluíam o acesso ao conhecimento das técnicas circenses. Isto ocorria, também, independentemente do local onde o circo estivesse ou a que família pertencesse.

A integração como membro do circo-família tinha o aprendizado como condição de permanência. Nesse momento ainda não havia profissionais outros que não fossem "artistas completos", ou seja, naquela época não havia "especialistas" que só realizavam uma função; menos possível ainda era alguém viver no circo como um simples "apêndice" ou "agregado".

Esse modo de transmitir os saberes era carregado de intenção – a

criança seria não só o continuador da tradição, mas também um futuro mestre, pois parte importante de ser um circense era a responsabilidade de ensinar à geração seguinte.

O que se aprendia no processo de socialização/formação/aprendizagem tinha que ser suficiente para ensinar a armar e desarmar o circo, a preparar os números ou peças de teatro, além de treinar as crianças e adultos para executá-los. Este conteúdo tratava também de ensinar sobre a vida nas cidades, as primeiras letras, as técnicas de locomoção do circo. Os saberes sobre segurança era passado cotidianamente aos membros, além do fato de que a rede de informações entre os circos sempre foi, e ainda é, muito eficiente. Quando um material novo era testado, ou se acontecia alguma coisa com um artista ou material, o fato era (e é) circulado, para que todos, rapidamente, ficassem sabendo. A questão de segurança do artista e do público ultrapassava e ultrapassa barreiras e dificuldades de distância, tempo e relações pessoais. Através deste saber transmitido coletivamente às gerações seguintes, garantiu-se a continuidade de uma maneira de trabalhar e de montar o espetáculo.

A organização do trabalho, o modo de produção do espetáculo e o processo de formação/socialização/aprendizagem formavam um conjunto, eram vinculados e mutuamente dependentes. Com isso, parto da idéia de que os circenses devem ser vistos como um grupo que articulava uma estrutura, que era um núcleo fixo com redes de atualização, envolvendo matrizes e procedimentos em constante reelaboração e resignificação. Adotavam procedimentos que adequavam, incorporavam e produziam um espetáculo para cada público manipulando elementos de outras variáveis artísticas já disponíveis, gerando novas e múltiplas versões da teatralidade. Compor um espetáculo circense nesta situação era refazer de modo permanente estas mesmas propriedades de constituição e a sua distinção em relação aos outros modos de construção dos espetáculos artísticos.

O circense, na sua maioria, até pelo menos a primeira metade do século XX, nascia no circo ou a ele se aliava. O processo de formação e aprendizagem tinha início desde o seu nascimento. A criança representava aquele que portaria o saber. No ensinar e no aprender estava a chave que garantia a continuidade da linguagem circense, que, até esse período, foi estruturada em torno da família. Aparentemente não havia como fugir do "destino".

Nem todas as crianças se sentiam aptas ou queriam aprender números que implicassem risco; havia no circo as que não podiam executá-los, por problemas físicos, ou simplesmente por não quererem aprender. Não era a maioria, até porque a chance de escolha era muito reduzida. Mas nem mesmo nestes casos deixavam de trabalhar em outras coisas que não exigissem a destreza corporal. Entravam em *sketchs*, atuavam nas peças teatrais, participavam da organização do circo, na bilheteria, trabalhavam na armação e desarmação. Como a aprendizagem de tocar instrumentos, cantar, dançar e representar fazia parte da obrigatoriedade da qualificação do artista circense era muito comum, para estas crianças e jovens, dominarem essas linguagens artísticas. Enfim, os números de risco não eram os únicos apresentados durante o espetáculo, sempre havia o que aprender.

A criança circense, no circo-família, era de responsabilidade de todos. Mesmo que perdessem seus pais não eram abandonadas, sempre seriam absorvidas pela “família circense”, pois fazer parte daquele modo de organização pressupunha que crianças, jovens e adultos, sempre teriam algo a ser aprendido e apresentado no espetáculo.

Somente os circenses eram conhecedores da arte de armar e desarmar um circo, ou um ‘aparelho’. Eles mesmos garantiam a sua segurança e a do público que assistia ao espetáculo. Era “natural” que tanto proprietários quanto contratados fizessem parte da montagem de cada detalhe. Como se diz na linguagem circense “todos tinham que ser bons de picadeiro e bons de fundo de circo”, não bastava só saber executar um número, fosse acrobacia, dança, canto ou representação no teatro.

Aprender a dar um salto mortal, por exemplo, muitas pessoas aprendiam, não precisavam de circo para isto. Mas, saber ‘empatar uma corda ou um cabo de aço’, confeccionar um ‘pano’, ‘preparar uma praça’, ser mecânico, eletricista, pintor, construir seu próprio aparelho, armar, desarmar, é que diferenciava um artista circense de outros artistas.

Isto também ocorria com aqueles que não nasceram no circo, “gente da praça” que fugiam ou simplesmente a ele se incorporavam. Este “estranho” poderia até se tornar um tradicional, um formador da tradicional família ou de uma dinastia circense, desde que passasse pelo ritual de aprendizagem dado por uma das famílias tradicionais. Qualquer pessoa poderia ser aceita pelos circenses, mas para isso tinham que aprender a sua arte, não bastava apenas se agregarem para serem figurantes ou participarem de uma grande aventura.

O modo adequado de tratar os aspectos econômicos referentes à inserção da criança no circo-família é situá-la no conjunto que articula a organização do trabalho e o processo de socialização/formação/aprendizagem. Deste ponto de vista, fica claro que a formação e a aprendizagem do circense deve ser entendida como a reprodução de um modo de vida. Procurar "perdas e ganhos" neste processo é simplificar e reduzir a análise. O circo-família, tendo em vista sua singularidade, não transferia ou imputava às instituições escolares e de formação profissional a obrigação de qualificar seus componentes.

A criança seria não só a continuadora da tradição, mas também um futuro mestre. Para ser um circense tinha que se assumir a responsabilidade de ensinar à geração seguinte. Ao longo de sua aprendizagem, a criança "aprendia a aprender" para ensinar quando fosse mais velha. O "ritual de iniciação" – aprendizado e estréia – era um rito de passagem, a possibilidade de tornar-se um profissional circense. O contato com a geração seguinte era permanente, havendo um envolvimento direto na aprendizagem. A partir da adolescência, muitas crianças começavam a ensinar aos mais novos – irmãos, primos, e outros.

Ser “iniciado” na arte e ser alfabetizado fazia parte do processo de socialização/ formação/aprendizagem. Saber ler e escrever era necessário para lidar com a parte financeira, para escrever os programas dos espetáculos, confeccionar cartazes. Aprendiam também a “fazer a praça”, ou seja, requerer junto às prefeituras a autorização para a entrada do circo na cidade; determinar o preço dos ingressos, dependente de uma verdadeira “pesquisa de mercado”, aonde o circo pretendia se instalar; fazer anúncios e propaganda para publicar nos jornais. Além disso, a representação teatral sempre esteve presente no picadeiro ou num palco acoplado a ele. A aprendizagem dos textos das encenações de *sketchs*, entradas de palhaços e pequenas comédias, todas já cantadas e dançadas, mesclava a leitura com a transmissão oral: de seus próprios familiares ou através de imitação do teatro e do cinema ou mesmo por meio de trocas dentro do próprio “mundo circense”.

E mais, o conjunto formado pela organização do trabalho e processo qualificatório – socialização/formação/aprendizagem – era operacionalizado em uma ordem inversa de organização do trabalho de uma empresa familiar ou de processos educacionais “formais” – cujo uso do tempo de trabalho produz valores diferentes.

A partir de tudo isto, o que se analisa é que as atividades circenses

desenvolvidas por homens e mulheres, contêm uma rica produção cultural, com uma multiplicidade de linguagem artística, que não só a acrobática. Além disso, é importante assinalar a sua contemporaneidade com os demais produtores culturais, vivenciada em cada período histórico.

Nesta constituição, a tradição **não** se mostrou como algo imóvel. Faz parte do senso comum que a tradição circense é algo do passado, não possuía metodologia de trabalho e de ensino/aprendizagem/formação. Entretanto, se assim o fosse, a produção da linguagem circense estaria no campo folclórico ou mitológico, algo que não existe mais e sem herdeiros. Ao contrário. Na tradição estava pressuposto um movimento constante de elaboração e reelaboração do seu modo de viver e trabalhar, sem perder de vista o conjunto dos elementos que conformavam o circo-família.

Tradição, aprendizado, socialização – o trajeto percorrido até aqui procurou mostrar como foi elaborado o conceito de circo-família, tentando evidenciar a forma como ele se converteu no fator primeiro de constituição do "ser circense" no país. Para tanto foram discutidas as características da organização circense abordando-se questões como o significado da tradição para o circense, além do processo de socialização/ formação/aprendizagem.

Este processo deve ser entendido a partir do princípio de que os três termos presentes em sua configuração são intrinsecamente relacionados; sua ação não é estanque, sucessiva ou linear. É inerente a esse processo que a socialização, a formação e a aprendizagem ocorram simultaneamente. A compreensão, em toda a sua extensão, é vital para entender a teatralidade circense.

Socialização não difere dos processos de socialização comuns a todos os grupos sociais. Para o circense significa a partilha do conhecimento preservado na memória; a potência de ser circense e integrar-se à tradição.

Quando se fala em formação refere-se às dimensões tecnológicas e culturais que são os suportes da vida cotidiana do circense. Trata-se da aquisição de um conjunto de conhecimentos e saberes que configuram dimensões identitárias.

A aprendizagem é uma das dimensões mais visíveis deste processo, até mesmo porque gera o produto material evidente do "mundo do circo" – o espetáculo. Há também o produto imaterial: lazer, riso, beleza, graça, medo e magia. Justifica-se então, a particularidade dada no texto à aprendizagem, pois é esta que identifica o circense como artista, é

o procedimento que conduz ao domínio da técnica envolvida nas artes circenses, um dos fundamentos da sua teatralidade. Enfatiza-se, novamente, que a análise particularizada de qualquer uma destas dimensões é artificial e arbitrária. **Não é demais recolocar a idéia de que no circo nada é apenas técnico.**

* * *

O processo de socialização/formação/aprendizagem e a organização do trabalho – entendidos na constituição da teatralidade circense como elementos intrinsecamente relacionados –, a partir das décadas de 1960/70 passam por mudanças que revelam não serem mais articulados e interdependentes.

O movimento de identidade e diferenças e a interação com as transformações culturais e sociais, além das tensões que deles resultaram, geraram mudanças, após a qual a “tradição” não atuará mais no sentido da produção e reprodução da teatralidade do circo-família como espetáculo. Rompe-se uma dada forma de relação de “pertencimento”. Esgota-se uma dada “potência de ser circense e integrar-se à tradição”, para gerar outras formas, produzindo diferentes modos de organização do espetáculo, com outros patamares de relações de trabalho e trabalhistas e diferentes modos de constituição do que significava “ser artista”.

Esse processo – que pressupõe diversas transformações, algumas com rupturas –, tem sido explicado, tanto pelos circenses de lona ou itinerantes quanto pela maior parte da bibliografia, como conseqüência da atuação de elementos externos – e apenas externos –desorganizadores do modo de ser do circo. Para a bibliografia, os meios de comunicação de massa, em geral, “invadiram” e “destruíram” o circo. Entre os circenses, com quase unanimidade, é o surgimento da televisão um dos principais responsáveis por este processo, permitindo a entrada no circo dos “aventureiros”, considerados pelos circenses tradicionais como as pessoas entravam para “acabar de destruir a profissão, sem nenhum conhecimento, sem amor à arte”.

Esses entendimentos acabam por não considerar que as transformações ocorreram devido a como o próprio circense operava no jogo de identidade e diferença, dado pela especificidade da própria dinâmica interna de constituição da sua teatralidade. Desconhecendo que

foi este próprio circense que em última instância deu sentido e realidade às mudanças.

Nos movimentos de transformações alteraram-se e desarticularam-se o modo de organização de trabalho e o processo de socialização/formação/aprendizagem. O que representava a capacitação, qualificação e formação profissional do artista circense, tomado como analisador é, talvez, o que torna mais visível as conseqüências no modo como irá se constituir a produção circense a partir das décadas de 1950/60.

A valoração social passava pela “capacitação e formação profissional” dentro dos “muros escolares”, particularmente o acadêmico, de onde era “reconhecida”, dentro do discurso da cientificidade, a verdade dos conhecimentos ali produzidos. Os vários grupos sociais que tinham na transmissão oral dos saberes o modo privilegiado de formação de seus membros – como as parteiras, benzedeiros, pessoas da cidade e os índios que eram conhecedores do poder fitoterápico das plantas e ervas, entre outros –, caíram (e continuam caindo) no campo do senso comum dos que não possuíam um método de ensino e pesquisa e, portanto, não eram portadores de saberes científicos.

Partícipes que eram (e são) os artistas circenses das sociedades em que estão inseridos, naquelas décadas não deixaram de, também, iniciarem elaborações desvalorizadoras do conjunto de sua própria produção.

Somadas às dificuldades de permanecerem com seus circos em funcionamento, por razões econômicas, mas também pelo rápido crescimento imobiliário das cidades que vão ocupando todos os terrenos que eram espaços nos quais os circos armavam e que viraram moradias e/ou shoppings; houve uma crença entre eles que não eram portadores de saberes que garantiriam um “melhor” futuro para seus filhos “somente” como artistas circenses.

Não havia (e entre alguns ainda não há) reconhecimento de que portavam um conjunto de saberes que os qualificavam enquanto profissionais, que garantiam à empresa circense total funcionamento e autonomia da sociedade em torno, pois exerciam além de artistas – acrobáticos, atores, dançarinos, músicos, etc. –, todas as outras funções necessárias já descritas. Detinham uma multiplicidade de conhecimentos e práticas que os faziam reconhecidos como os que sabiam “tocar sete instrumentos”.

Entretanto, consolida-se no século XX, um processo que vinha se desenvolvendo desde o XVI, de que a única produção que pressupõe um método é a científica. Na ciência dita moderna o conhecimento avançava pela especialização. Este conhecimento seria “tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide”, expressando-se em especialidades (SANTOS, 1987, 46). Nas décadas de 1950/60, ser um especialista com discurso científico vindo dos muros escolares e acadêmicos formais era suficiente para ser visto como portador de verdade(s).

O processo de produção do profissional que tocava sete instrumentos por fora dos cânones científicos e acadêmicos, não significava deter e nem ser produtor de conhecimento, neste novo momento. Alguns dos autores que se voltaram para o circo como objeto de estudo, na década de 1970, imputaram como limitação a qualificação total do circense. E os circenses também assumiram essas limitações, inclusive incorporando essas significações na constituição da sua memória coletiva.

No trabalho de José Guilherme C. Magnani – apesar de considerá-lo um autor de referência importante para o estudo do circo –, a idéia dessa limitação dos circenses estava presente.

Obrigados a tocar sete instrumentos, os recursos técnicos e meios expressivos de que dispõem são limitados, o que restringe as possibilidades de uma elaboração mais apurada. Por outro lado, dirigida por ‘especialistas’, não se distancia de sua platéia, cujos gostos e preferências determinam o caráter do espetáculo e que ademais participa dele ativamente (MAGNANI, 1984, 47).

A análise que se faz é que o próprio objeto de pesquisa do autor não requeria uma pesquisada e uma observação dos processos de ensino e aprendizagem acoplados à organização do trabalho, que caracterizavam a formação do circense.

Considerando as especificidades de sua análise e seu recorte temporal, o que é apontado como limitação pode significar que o autor se deparou com o processo de ruptura da teatralidade do circo-família. Nesse caso, “tocar sete instrumentos” já não sinalizava a “qualificação verdadeira” e total do artista completo, mas sim restrições às possibilidades de um trabalho mais apurado. Na década de 1970, os

“especialistas” eram mais adequados e valorizados. Assim, os artistas “obrigados a tocar sete instrumentos” se expressariam de maneira limitada, pouco apurada, pois não possuiriam recursos técnicos.

O discurso do Deputado Federal Jorge de Moraes, em 1922, que já foi visto, encaixa-se perfeitamente nessa corrente de pensamento que se estendeu e ainda se estende para todos os campos de produção do conhecimento humano. No seu caso era preparar o corpo do homem trabalhador e do homem militar de “modo científico” e, para tanto, seria necessário que o brasileiro se inteirasse e fosse preparado dentro dos preceitos da “educação física científica”.

Boaventura de Sousa Santos escreve que hoje se reconhece que a “excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos” (SANTOS, 1987, 46).

Sem julgar tais efeitos para os produtores da linguagem circense dentro de uma diretriz da aprendizagem, que determinava a formação de um artista completo, pois cada indivíduo fazia parte de uma comunidade cuja sobrevivência dependia de seu trabalho, a entrada da proposta da “especialização” alterou significativamente a produção do circo como espetáculo. Ou seja, o “artista completo” que tinha a capacidade de desempenhar várias funções dentro do espetáculo, além de ter conhecimento (e prática) de mecânica, eletricidade, transporte; podia atuar como ferramenteiro, ferreiro, relações públicas e, por fim, armar e desarmar o circo – não mais era considerado um trabalhador qualificado.

Saber “tocar sete instrumentos” fazia parte do modo próprio de ser e estar no interior de uma certa produção de teatralidade circense. Mesmo observando a existência da hierarquia dentro do circo, é preciso salientar que o conhecimento não podia se concentrar no topo, não podia ser hierarquizante. Assim como também não podia ser segmentado. Cada um detinha o conhecimento de sua própria função, mas também conhecia o funcionamento do todo, para que além de diminuir o risco de acidentes, pudesse garantir o sucesso do circo como espetáculo. Era preciso, ao mesmo tempo, ser portador de um conhecimento especializado – seu número; e generalizado – o circo. Era exigida uma outra qualificação “verdadeira” – ou seja, a do domínio do seu ofício.

Colado a isso, o próprio processo de socialização/formação/aprendizagem no qual o aprender com a prática formava profissionais e mestres ao mesmo tempo, que caracterizava o

circo-família como uma escola permanente, não era reconhecido como legítimo. Portanto, os seus sujeitos sociais eram descaracterizados como portadores saberes significativo, e muito menos como praticantes de processos pedagógicos.

Nas décadas de 1950/60, houve um forte movimento por parte de algumas famílias de artistas que começaram a impor uma educação “formal” aos seus filhos. Muitos desses deixaram de viajar com o circo. Fixavam-se em uma cidade, com alguém da família, que deixava de acompanhar o circo, para serem matriculados em uma “escola formal”.

Ao se fixarem deixaram de serem portadores de toda qualificação do artista circense calcada em um longo tempo de aprendizagem intermediado pela tradição. Em muitas famílias, como a minha, toda uma geração de crianças deixou o circo no início da década de 1960 para estudar e nenhum seguiu a carreira artística. Este processo era impensável na história do circo, até então.

Para dentro dos grupos familiares que se mantiveram nos circos itinerantes, o conhecimento preservado na memória não era mais partilhado coletivamente. Alterou-se o modo como as dimensões tecnológicas e culturais, que eram os suportes da vida cotidiana, operava na formação do “ser circense”. A aprendizagem, que era o procedimento que conduzia ao domínio da técnica nas artes circenses, um dos fundamentos da teatralidade do circo-família, não foi passada para uma determinada geração, o que levou a outros modelos de formação e socialização, não mais de responsabilidade do coletivo.

* * *

A organização do trabalho desarticulada daquele processo alterou-se, de modo a produzir apenas o espetáculo. Os contratos mantiveram-se verbais, contudo não é mais a família e sim o “artista”, um número, um especialista, que é contratado. Este vai “portar” o conhecimento de sua “função”, mas não mais o funcionamento do todo. O conjunto dos saberes tornou-se segmentado e hierarquizado.

A partir das décadas de 1960/70, a produção do espetáculo circense e do próprio circense em si, passam por transformações. A proposta de espetáculo – que tinha como pressuposto a mistura das diversas formas de linguagens artísticas, como o teatro, a dança, a música (enquanto instrumentos musicais), a incorporação de vários

outros profissionais de fora do circo, como cantores, shows, entre outros –, foi se alterando. Muitos circos organizaram seus espetáculos, predominantemente, com números de animais, palhaços e acrobáticos em geral. Este tipo de circo sempre existiu, mas era uma entre as múltiplas formas de se constituir o espetáculo. O circo-teatro, os shows de outros artistas não-circenses, a dança, ainda continuam sendo apresentados em alguns circos, mas o foco principal dos circenses e do público que vai assisti-los são os números acrobáticos que exigem habilidades e destrezas, enfrentando e superando desafios e perigos.

Apesar de vários circos de lona ainda serem constituídos por famílias, não é mais o grupo familiar artista – que trabalhava tanto na armação e desarmação do circo, no fabrico e conservação da lona, na parte da manutenção elétrica, de transporte, etc., quanto representava no teatro, na acrobacia, dançava e tocava um instrumento musical – que vai ser contratado. A partir da década de 1960 é somente o artista, individualmente, que seria contratado, sem fazer parte de suas obrigações nada mais do que trabalhar no espetáculo.

Apesar das especialidades, é importante assinalar que para se constituir artista de circo ainda é necessário que se aprenda a dominar, além dos exercícios acrobáticos: as questões de segurança, tanto própria, quanto dos colegas e do público; ter conhecimento de maquiagem, figurino, de seu próprio aparelho de trabalho, de música, de dança, de um instrumento musical, de coreografia, de cenografia, de direção artística, entre outros. Entretanto, aqueles que permaneceram e permanecem trabalhando nos circos de lona, não têm mais o aprendizado coletivo como condição de formação.

Todas essas transformações ocorridas no modo de organização do circo, particularmente no ensino/aprendizagem, foram aos poucos consolidando a idéia de se montar escola de circo no Brasil. Idéia essa presente nos debates, análises e ações de várias pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o cotidiano dos circos de lona ou com famílias circenses, na ativa ou não.

O que se observou é que essas questões faziam parte de um movimento que extrapolava o Brasil. Desde o início do século XX já existem escolas de circo em vários países do mundo, sendo que as mais antigas são a de Moscou e a de Pequim. Apesar da importância social e cultural da formação dessas escolas, somente depois de muitos anos é que se percebe uma movimentação mais efetiva voltada para a multiplicação

de se ensinar as artes circenses fora daqueles países e da lona.

Foi, no final da década de 1970 e início 1980, que artistas de diversas origens, circenses ou não, em alguns países da Europa Ocidental, Austrália e Canadá, produziram como parte do resultado de seus trabalhos a construção de um processo de ensino das artes circenses, para fora do espaço exclusivo da lona.

Na Austrália, com o *Circus Oz* (1978); na Inglaterra, com os artistas de rua fazendo palhaços, truques com fogo, andando em pernas de pau e com suas mágicas; na França, com a sua primeira escola de circo, Escola Nacional de Circo Annie Fratellini, fundada em 1979, com o apoio do governo francês. No Canadá, ginastas começaram a dar aulas para alguns artistas performáticos e a fazer programas especiais para a televisão e em ginásios em que os saltos acrobáticos eram mais circenses. Naquele país, em 1981, criou-se a primeira escola de circo para atender à demanda daqueles artistas. Um ano depois, ainda no Canadá, foi criado o *Club dos Talons Hauts*, grupo formado de artistas em pernas de pau, malabaristas e pirofagistas, que em 1984 realizaria o primeiro espetáculo do *Cirque du Soleil*.

Concomitante a estes movimentos, e **não a posteriori** como acredita o senso comum, ocorreu a primeira experiência brasileira voltada para o ensino das artes circenses, para fora do espaço familiar e da lona: a Academia Piolin de Artes Circenses, fundada em 1978, na cidade de São Paulo. Proposta pela Associação Piolin de Artes Circenses, dirigida então pelo circense Francisco Colman, teve o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, através da Comissão de Circo, sob direção de Miroel da Silveira.

É interessante notar que foi uma **iniciativa dos circenses de lona ou itinerantes** aliada a uma parceria institucional governamental. Dirce Tangará Militello, testemunha desse momento e uma das professoras da escola, afirma em seu livro que, a partir dessas duas iniciativas – a Associação e a Academia –, o circo brasileiro começava uma nova fase em sua história. Para a autora, bem como para aqueles que a fundaram, particularmente Francisco Colman, o objetivo principal de se ter uma escola de circo, naquele momento, era tentar reabilitar uma “profissão agonizante”, através dos mestres circenses, antes que fosse tarde demais. Era preciso que todos os artistas de circo tivessem consciência da importância da escola, pois somente com o seu apoio, enviando os filhos para participar dos cursos, é que ela poderia demonstrar o seu

“verdadeiro objetivo” (Militello, 1978, 7, 86-88).

A Academia funcionou inicialmente debaixo das arquibancadas do estádio do Pacaembu. Depois mudou para uma lona no Anhembi – atual Sambódromo. Sem verba e sem apoio da Secretaria a qual estava vinculada, fechou suas portas em meados do ano de 1983. A experiência de São Paulo, apesar das muitas dificuldades pelas quais passaram aqueles que estavam envolvidos no projeto, acabou por mostrar que era possível formar pessoas não nascidas em ou vinculadas aos circos de lona, mesmo que não fossem o público-alvo que fazia parte dos objetivos que fundamentavam a criação da Academia.

É importante assinalar que, durante quase o mesmo período de formação e consolidação da Academia em São Paulo, outros artistas estavam se movimentando para pôr em prática a idéia presente entre os circenses brasileiros de montar uma escola de circo. Isto vai ocorrer no Rio de Janeiro, e não se tem informação se estes grupos mantiveram ou trocaram contatos entre si, bem como há poucos trabalhos que se voltaram ou se voltam aos estudos sobre o processo de desenvolvimento histórico desses grupos e a criação da Escola Nacional do Circo.

O que se sabe é que, segundo Martha Maria Freitas da Costa ⁶, Franco Olimecha, pertencente à tradicional família circense, que estava residindo na cidade do Rio de Janeiro, também tinha como proposta a construção de uma escola de circo. Seus argumentos se baseavam em pressupostos semelhantes aos de seus congêneres paulistas, ou seja, de que a tradição familiar não seria suficiente para garantir a perpetuação da arte circense ao longo do tempo; que um número maior de pessoas talentosas nascidas dentro ou fora das famílias circenses deveria ter condições de aprimoramento e, por fim, que como o processo ensino-aprendizagem era inerente à vida do circo, uma escola seria a extensão lógica dos pequenos núcleos familiares para a grande família circense, promovendo uma democratização da informação e da ampliação de oportunidades (COSTA, 1999).

Como em São Paulo, então, o amadurecimento da formação de uma escola foi tomando vulto entre os circenses cariocas. Para Martha

⁶ Queremos assinalar que todas as informações referentes ao processo de formação e consolidação da Escola Nacional de Circo, neste texto, foram baseadas no trabalho Martha Maria Freitas da Costa, que não teve como proposta estudar e analisar o desenvolvimento histórico da Escola. Entretanto, chamamos atenção para a necessidade de se produzirem trabalhos e análises sobre este tema.

M.F.Costa, como eram conhecedores das diversas escolas já existentes em vários países, que, na sua maioria, se não eram diretamente ligadas aos Ministérios da Cultura ou equivalentes eram, pelo menos, bastante subvencionadas, a idéia de uma escola vinculada à uma instituição governamental também se lhes apresentava adequada.

A proposta da formação de uma Escola Nacional de Circo chegou ao Serviço Nacional de Teatro em 1974, quando assumia a sua direção Orlando Miranda. O projeto Escola iniciava seu desenvolvimento dentro de uma organização pública, mas agora de caráter nacional, através do herdeiro de Franco Olimecha, o circense Luis Franco Olimecha, seu neto. A criação do então Instituto Nacional de Artes Cênicas por Alísio Magalhães, em 1981, incorporando as áreas já absorvidas pelo Serviço Nacional de Teatro – teatro, dança, ópera e circo –, foi o último passo necessário para a consolidação e fundação, em maio de 1982, da Escola Nacional de Circo, no Rio de Janeiro.

Um dos principais objetivos definidos por aquele órgão era o de dar continuidade aos ensinamentos da arte aos filhos de circenses que freqüentavam a escola formal, pelo menos no início do processo. Os professores contratados, em geral oriundos das tradicionais famílias circenses, tiveram que passar por várias fases de adaptações ao trabalhar em um modo de organização administrativa totalmente diferenciada dos circos. Não confundir a administração da escola com a administração de suas próprias relações circenses empresariais familiares foi uma das questões enfrentadas, além daquelas oriundas de decisões governamentais que, entre outras, envolviam investimento político e financeiro por parte do governo para políticas públicas voltadas para o circo.

Mesmo com vários percalços, a Escola funcionou até 1990, quando Collor tomou posse como Presidente da República e iniciou uma reforma político-administrativa que, entre outras, teve como alvo também a área da cultura. Diversos professores da tradição circense foram aposentados compulsoriamente, os investimentos foram escassos, não houve nenhum tipo de manutenção do material, a lona apodreceu, e a Escola fechou em seis meses.

Somente em agosto de 1991, depois da criação do Instituto Brasileiro de Artes Cênicas – Ibac, é que ela pôde ser reaberta sob a direção da educadora Omar Elliot Pint, que teve participação no processo de fundação da Escola. Naquele momento, privilegiou-se a indicação de uma pessoa com experiência como educadora e administradora na

direção, diferentemente da fase anterior, na qual não havia uma separação da direção pedagógica e administrativa da direção artística. Passo seguinte foi a escolha da direção da área artística, para a qual foi nomeado (nomeação pró-forma, pois não estava previsto em estatuto) Abelardo Pinto, um dos mais velhos e experientes professores da escola e oriundo de tradicional família circense.

Segundo Martha M. F. da Costa, novas instâncias de decisões foram priorizadas, com definições de programas e elaborações de projetos de financiamentos para a sua execução. Em linhas gerais, o plano de trabalho de 1993, elaborado em 1992, era: formação do artista circense e “reciclagem” para profissionais circenses do Brasil e do exterior. Estes programas seriam executados através dos seguintes projetos: sistematização do ensino da arte circense; desenvolvimento de projetos de pesquisa em história do circo brasileiro, arquitetura e capatazia circense; apoio à criação de escolas ou centros de formação em todo o país; intercâmbio com instituições equivalentes em todo o mundo; e construção e recuperação de aparelhos.

Além disso, os encaminhamentos propositivos pedagógicos e administrativos tornavam-se mais claros: a Escola não era apenas o prolongamento da família circense, mas uma instituição cujo “caráter básico era a formação de jovens e adolescentes para enfrentar o mercado de trabalho”, tendo como função realizar a formação profissional de artistas circenses num curso regular de quatro anos. Mais do que repetir a pedagogia da tradição familiar, a direção da Escola deveria ter um “cunho muito mais educacional”, incluindo-a nos calendários internacionais, credenciando-a e credibilizando-a, o que implicava “adequá-la aos mais modernos padrões vigentes no mundo, desde que fossem respeitadas as características culturais brasileiras e as formas peculiares de transmissão do conhecimento”.

Durante todo o processo de criação, abertura, fechamento e reabertura da Escola Nacional de Circo, outras propostas de aberturas de espaços voltados para o ensino das artes circenses estavam ocorrendo; contudo, ao contrário da Academia e da Escola Nacional, eram iniciativas de natureza não governamental.

Na cidade de São Paulo, em 1984, fundava-se a primeira escola de circo de iniciativa privada – a Circo Escola Picadeiro, coordenada por José Wilson Leite, de tradicional família circense. No ano seguinte, na cidade de Salvador, Anselmo Serrat e Verônica Tamaoki fundavam a

Escola Picolino de Artes do Circo. Em relação a esta Escola, há uma distinção importante a ser assinalada: seus fundadores não pertenciam a nenhuma “tradicional família circense”. Anselmo começou dirigindo espetáculos de circo em São Paulo e Verônica fez parte da primeira turma formada pela Academia Piolin entre os anos de 1978 e 1982, sendo que um de seus professores foi Rogê Avanzi, o Palhaço Picolino, que mais tarde deu nome à escola. A Escola Picolino foi a primeira escola brasileira fundada por profissionais circenses que receberam os preceitos de uma geração de artistas de circos que não ensinavam mais debaixo da lona e nem para seus próprios filhos. Eram artistas formados fora do modo de organização da teatralidade do circo-família.

Ambas as Escolas, de iniciativa privada, desenvolveram suas atividades voltadas para um público composto por alunos particulares pagantes, mas também para uma população pobre ou desfilhada. Seus coordenadores sempre estiveram ligados a parcerias com projetos sociais, que atendiam e atendem crianças, adolescentes e adultos jovens em situação de risco social, cultural e econômica. Até hoje, e juntamente com a Escola Nacional, são responsáveis pela maioria da nova geração de artistas de circo. Após essas experiências, os vários profissionais formados por elas tiveram um papel de multiplicadores da linguagem circense, desenvolvida tanto em seus trabalhos como na própria construção de espaços voltados para o ensino desta arte.

Os mestres circenses que constituíram os primeiros docentes nas escolas eram herdeiros do modo como haviam se capacitado dentro do grupo do circo-família. Portavam um conjunto de saberes adquiridos no processo de socialização/formação/aprendizagem, o que os qualificava como excelentes mestres.

Todo o conjunto de saberes desses mestres estava calcado, como já foi colocado até aqui, num longo tempo de aprendizagem. Mas, a experiência para a qual iniciavam naquele período votou-se para atores sociais diferenciados daqueles que eles mesmos haviam se colocado quando pensaram a necessidade de uma escola de circo. Um dos principais objetivos que motivou aqueles profissionais era dar continuidade à aprendizagem aos filhos dos próprios circenses, que estariam segundo suas justificativas, deixando de aprender ou serem ensinados. Entretanto, o que de fato aconteceu é que os filhos de gente de circo dificilmente tiveram participação, até hoje, nestas escolas. Os que se transformaram em alunos(muitos se tornando depois artistas circenses ou de teatro utilizando

esta linguagem), foram pessoas vindas dos mais diferentes grupos sociais e com propostas e objetivos diversos e múltiplos.

Esses professores mestres inseridos em um novo processo de formação de atores sociais distintos daqueles do circo-família, passaram a vivenciar algumas limitações pedagógicas, não necessariamente compreendidas e assumidas por eles. Seus alunos não seriam obrigatoriamente formados para serem artistas de circo. Suas escolhas obedeciam um leque de opções que ia desde tornarem-se circenses; a aprender uma nova técnica para incorporar em espetáculos teatrais; ou utilizar o espaço como uma “academia de ginástica”.

Para aqueles que optavam por serem circenses, os mestres se deparavam com uma realidade totalmente diferente da que a teatralidade circense vivenciava desde o século XIX, ou seja, de que não se tornavam artistas para itinerarem, mas eram artistas da cidade, com vínculos sociais, políticos e culturais diferenciados dos que nasciam sob a lona. Nesse processo, eram artistas dos palcos teatrais, das ruas, dos ginásios, das escolas, dos hospitais, das festas *raves*, dos bares, etc.

Três movimentos importantes aconteceram: primeiro, a relação mestre-aprendiz não era mais calcada no processo cotidiano de longa aprendizagem, mas em horas/aula; segundo, a distância dos mestres de sua formação do circo-família acabou por limitá-los a ensinar somente a “técnica”; e, terceiro, ao contrário dos seus antepassados, esses mestres perderam a sintonia com a contemporaneidade dos processos pedagógicos de fora do circo, não incorporando novos saberes necessários para as novas situações que vivenciavam.

Apesar disso tudo, artistas circenses foram formados. Os alunos tornaram-se exímios acrobatas, saltadores, etc.; mas não detinham a “qualificação total” do que representava (e representa) ser uma artista que dominasse a linguagem circense, no sentido de estar preparado para o mercado de trabalho. Enquanto que na teatralidade do circo-família o profissional era formado para dominar tudo o que envolvia a produção do espetáculo, nos primeiros anos das escolas, o aluno ficou restringido à aprendizagem das técnicas de ginásticas, acrobáticas e de equilíbrio. Alguns, por conta própria, foram buscar, em outros espaços de aprendizagem sua complementação nos vários gêneros da linguagem artística circense.

Por sua vez, os circenses dos circos itinerantes reagiram contra as propostas das escolas de circo e dos grupos formados por elas, alegando

que aquele movimento não era circo. Eles sim, seriam o circo puro e os herdeiros da tradição, mesmo que não eles não possuíssem a formação global do circo-família; e que o corpo docente das escolas fosse composto por seus parentes e parceiros.

A segunda e terceira geração de artistas dessas escolas, que se tornaram mestres/proprietários de novos espaços de formação, mantiveram o modo de transmissão oral dos saberes. Porém, desde o final da década de 1980 e início de 1990, há iniciativas de alguns professores de circo em trabalhar o processo pedagógico de ensino da linguagem circense incorporando no aprendizado a multiplicidade das expressões artísticas, bem como preparar o aluno para as diversas formas de organização do trabalho na produção cultural contemporânea.

Nesse sentido, a entrada das escolas, independente das questões levantadas, retoma de certo modo, as metodologias de ensino que continham as várias linguagens presentes na formação dos circenses até a década de 1950, na teatralidade do circo-família: exercícios acrobáticos, teatro, música, dança; além da necessidade de se aprender a montar e desmontar o circo, ser cenógrafo, coreógrafo, ensaiador, figurinista, instrumentista, etc. Mas, não é apenas um retorno ao passado. Com as escolas há de fato novos profissionais utilizando-se da linguagem circense, demonstrando o quanto ela dá e permite a possibilidade de criar, inovar e transformar os espaços culturais.

Na segunda metade da década de 1980, junto com as primeiras experiências de escolas de circo no Brasil, surgem propostas de desenvolvimento de projetos sociais – de iniciativa de grupos governamentais e de organizações não governamentais – que viam no aprendizado circense, não somente nas técnicas, uma forma de educação/recreação. Na sua maioria, essas ações eram e são destinadas a crianças e adolescentes em situação de risco, vulnerabilidade social, desvinculadas ou não de processos educacionais, sociais e culturais, sem oportunidades de acesso a lazeres e entretenimentos, que contribuíssem com sua formação enquanto cidadão.

Privilegiam linguagens artísticas, mas especialmente a circense. A partir de várias experiências essas iniciativas passaram a ser denominadas Circo Social. O circo, entendendo todo o conjunto de saberes presentes em sua elaboração enquanto linguagem, é utilizado como instrumento de aproximação/motivação dos grupos com que trabalha, tendo em perspectiva o seu uso como ferramenta pedagógica de

valorização dos diferentes saberes dos educandos, como parte da experiência de vida dos mesmos.

Para além do potencial educativo, a linguagem circense, que no seu conjunto reúne diversas linguagens artísticas como o teatro, a dança, a música, entre outras, pode vir a se constituir em uma forma de geração de trabalho e renda. Mas, em várias experiências há clareza da não exploração do trabalho infantil.

Os grupos alvo variam de acordo com o projeto: há aqueles que trabalham com crianças e adolescentes de rua, sem nenhum tipo de vínculo institucional (seja assistencial ou educacional) e quase sem vínculo familiar (desfiliaados); outros estabeleceram como critério aceitar somente crianças que estivessem matriculadas em uma escola e possuíssem vínculos familiares. Os espaços onde estes projetos aconteceram ou acontecem também variam, podendo ocorrer na rua, num pátio, num galpão, havendo mesmo quem tenha conseguido comprar uma lona de circo, com todos ou alguns aparelhos necessários para a realização das aulas.

Na maioria dos projetos, os primeiros motivos explicitados do porque da utilização da linguagem circense como método pedagógico, para trabalhar com essas crianças e adolescentes, são aqueles que se situam no campo simbólico, ou seja, que estão no imaginário da maioria das pessoas: o circo é um mundo envolto em magia, alegria, beleza e cheio de desafios. O mistério que envolve seu ambiente, seja pelas histórias já ouvidas sobre circenses, seja por ter participado de algum espetáculo, ou por ter somente assistido ou ouvido falar, leva muitas pessoas a mergulharem num estado de alegria que considera o circo como um mundo de fantasia, mágico, que transforma tristeza em alegria, suspense, com desafios em tornar os corpos elásticos e dobradiços, com danças no ar ou equilíbrios de corpos em finos arames, na coragem de desafiar a gravidade, na irreverência do palhaço, no colorido das roupas, na variedade de novidades que um espetáculo possui, entre muitos outros.

Muito das meninas e meninos que são envolvidos neste processo acabam sendo levados a trabalhar e visualizar outras ofertas que o conjunto que representa a aprendizagem circense, pedagogicamente intencional, é capaz de dar-lhes, como: a perspectiva de incentivo e valorização das potencialidades de cada um substituir a desconfiança pela lealdade de parceiros, para fazer os números com segurança; de produzir seu número individual, mas saber que depende da coletividade;

de concentração; de viver a aprendizagem de forma permanente; conviver com uma atividade lúdica misturada ao desafio da realização de novas técnicas corporais, que pareciam difíceis, absurdas, doloridas, serem transformadas num prazeroso processo de aprendizagem.

É importante destacar que ao se utilizar a linguagem circense como ferramenta no processo pedagógico, não se deve tomá-la como algo que está “naturalmente” inscrito no campo social, devido aos seus valores “universalmente compartilhados”, como solidariedade, sentido de responsabilidade e respeito. Pois, como ferramenta ou dispositivo pedagógico, a aprendizagem da linguagem circense não é isenta na maneira como é pedagogicamente utilizada, sendo totalmente dependente dos sujeitos que as operam e seus projetos societários; portanto, não há um sentido necessariamente positivo no uso desta linguagem, por si. Nenhum desses recursos tem em si o caráter ético no sentido do bem contra o mal. Quem irá imprimir um caráter ético cidadão à qualquer que seja a técnica ou ferramenta pedagógica será o sujeito que a está praticando.

Pensar na sua utilização, incluindo a música, o teatro, a dança, a capoeira, a cenografia, o figurino, é poder se voltar para um novo sentido de produção coletiva do fazer. Aprender a fazer circo, pensado como uma atividade entre as culturais, artísticas e esportivas, pode fazer das meninas e meninos *aprendizes/mestres permanentes*, pois quando um jovem torna-se muito bom num determinado número – malabares, salto, trapézio, ente outros – o campo de oferta nesta área é tão amplo, que é colocado um novo desafio, tornando-o aprendiz em outra área, como tocar um instrumento, representar no teatro ou mesmo ser autor das peças e músicas, participarem da confecção do guarda-roupa, da cenografia, da iluminação, da própria produção do espetáculo.

Ao mesmo tempo em que a criança e o adolescente estão aprendendo um novo campo de fazer, eles também poderão se transformar em mestres naquilo que havia se tornado virtuoso. Todo esse campo atende a pessoas de todas as idades e faixas sociais, podendo ou não desenvolver atividades físicas, ou seja, aquela pessoa impossibilitada de realizá-las estaria inserida em outras práticas acima descrita. Neste modo de educação permanente, como na tradição da teatralidade do circo-família, não há criança ou adolescente excluído de todo o processo de produção da magia.

* * *

Nos últimos cinco anos no Brasil, observa-se um aumento significativo da presença da linguagem circense para dentro dos muros acadêmicos. Particularmente nas faculdades de teatro e educação física, há oferta de ensino e/ou cursos optativos de técnicas circenses. Além disso, há também um aumento da produção de pesquisa tanto na graduação (trabalhos de conclusão de curso ou monografias), quanto na pós-graduação, que não se restringem apenas as essas duas disciplinas, mas a uma diversidade de cursos como: jornalismo, história, serviço social, ciências sociais, música, geografia, entre outras.

É necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre o circo nessa recente produção acadêmica. Entretanto, não é a proposta para esse estudo. No site na qual a autora desse texto é uma das coordenadoras, www.pindoramacircus.com.br, há apenas uma tentativa de levantamento.

Aponta-se essa questão apenas para informar de sua existência; a necessidade de realizar essa investigação; e, principalmente, demonstrar o quanto a linguagem circense como um rizoma alimenta-se da sua contemporaneidade, inclusive contribuindo com sua polifonia e polissemia na construção da produção cultura brasileira de sua época.

REFERÊNCIAS

COSTA, Martha Maria Freitas da. **Reabrir a Escola Nacional de Circo. Um estudo de caso.** Trabalho apresentado para a Ebap/FGV– Rio de Janeiro – Curso Processo Decisório e Informação Gerencial, Cípad 93/94, mimeo, 1999.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses** – Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1995

FRATELLINI, Annie. "O Picadeiro é a liberdade", In: **O Correio da UNESCO.** Revista mensal. Rio de Janeiro, ano 16, nr. 3, março/1988.

GUERRA, Antônio. **Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del Rei** – 1717 a 1967. C/1968 – s/edit.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco** – Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

MILITELLO, Dirce Tangará. **Picadeiro.** São Paulo: Edições Guarida Produções Artísticas, 1978.

OLIVEIRA, Júlio Amaral de. "Uma história do Circo", in Claudia Marcia Ferreira (coord.) – **Circo – Tradição e Arte.** Rio de Janeiro: Museu de Folclore Edison Carneiro, FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

PRADO, Décio de Almeida. **Teatro de Anchieta a Alencar.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 13ª edição. Porto: Edições Afrontamento, Coleção: Histórias e Idéias/ 1, 1987.

SILVA, Erminia. **O circo**: suas artes e seus saberes. O circo no Brasil do final do Século XIX a meados do XX. Campinas: Unicamp, 2006.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro**: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Editora Altana, 2007

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 1998.

VARGAS, Maria Tereza (coord.). **Circo, Espetáculo de Periferia. Pesquisa 10** – São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento de Informação e Documentação Artística – Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea, 1981.

NA FRESTA DA LONA: O CIRCO EM RIO GRANDE

*José Francisco Baroni Silveira
Diego Pinto Santos*

RESPEITÁVEL PÚBLICO...

Este artigo foi escrito a partir da pesquisa “*Na fresta da Lona – O circo em Rio Grande*” realizada entre os anos 2007 e 2008 pelo Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal – OCUCO da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo a mesma desenvolvida com o apoio da Rede CEDES¹. A investigação foi centrada na cidade de Rio Grande-RS, e teve como objetivo analisar o significado e/ou a contribuição das políticas públicas em circo desenvolvidas e assumidas no referido município.

Partindo da idéia de um jeito artesanal de se fazer pesquisa, não adotamos *a priori* nenhum método fechado, porém nos utilizamos de alguns pressupostos que garantiram a cientificidade do trabalho. Num primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica e investigação documental. A partir da coleta de dados e informações sobre as práticas corporais circenses no município de Rio Grande, acervo este investigado através de pesquisa nos *sites*, na mídia escrita e televisiva, nos decretos e projetos de leis, definimos como categoria central deste estudo a temática de proibição de animais em espetáculos circenses.

Especificamente com relação às políticas públicas em Rio Grande, descobrimos a existência da Lei 5970/04 e da Lei 6012/05 que passaram a ser o foco desta investigação. A análise dos dados foi realizada a partir de uma triangulação das informações obtidas em documentos, entrevistas, material jornalístico, entre outros.

Observamos desta forma que os órgãos públicos e as empresas

¹ Rede CEDES é o Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer, ligado ao ministério dos Esportes.

privadas de grande porte do referido município, ao mesmo tempo em que, atualmente, marginalizam o Circo Tradicional, incentivam e dão visibilidade ao movimento do Circo Novo. Isto se torna perceptível em ações concretas como as constantes contratações de um grupo circense representante do Circo Contemporâneo para compor o cenário da cidade em datas comemorativas, feiras do livro e festas municipais.

A fim de aproximar o leitor das questões investigadas, principalmente em relação a temática de estudos, este texto foi distribuído nos seguintes tópicos-capítulos. Primeiramente estaremos tratando de fragmentos histórico do circo, onde numa rápida passagem pelo tempo desta arte milenar, estaremos te inserindo neste mundo mágico do circo.

Num segundo momento, abordaremos o circo em Rio Grande e aqui mostraremos um pouco da relação do Circo Tradicional e do Circo Novo com a cidade riograndina. O circo ganhando e perdendo espaço em um movimento incerto de abrir e fechar lonas.

Para o terceiro tópico, reservamos a temática central deste estudo, isto é, a proibição de animais nas apresentações dos circos. Mesmo sem uma idéia fixa de defesa dos circos com animais, percebemos que o movimento de proibição se faz em nome de uma campanha ambientalista, assim nos coube traçar alguns comparativos com atividades que também envolvem ‘crueldades’, ‘torturas’ e maus tratos aos bichos como as pesquisas científicas e os rodeios. Discutir a idéia de regulamentação e fiscalizando antes de uma proibição foi a tônica deste capítulo.

O que seriam as considerações finais estamos chamando de ‘antes do próximo passo’, sendo que neste momento falamos das mutações do circo num jogo cotidiano entre a vida e a morte. Aqui salientamos que um dos mais duros golpes de dificuldade ao Circo Tradicional está sendo a proibição dos animais em seus espetáculos. Assim o próximo passo está em aberto que poderá ser em direção a lona adentro ou a caminho de um terreno baldio sem trapezistas, domadores, palhaços e malabaristas, adormecendo assim o sonho de ver o circo traçando novos rumos ao nosso cotidiano.

O MAIOR ESPETÁCULO DA TERRA: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

*Esta lona furada
– Parece que ninguém lhe dá nada -
Já viveu histórias e loucuras,
Sonhos que passaram,
Tantas aventuras [...]
Sei que ninguém acredita
Que, mesmo rasgada, é bonita.
É só reparar e não ter pressa [...]
No peito da lona
Eu vejo
Meninos a voar.*

Hugo Possolo

Mesmo considerando a dificuldade de precisar onde e quando realmente surgiu a arte circense e o circo, a partir de reflexões de autores como Bolognesi (2003), e Torres (1998), é possível perceber o envolvimento desta arte com atividades esportivas, guerreiras e lúdicas.

Bolognesi (2003, p. 24), por exemplo, relaciona as raízes do circo com as Olimpíadas da Grécia antiga, justificando que as mesmas “sob o signo do esporte, expunham os atletas em disputas acrobáticas, no solo, em corridas e saltos, ou em aparelhos que permitiam a evolução do corpo no ar, em barras e argolas”.

Ruiz (*apud* TORRES 1998, p. 13) argumenta que a arte circense é considerada uma arte milenar que traz no seu histórico a hipótese de que: “o remoto ancestral do artista de circo deve ter sido aquele troglodita que, num dia de caça surpreendentemente farta, entrou na caverna dando pulos de alegria e despertando, com suas caretas, o riso de seus companheiros de dificuldades”.

Já Torres (1998) sugere que tudo pode ter começado com a arte acrobática, na sociedade primitiva da China, num torneio chamado a batalha contra Chi-hu (Chi-hu era o nome de um chefe de tribo) e que, de ano em ano, os programas foram enriquecidos com novos números: equilíbrio na corda bamba, sobre as mãos e percha, jogo de pelota, dança da espada, magia, tragar espadas, engolir fogo e outros números que se conservam até hoje em alguns circos. Através dos estudos do referido autor, pode-se depreender que o circo antigo tem como marca de

representação histórica o Circo Máximo de Roma que passou a se chamar Coliseu de Roma, colocando o Império Romano no que se conhece como a época do pão e circo.

Ainda referenciado por Torres (1998), podemos dizer que já existiam grupos circenses no final do século XVIII aqui no Brasil, e estes eram compostos por ciganos, que deslocavam-se entre as cidades em lombo de burros, apresentando pequenos espetáculos em dia de festa, nas feiras e nas praças. Entre estas atividades estavam as apresentações de doma de ursos, o ilusionismo e as exibições com cavalos.

A pesquisadora Viveiros de Castro (*apud* TORRES, 1998, p. 20) complementa essa informação ao afirmar que:

Sempre houve ligação dos ciganos com o circo. [...] Eles vieram para cá expulsos da Europa, e eram domadores, exímios cavaleiros, tinham cavalos etc. [...] Eles viajavam de cidade em cidade e faziam o que fizesse mais sucesso naquele lugar, em função do gosto da população local.

Em função das transformações econômicas, mas precisamente a ‘revolução comercial’ ou ‘ascensão do capitalismo comercial’, o modelo artesanal de produção começou a ser gradativamente substituído por um processo padronizado e semimecanizado de produção. Com isso as tradicionais feiras européias perderam sua importância, tendendo ao desaparecimento e a cultura popular apresentada nas feiras de ruas e praças se eclipsou gerando desemprego para um grande número de acrobatas, artistas ambulantes, saltadores e saltimbancos (BOLOGNESI, 2003).

Esses artistas buscaram nova organização seguindo a ordem comercial e a forma espontânea de entretenimento se organizou visando novos espectadores como compradores de espetáculo e diversão. O historiador Peter Burke (1989, p. 270-271) reforça essa questão ao evidenciar que:

o caso mais notável de comercialização da cultura popular é o circo, que remonta a segunda metade do século XVIII. [...] Os elementos do circo, artistas como palhaços e acrobatas, como vimos, são tradicionais; o que havia de novo era a escala da organização, o uso de um recinto fechado, ao invés de uma rua ou praça, como cenário da apresentação, e o papel do empresário.

Aproximadamente no início do século XIX, o Circo Moderno, mais conhecido como Circo Tradicional ou Clássico, rompe gradativamente com a forma antiga de pensar e organizar os espetáculos, promovendo apresentação de variedades, com homens e animais mostrando suas habilidades, exibiam o exótico e o esdrúxulo, representados pela mulher barbuda, o menor anão do mundo, o homem com escamas, a rapariga com pele de borracha, entre outros. Reunindo em espaços fechados de teatro e lonas, saltimbancos, funâmbulos, saltadores e palhaços, aos seus números equestres, o suboficial Philip Astley criou em Londres o primeiro circo europeu moderno, conhecido como *Astley's Royal Amphithéâtre of Arts*. (TORRES, 1998).

O Circo Moderno aqui no Brasil ficou conhecido também como Circo Família, pois com os ciclos econômicos do café, da cana de açúcar e da borracha, muitos artistas, de famílias inteiras vindas da Europa, permaneceram por aqui apresentando suas companhias circenses em recintos fechados denominados, cada um em seu tempo, de tapa-beco, pau a pique, pau fincado e americano².

Com as famílias dedicadas à atividade circense, envolvendo-se todos tanto na realização do espetáculo como também no processo de ensino aprendizagem desta arte, fez com que se consolidasse “algo que talvez seja típico do circo brasileiro, ou seja, a idéia de tradição circense” (BOLOGNESI, 2003, p. 47).

Colaborando com esta reflexão, Silva (1996, p. 56) nos afirma que

ser tradicional é, portanto, ter recebido e ter transmitido, através das gerações, os valores, conhecimentos e práticas, resgatando o saber circense de seus antepassados. Não apenas lembranças, mas uma memória das relações sociais e de trabalho, sendo a família o mastro central que sustenta toda esta estrutura.

O nomadismo também é uma característica marcante para os circenses tradicionais, que encontraram nesse estilo de vida uma forma de sobrevivência frente a dificuldades que perduram até hoje, tais como

²Com relação às mudanças nas formas estruturais dos circos, assim como as dificuldades enfrentadas em cada etapa como circos sem cobertura, falta de arquibancadas fazendo com que a platéia levasse a sua própria cadeira, necessidade de apresentar espetáculos diurnos por falta de iluminação, ver o belo trabalho de Ermínia Silva intitulado “O Circo: sua arte e seus saberes” (1996).

condições climáticas e o retorno financeiro proveniente da venda de ingressos na bilheteria. Aqui não se trata de restringir o nomadismo a uma simples alternativa de sobrevivência, pois se corre o risco de simplificar significativamente, desqualificando esse modo de vida que é também uma construção cultural dos ciganos e saltimbancos.

Bolognesi (2003) e Duarte (1995) referem-se ao nomadismo como uma ocupação de espaço aberto e indefinido, marcado pelos traçados que se desmancham e se deslocam à medida que um novo percurso se esboça, um desenraizamento e que, mesmo sendo estigmatizados como não-civilizados, infantis e vagabundos por um Império e uma República que sedimentavam uma identidade regional ou nacional, apregoando o enraizamento, estes nômades conseguiam e conseguem, além de provocar incômodos, despertar o fascínio.

Ainda referindo-se aos ‘incômodos’ que o estilo nômade causava à sociedade do século XIX, objetivada no esquadrinhamento com a fixação e acomodação de seus integrantes, Duarte (1995, p. 87) afirma que as evasões e os desejos de partir parecem acelerar nos habitantes a velocidade das linhas de fuga, fragmentadoras de máquina binária e dicotômicas, como família-profissão, trabalho-descanso, família-escola, escola-exército, exército-escola.

Nestes trajetos percorridos pelos Circos Tradicionais, seus artistas levavam espetáculo e entretenimento a população de diversas cidades. Referindo-se ao trabalho circense, os autores Bortoleto e Machado (2003) argumentam que os espetáculos circenses dos tradicionais eram centrados em realizar números difíceis, em mostrar o desafio, em encantar o público.

Dialogando com Bolognesi (2003, p. 49), percebemos que o Brasil adotou espetáculos com predomínio das atividades artísticas e corporais e que “apenas no século XX o circo brasileiro incorporou, por exemplo, os animais e as feras amestradas como elementos prioritários de seu espetáculo”.

Hoje em dia, pode-se dizer que existem três categorias básicas de espetáculos circenses no Brasil, divididos em circo-teatro, de variedades e o de atrações, sendo o de teatro e o de variedades considerado de pequeno e médio porte, já o circo de atrações está classificado como de grande porte (MAGNANI, 1998).

No final do século XX ocorrem algumas mudanças na forma de organização dos circos, que se evidenciam atualmente nas grandes

companhias circenses. O que antes estava modulado a partir das famílias, no curso do processo “tem imperado a idéia e a prática de empresa capitalista de contrato de mão-de-obra especializada” (BOLOGNESI, 2003, p. 49).

Com a presença do empresário de circo, muitas famílias deixam de lado as demais atividades para se dedicarem somente à prática artística, organizando-se em trupes familiares. Mais recentemente, aqui no Brasil, começam a surgir as escolas de circo, assim a arte circense passa de uma aprendizagem pelo trabalho, para uma aprendizagem escolar, e o primado do Circo Novo se faz presente.

Considerando os diversos problemas que os circos começam a enfrentar, os circenses tradicionais, preocupados com o futuro de seus filhos, percebendo que a vida no circo pode não ser mais promissora, iniciam a encaminhá-los para viver o cotidiano urbano, fora das lonas. Rompe-se gradativamente a continuidade no processo de formação de novos artistas, vindos das tradicionais famílias.

Para suprir esta demanda, aproximadamente na década de 1930-40 aparecem as primeiras escolas especializadas na formação de artistas circenses que na sua maioria objetivam preservar a tradição circense através do ensino regular e sistêmico da manipulação como malabares, de acrobacias aéreas como os trapézios, de acrobacia de solo, de equilíbrio como a perna-de-pau e o monociclo, assim como as técnicas especiais que consistem em pirofagia, comicidade, força capilar e dental.

Artistas que se fazem presentes também em performances, nos festivais, na televisão e na dança, começam a se dedicar a um aprendizado mais performático que produz, além de um espetáculo de dificuldade superada, uma sensação de prazer através do potencial estético e expressivo (BORTOLETO e MACHADO, 2003).

Para esses autores (2003, p. 53): “no circo novo, o mais difícil não significa o mais complicado, mais arriscado ou mais sobre-humano, senão o mais belo, plástico, visual, estético, etc.”

Considerado como sendo o Circo do Homem, por ter somente o ser humano em suas performances, a arte do Circo Contemporâneo busca uma adequação ao mercado artístico deste tempo, o que faz com que o corpo se torne algo exposto como produto, ou melhor, como um dos principais produtos que circulam na mídia, cuja exibição performática é objeto de consumo de outrem.

O espetáculo do corpo assume, então, diferentes possibilidades de

exibição. Segundo Melo ([2004], p. 26-27):

podemos identificar o auge de um processo que tem seu início nos anos finais do século XIX, quando a espetacularização do corpo passa a ser algo buscado e estimulado pela sociedade de consumo que começava a se estruturar. [. . .] transformado em produto de compra e venda, com um parâmetro aproximadamente homogêneo difundido com vigor pelos meios de comunicação (mesmo que devamos reconhecer quem em função da moda, tais modelos mudem de tempos em tempos), o corpo tem se transformado antes em um objeto de desejo inalcançável do que em uma dimensão fundamental de prazer e de reconhecimento das subjetividades.

Um dos ícones deste novo circo no mundo é o *Cirque du Soleil* que surgiu em Québec por volta de 1982, na junção de artistas de perna-de-pau, malabaristas e pirofagistas. Hoje o *Soleil* tem como característica contratar para fazer parte de seu elenco, ex-atletas, principalmente os ligados às ginásticas, em especial à ginástica de competição cujas origens vem das prescrições desenvolvidas ao longo do século XIX, onde valorizava-se uma pedagogia do gesto e da vontade. Assim, as práticas de artistas de rua, acrobatas e funâmbulos, que apresentavam o corpo como espetáculo-entretenimento, foram ressignificadas sob a ótica da utilidade, da economia e da retidão corporal.

Os espetáculos dos Circos Tradicionais geralmente apresentam uma seqüência de números isolados como trapézio, malabares, palhaços, mágicos, entre outros, onde um mestre de cerimônia faz a apresentação de cada um na sua chamada e na narrativa que discorre durante a execução do número, enfatizando a dificuldade e o perigo a que o artista está submetido.

No Circo Contemporâneo esta dificuldade não aparece como ponto alto, pois o espetáculo num todo é apresentado de forma seqüencial, tendo um fio condutor que interliga as cenas, seja de cunho teatral ou musical e a valorização se dá pela expressividade e representação dos movimentos, acrescidos de um cuidado especial com maquiagem, música, iluminação, cenário e figurino.

Tendo em seu elenco, entre outros, ginastas, acrobatas, atores, capoeiristas e bailarinos, este novo modelo de circo está representado por trupes e tem nas escolas especializadas na arte circense a forma de manter viva e valorizada a tradição dessa arte. São por estas inquietações

e transformações que alguns historiadores reafirmam que a linguagem circense está viva pois, segundo eles, o que está vivo pulsa de forma saudável e se modifica.

ITINERANTE: OS CIRCOS NA CIDADE DE RIO GRANDE

O Circo Tradicional, na cidade de Rio Grande, tem em seu histórico uma boa aceitação do público, o que se pode conferir em relatos orais, conversas informais e descomprometidas, em que se ouvem histórias de que os circos que se instalaram em Rio Grande, na sua grande maioria, apresentavam-se com ‘casa’ cheia, assim como se têm relatos de pessoas que faltavam as aulas e até mesmo ‘fugiam’ do colégio para assistirem, todos os dias, aos espetáculos circenses.

Matérias jornalísticas relatam que os circos contavam com o apoio dos órgãos públicos, com incentivos na divulgação, com programas específicos que custeavam a entrada de alunos das escolas estaduais e municipais no espetáculo e até mesmo com a cedência de espaços públicos destinado à instalação dos mesmos.

Porém, nos dias de hoje o poder público é que recebe os circos sem muita hospitalidade, procurando por vias legais criar empecilhos, dificultando ao máximo a permanência das companhias circenses na cidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, os problemas começam com uma lista de impostos e taxas (luz, incêndio e água), a inexistência de espaços adequados, a concorrência com *shoppings*, cinemas, videocassetes, DVD, assim como a falta de segurança para a população (IMBIRIBA, 2004)³.

Assim, aliado a este conjunto de alternativas de entretenimento acessíveis e atraente e resentindo-se de políticas públicas específica para atividade circense, a proibição de apresentação de animais nos espetáculos dos circos, como especificamente no caso da cidade de Rio Grande com aprovação da lei 5970/agosto/2005, pode ser um indício de reedição da história do Circo Tradicional a caminho de uma contagem regressiva de existência, um ‘último rugido do leão’.

Circos que costumavam freqüentar a cidade de Rio Grande

³ IMBIRIBA, L. 2004. O circo e o capital financeiro: o circo sem picadeiro. A Nova Democracia. Ano 2, n. 20, set. 2004. Disponível em: <www.anovademocracia.com.br> Acesso em: 27 mar. 2006.

proporcionando um tempo de lazer aos riograndinos, começam a baixar os mastros da lona deixando um tom nostálgico aos amantes desta arte. Podemos constatar esta situação ao ver recentemente o último espetáculo do Circo Garcia, que fechou as portas, ou a lona, por não conseguir superar a sucessão de problemas que se coloca diante dos Circos Tradicionais. O Garcia era uma das grandes companhias circenses, viajou por diversos países e por onde andava assumia o nome de Circo do Brasil.



CARTAZ DO CIRCO GARCIA.

O paulistano Antolin Garcia, aprendiz de alfaiate, saiu de casa atrás do Circo de Benjamin de Oliveira. Levanta lona própria em 1928, em Campinas, perto de São Paulo. O Circo Garcia viveu dias grandiosos. Excursionou por mais de dez anos, de 1954 a 1965: 72 países. Estava entre os quatro maiores do mundo. Chegou a manter cinco lonas e 200 artistas. No exterior usava o nome Circo Brasil. Na década de 1970, passou a criar e reproduzir chimpanzés. Em 29 de dezembro de 2001, fez a última apresentação. Era o fim do Rei do Circo.

Cartaz de propaganda do Circo Garcia⁴

Em estudo realizado na cidade de Rio Grande-RS, observamos que os órgãos públicos e as empresas privadas de grande porte deste município, ao mesmo tempo em que, atualmente, marginalizam o Circo Tradicional, incentivam e dão visibilidade ao movimento do Circo Novo. Isto se torna perceptível em ações concretas como as constantes contratações de um grupo circense representante do Circo

⁴ Fonte da imagem: (PROENÇA, 2006)

Contemporâneo para compor o cenário da cidade em datas comemorativas, feiras do livro e festas municipais.

Gostaria de salientar que ao falar das relações dos estilos de circo com órgãos públicos e privados no que se refere a políticas públicas, não se trata de comparação no sentido de se defender um circo ou outro, mas sim de chamar a atenção para uma diferença marcante entre o Circo Tradicional e o Circo Novo, que é a sua inserção nas comunidades.

Apresentados em lugares fixos sem um deslocamento de lonas, o Circo Novo com seus espetáculos de uma linguagem artística erudita, muitas vezes torna-se inacessível ao grande público em função de algumas razões tais como preços elevados na bilheteria e a utilização de teatros não freqüentados pelas camadas populares.

Por sua vez o Circo Tradicional em seus espetáculos além das atrações tradicionais circenses, funcionam como verdadeiros centros de atividades, apresentando shows musicais e humorísticos, peças teatrais com dramas e comédias, e também ‘abrem’ o picadeiro para apresentações diversas dos habitantes das localidades por onde passam.

Referindo-se aos espetáculos desses circos e mostrando além da importância destes para as comunidades, a sua proximidade afetiva, Bolognesi (2003, p. 52-53) afirma que:

isso, certamente, traz ao pequeno e médio circo brasileiro um lugar diferenciado na história do circo, ou seja, ele veio a suprir uma carência cultural, especialmente nas localidades longínquas, desprovidas de quaisquer iniciativas de políticas públicas. [...] Assim sendo, os pequenos circos ainda conservam, primeiramente o caráter de convívio festivo para o público de todas as idades.

Nestes circos, percebe-se a presença dos meios de comunicação de massa, intencionando apresentar em seus espetáculos ‘aquilo que o povo gosta’, no entanto o que mais chama a atenção é o uso que se faz deles no espetáculo, ou seja, a indústria cultural presente nas músicas, no teatro e na estrutura em si do show (MAGNANI, 1998).

O referido autor (1998, p. 49-50) complementa dizendo que:

o circo, dessa forma, situa-se a meio caminho entre a indústria cultural e as manifestações espontâneas, mas não é simplesmente um repetidor de uma e outras, pois quando delas se apropria submete-as a um processo de reelaboração, recodificação, produzindo assim um

discurso que leva a sua marca.

Ao ressaltar que a proibição dos animais em circo contribuem para o fechamento dos mesmos e exaltar as aproximações do Circo Tradicional com os moradores do centro, dos bairros e das vilas de uma cidade, não significada uma defesa aberta a manutenção dos espetáculos circenses com animais, mas sim um início de reflexão sobre o movimento da sociedade em geral em relação aos circos, questões estas que serão tratadas no próximo tópico.

RUGIDOS, BARRIDOS E GUINCHOS: FALA BICHO!

ARTIGO 1º: Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência.

ARTIGO 3º: a) Nenhum animal será submetido a maus tratos e a atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária, ela deve ser instantânea, sem dor ou angústia.

ARTIGO 7º: Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação de tempo e intensidade de trabalho, e a uma alimentação adequada e ao repouso.

Em análise as leis do município de Rio Grande-RS de nº 5970/agosto/2005 e 6012/novembro/2004 que versam sobre a proibição dos animais em circo, duas questões precisamente nos chamaram atenção e foram investigadas a partir destas leis: Primeiro a proibição de animais em circo; Segundo a alteração de redação no artigo 1º, que retira o termo ‘similar’ ficando a proibição somente em ‘espetáculos circenses’, a saber:

Lei 5970: “Art. 1º- Fica proibida, em todo o território do município do Rio Grande, a apresentação de espetáculo circense ou similar que tenha como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie.”

Lei 6012: Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 5.970, de 09 de agosto de 2004, passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º - Fica proibida, em todo território do Município do Rio Grande, a apresentação de espetáculo circense que tenha como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie”.

Neste momento mesmo sem ter a idéia de uma teoria da conspiração contra os circos e considerando os direitos dos animais, nos cabe suspeitar do porque os espetáculos similares foram poupados desta

proibição? só os circos maltratam os animais? os parques temáticos circenses que utilizam animais podem funcionar regularmente? as experiências científicas podem utilizar animais sem restrições? atividades similares como os rodeios e a farra do boi não devem ter o mesmo tratamento que os circos?

Enfim, o que leva algumas associações, órgãos governamentais e não governamentais, a classe política e a mídia em geral a este ataque furioso de proibição aos animais em circo em nome de uma proposta ambientalista esquecendo ou fazendo ‘vistas grossas’ para as indústrias altamente poluentes, para os maus tratos e as ‘torturas institucionalizadas’ nos espetáculos de rodeios e pelo meio acadêmico-científico praticadas.

A seguir apresentaremos alguns pontos e contra pontos com relação aos maus tratos dos animais, não a fim de defender esta ou aquela prática mas sim com o intuito de salientar as semelhanças na lida com os animais e as diferenças no tratamento dado pela sociedade em geral ao meio científico, aos rodeios e aos circos.

COBAIAS: EM NOME DA CIÊNCIA

ARTIGO 4º: b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

ARTIGO 8º: a) A experimentação animal, que implica em sofrimento físico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) Técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Tanto no meio científico quanto no meio acadêmico, a utilização de animais vivos em diversos experimentos é considerada uma prática natural e indispensável, em razão da imersão dos cientistas, estudantes e da sociedade em geral em um paradigma que estabelece a ciência como a *dona da verdade* e elege a vivisseção como único modo para se obter conhecimento sobre o mundo natural. Desta forma, são praticados atos que, fora do contexto científico em que os sujeitos se encontram, seriam considerados inaceitáveis devido ao grau de violência que alcançam. (FERRARI, 2004).

Desta forma, cães, gatos, macacos, ratos, coelhos, entre outras tantas espécies transformadas em meras *cobaiais* em experiências,

passaram a sofrer refinada tortura nas mesas cirúrgicas, sob a justificativa de seu *sacrifício* reverter em prol da ciência.

Porém, muitos dos experimentos são feitos por motivos fúteis e torpes, como aqueles em que animais são cegados para a produção de xampus, batons e canetas, ou aqueles em que são utilizados em testes de colisão pelas indústrias automobilísticas. Outros tipos de experimentos que evidenciam a não preocupação com o bem-estar da humanidade são aqueles realizados pela já citada indústria de armamentos, que incluem testes de radiação, testes com gases letais, testes biológicos, balísticos (onde animais servem de alvo) e provas de explosão, com cobaias expostas ao efeito de bombas (GREIF e TRÉZ, 2000 *apud* FERRARI, 2004).

Considerando estas questões, grupos de cientistas antivivisseccionistas ressaltam a possibilidade da utilização de métodos substitutivos, salientando que entre estes métodos já existentes, encontram-se, a título de exemplo: modelos e simuladores mecânicos; filmes e vídeos interativos; simulações computacionais e de realidade virtual; acompanhamento clínico em pacientes reais; experimentações não-invasivas em humanos e animais; estudo anatômico em animais mortos por causas naturais ou alheias à experimentação. (FERRARI, 2004).

ANIMAIS SUBMETIDOS A EXPERIMENTOS CIENTÍFICOS⁵



Tumor Induzido



Eletrodo No Cérebro



Aparelhos de contenção para práticas sem anestesia

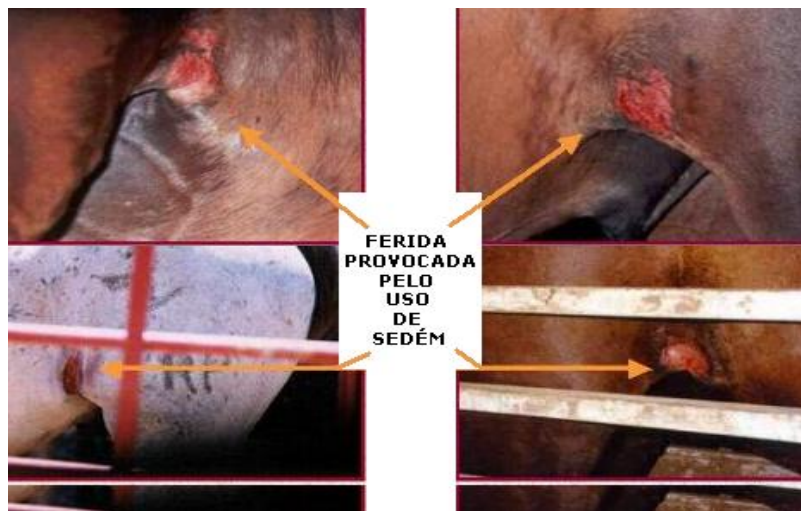
⁵ Fonte das imagens: (NEUWALD, 2006).

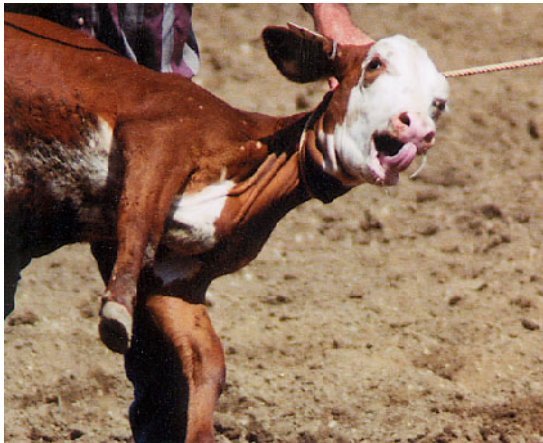
HUMANANIMAIS: ESPETÁCULO DOS RODEIOS BORRANDO FRONTEIRAS⁶

ARTIGO 10º: Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal.



⁶ Fonte das imagens ((<http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&um=1&q=rodeio%3B+fotos&sa=N&start=140&ndsp=20>))





REPAREM O PESCOÇO DO BEZERRO

ARTE DO CIRCO – afinal que bicho é este?

ARTGO 4º: a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático, e tem o direito de reproduzir-se.

Como vem sendo relatado, os circos diferentemente dos espetáculos de rodeios e farra do boi, antes de terem uma proposta de

regulamentação com uma fiscalização séria por parte dos órgãos competentes, sofre diretamente o peso da proibição o que de certa forma é a grande responsável por fazer sucumbir do cenário arquitetônico das cidades as lonas que se armam e desarmam num frenesi do espetáculo popular.

Com relação à esta postura, o Sindicato dos Artistas luta para que seja revisto esta determinação, pois alegam que com isso acaba se tirando postos de trabalho dos tratadores e dos domadores, profissões estas regulamentadas por lei e que, sem espetáculo, não tem serviço nem para os outros artistas. Reforçam também a idéia de que é necessário uma fiscalização mais eficaz quanto ao tratamento dado aos animais e que proibir não é a melhor solução (IMBIRIBA, 2004).

O mesmo sindicato questiona o processo arbitrário e antidemocrático pelo qual estão sendo tratados “mágicos, treinadores, domadores, tratadores de animais, de quase 1.500 famílias circenses de aproximadamente 250 circos” (RODRIGUES, [200-]), uma vez que os mesmos não foram nem sequer convidados para discutir sobre a formulação de documentos de lei que os atingem diretamente.

Assim, as manifestações dos circenses inclusive representantes do Circo Novo que não utiliza animais, se restringem aos jornais e principalmente em sites e grupos de discussão da internet, onde as opiniões são praticamente unânimes em favor da presença de animais nos espetáculos desde que o bom trato aos mesmos prevaleça, colocando-se assim definitivamente contra os maus tratos e a favor de uma regulamentação que defina o que é necessário para que um animal possa se fazer presente nas apresentações circenses. Desta forma reivindicam punição aos infratores, pois acreditam que existe sim seres humanos que cometem atrocidades com os animais, porém salientam que não se pode marginalizar de forma indiscriminada e generalista todos os artistas de circo.

Em alguns debates isolados longe dos fóruns de decisão, travou-se algumas discussões a respeito da violência sobre o animal considerando o fato da retirada dos mesmos de seu habitat natural e também dos maus tratos para com os mesmos a fim de domá-los para apresentações no picadeiro.

Representantes da classe circense em tom de defesa trazem algumas considerações a se pensar como as idéias de que: o maior interessado no bem estar do animal é seu domador, pois representa um retorno significativo de bilheteria, porém sua aquisição é de alto custo

assim como a manutenção dos bichos com cuidados de veterinário, medicamentos e alimentação; os animais dos circos atualmente não são mais da selva pois eles já nasceram em cativeiros; os circos representam uma oportunidade real de povos longínquos terem contato com animais ‘selvagens’.

Por fim consideram como preconceituosas as leis de proibição baseadas nos maus tratos para o adestramento, justificando que a “polícia militar conta com estábulo e canil e adestra cavalos e cachorros para apresentações. Se há um modo de adestramento que a PM utiliza sem maus tratos aos animais, então deve haver para o adestramento em circos também” (MAESTRO e LUIZ, [200-]).

Acredita-se assim num comprometimento com relação a diversidade e a identidade cultural tradicional dos espetáculos de uma arte milenar que vem dos acrobatas da china, dos atletas da Grécia, as corridas de bigas dos circos romanos, os saltimbancos e os Circos de Cavalinhos. É que também é considerada como a “única forma de manifestação artística que chega em todos os recantos do mundo, cidades, vilas, favelas, e é prestigiada por todo o tipo de público, de todas as idades e camadas sociais” (RODRIGUES, [200-]).

ANTES DO FIM: CRESCE UMA LONA OU O TERRENO FICA BALDIO?!

Podemos perceber que o circo neste seu tempo milenar foi marcado por dificuldades, resistências e mudanças, cada uma a seu tempo, conseguindo ainda assim manter viva e pulsante a prática das atividades circenses.

O movimento do Circo Novo em alguns momentos pareceu ser o grande vilão do Circo Tradicional, ou seja, travestido com uma nova roupagem este movimento dava o tom de que por si só o Circo Tradicional tenderia a ‘morte’.

Porém, resistindo a idéia do novo, como uma consagração em cima do tradicional, Hugo Passolo (2002, p. 4) nos diz que “o circo, como qualquer outra atividade artística, sempre se renova e se modifica de acordo com as gerações. Acho que esse título, ‘circo novo’, só existe por uma questão de mercado. E infelizmente, uma questão de mercado que tem sufocado os artistas mais tradicionais”.

Outro aspecto que se revelou como uma possibilidade de

fechamento dos Circo Tradicionais foi o surgimento de diversas formas de entretenimento, cada vez mais acessíveis e atraentes ao grande público. Dialogando com Roger Avanzi (2002) o mesmo nos diz que essa história não é de hoje, que quando apareceu o cinema, depois o som no cinema e veio a televisão, o circo até balançou, mas sempre resistiu. O circo nunca foi o mesmo, nasceu de um jeito e vem se transformando ao longo do tempo, assim já tivemos o circo-teatro, o circo-de-tiro e é de novo com o circo que se faz hoje.

A partir do estudo que teve como foco central a temática referente a proibição do uso de animais em circo, observamos que em nome de uma atitude ambientalista a sociedade como um todo foi tomada pelos meios formadores de opinião da idéia de que os circos que tem animais mal tratam os mesmos, criando assim o slogan de que ‘circo legal, não tem animal’, sendo que para as ‘crueldades’ com animais no meio científico e nos rodeios houve um contentamento com uma possível fiscalização, antes da proibição, quanto a forma de tratamento dada aos bichos.

No que se refere especificamente a cidade de Rio grande-RS, vimos que a falta de políticas públicas em circo e a determinação de leis proibindo o uso de animais nos espetáculos circenses, oferece aos Circos Tradicionais tamanha dificuldade inviabilizando a circulação de lonas circenses e seus espetáculos, fazendo com que a idéia de circo fique embalada nos sentimentos nostálgicos dos riograndinos.

REFERENCIAS

BOLOGNESI, M.F. **Palhaços**. São Paulo: UNESP, 2003.

BORTOLETO, M.A., MACHADO, G. Reflexões Sobre o Circo e a Educação Física. **Corpoconsciência**. n.12, p.41 – 69, jul./dez. 2003.

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUARTE, R. **Noites Circenses**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

FERRARI, B. G. **Experimentação Animal**: aspectos históricos, éticos, legais e o direito à objeção de consciência. Bauri SP: 2004. Monografia de graduação, Instituição Toledo de Ensino, 2004.

IMBIRIBA, L. 2004. O circo e o capital financeiro: o circo sem picadeiro. **A Nova Democracia**. Ano 2, n. 20, set. 2004. Disponível em: <www.anovademocracia.com.br> Acesso em: 27 mar. 2006.

MESTRO N. e LUIZ, K. Associação pede revisão de lei contra animais de circo. [200-]. Disponível em: <<http://www.pindoramacircus.com.br/novo/textos/textos.asp>>. Acesso em: 11 de set. 2009.

MAGNANI, J.G. **Festa no Pedação**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: UNESP e HUCITEC, 1998.

MELO, V. **Esporte e Arte**. Rio de Janeiro: [2004], 15p. Projeto Segundo Tempo Programa de Capacitação Continuada. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/esporte_arte_ministerio.pdf> Acesso em: 2 mai. 2005.

NEUWALD, N. **Da necessidade de experimentos em animais**. São Paulo SP: 2006. Monografia de especialização, Faculdades Metropolitanas Unidas, 2006.

PROENÇA, M. Circo: 50 Séculos de Alegria. **Brasil**: Almanaque de Cultura Popular. São Paulo, ano 7, n. 84, p. 18-21, mar. 2006.

REVISTA E. Arte Circense: hoje tem marmelada! Ano 8, n. 57, fev. 2002.

RODRIGUES, M. Manifesto CONATED contra a proibição de animais em circo. **Colégio Nacional dos Sindicatos de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões**. [200-]. Disponível em: <<http://www.pindoramacircus.com.br/novo/textos/textos.asp>>. Acesso em: 05 de ago. 2009.

SILVA, E. **O Circo**: sua arte e seus saberes, o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 1996

TORRES, A. **O Circo no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNARTE, São Paulo: Atração Produções Ilimitadas, 1998.

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA E UM SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer

INTRODUÇÃO

Este texto dá prosseguimento às discussões iniciadas nas pesquisas intituladas “Políticas Públicas para Educação Física na cidade do Rio Grande: onde a política é o esporte” (2006-2007) e “Jogos Escolares na cidade” (2007-2008). Tais pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo FURG da Rede CEDES dirigem-se à análise do funcionamento da educação física e do esporte na cidade considerando que constituem políticas públicas de esporte e lazer. Além disso, muito do que aqui se anuncia está relacionado às problematizações que vem sendo desenvolvidas nas reuniões do Conselho Municipal de Esporte e Lazer da cidade do Rio Grande – RS.

Na cidade do Rio Grande as manifestações esportivas destacam-se, seja pelo desenvolvimento de determinadas modalidades¹ nos âmbitos estadual, nacional e até mesmo internacional, seja pela história que os jogos escolares “escreveram” na cidade². Entretanto, em relação

¹ Na cidade do Rio Grande já foram expressivas a prática e os resultados competitivos de algumas modalidades como: remo, natação, basquetebol, futebol, futebol de salão, esgrima, handebol, voleibol, atletismo, vela, surf, entre outras. O que considero aqui como expressivo é o número elevado de praticantes nos clubes, escolas, indústrias etc. Com um número elevado de praticantes algumas modalidades alcançaram resultados regionais, estaduais, nacionais, e até sul-americanos.

² Além da constatação de que os Jogos Escolares são as únicas (única) políticas públicas explicitadas para a educação física e esportes na rede pública de ensino da cidade do Rio Grande-RS, estes jogos têm na cidade uma longa história associada ao próprio desenvolvimento do esporte, especialmente, os Jogos da URES (União riograndina de

às vivências esportivas no âmbito do lazer, a cidade carece de espaços suficientes e em condições satisfatórias para que a população seja estimulada e, efetivamente disponha de locais, implementos, segurança, proximidade com suas residências, etc. para usufruir do esporte em seu tempo de não-trabalho. Logo, constata-se que a carência de políticas públicas de esporte e lazer em Rio Grande acaba por se constituir como política para a área, o que a princípio parece ser uma contradição.

Um conjunto de pesquisas³ desenvolvidos pelo Núcleo FURG da Rede CEDES, ainda que não fosse este seu objetivo, constituíram certo “diagnóstico” inicial acerca da existência e implementação de políticas públicas de educação física e de esporte e lazer na cidade apontando para a necessidade de haver investimentos na discussão, elaboração e proposição destas. Associado a estes acontecimentos, há que se reconhecer que o estabelecimento de uma “nova”⁴ Política Nacional de Esporte e as discussões⁵ que estão sendo levadas a termo sobre a constituição de um “novo” Sistema Nacional de Esporte e Lazer afetam diretamente o debate sobre este tema nas cidades e estados brasileiros.

Em Rio Grande não foi diferente. Uma série de acontecimentos colocou em debate a necessidade de organização e desenvolvimento do esporte na cidade. Entre estes acontecimentos pode-se elencar a criação da Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Lazer – SMTEL e do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e a criação do Núcleo da Rede CEDES – ME na FURG. Além disso, toda movimentação gerada pela

estudantes secundários). Tais constatações são extraídas das pesquisas anunciadas logo acima.

³ Embora não seja exclusividade da cidade do Rio Grande a carência de espaços públicos e o destrato em relação a estes e às condições para a prática de esportes e lazer, foram identificados diversos elementos em diferentes pesquisas do Núcleo FURG da Rede CEDES (HECKTHEUER; CRUZ; SILVA; VALÉRIO; SILVEIRA, 2009) caracterizando tal situação.

⁴ Os adjetivos nova referindo-se à elaboração de uma Política Nacional de Esporte e novo ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer têm neste texto o significado de atualização de algo que já existiu em termos legais.

⁵ Todo processo da I e II Conferência Nacional de Esporte, realizadas respectivamente em 2004 e 2006, e a movimentação para a realização da III CNE prevista para 2010 colocam em discussão de forma produtiva o esporte e o lazer como alvo de desenvolvimento e regulamentação por parte do Estado. Apesar da preocupação expressa nos documentos destas conferências de que não se reduza um ao outro, o debate aponta para uma conexão estreita entre ambos quando se aborda o esporte e o lazer em termos de políticas públicas.

instalação de um Pólo Naval afetou a cidade de maneira geral, em todos os setores. Assim, temos em debate pela cidade, questões de ordem habitacional, de saúde, dos transportes, de segurança, de educação, de lazer etc, principalmente no que possa estar relacionado à alardeada duplicação da população em curto espaço de tempo.

Em decorrência disto foram realizados dois eventos que podem também ser considerados exemplares do momento que vive a cidade no que diz respeito a problematização do funcionamento e desenvolvimento do esporte: a realização do “I Seminário de Políticas Públicas de esporte no município do Rio Grande”, organizado pelo Observatório da Cultura Corporal – OCUCO/FURG e pela SMTEL/PMRG; e a realização de uma Audiência Pública para tratar do tema esporte chamada pela Câmara de Vereadores de Rio Grande (16/07/2009).

A enumeração dos acontecimentos acima não pretende atribuir causalidade direta entre estes e a necessidade de formulação de políticas públicas para a área de esporte e lazer na cidade do Rio Grande, mas mapear o cenário em que está se desenvolvendo este debate. Se de um lado procuramos escapar de mecanismos de causa e efeito para pensar os acontecimentos, de outro, não podemos negar que estes mantêm entre si relações de diferentes ordens. Muito menos se pretende discutir uma possível adequação de conteúdo entre os processos de construção no nível nacional e municipal. Logo, se tem buscado não a implantação da Política Nacional do Esporte e dos princípios apontados para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, mas analisar como está se dando a construção de uma Política e de um Sistema para o esporte e o lazer no município. No nível nacional trata-se de uma “nova” Política e de um “novo” Sistema já que outros os antecederam, mas no nível municipal trata-se da construção de referências não existentes até então neste nível. Neste sentido, a única tentativa de organizar, e em certo sentido fomentar, o esporte na cidade do Rio Grande em termos legais é a constante na Lei Orgânica do Município (1990/001), capítulo III do Desporto Art. 170 e 171, que afirmam:

Art. 170 - É dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal do Desporto, regulado em lei, tem por finalidade a elaboração da política municipal de desporto.

Art. 171 – O Poder Público proporcionará à comunidade meios de

recreação sadia e construtiva mediante:

I – reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, praias e assemelhados como base física da recreação urbana;

II – construção e equipamento de parques infantis, centros de juventude e edifício de convivência comunitária.

É a isto que se dedica este texto – discutir as relações que estão se estabelecendo na Cidade do Rio Grande em torno da formulação de uma Política ou Plano Municipal de Esporte e de Lazer e de um Sistema Municipal de Esporte e Lazer. Trata-se menos de um artigo, e mais de uma reflexão sobre a maneira como está acontecendo o debate neste município. Entre os efeitos estimulantes que as discussões no nível federal podem produzir para a construção de uma Política ou Plano Municipal para a área de esportes e de lazer, e, as demandas que a população riograndina coloca ao setor público como forma de satisfazer suas necessidades e garantir seus direitos é que se situa este debate.

O DEBATE NACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

No nível nacional, o debate sobre políticas públicas de esporte e lazer não pode ser restrito ao acontecido em torno das Conferências Nacionais e do marco legal produzido nos últimos anos, pois têm se multiplicado neste mesmo período a produção de pesquisas e a organização de Seminários com o objetivo de discutir e acumular análises. Neste sentido, pode-se afirmar que esta é a temática da década na área de educação física, esporte e lazer, sem que com isto se menospreze outras discussões que vêm ocorrendo. Pode-se atribuir à criação da Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer – pelo Ministério do Esporte, o estímulo a produção acadêmica nesta área o que tem contribuído para ampliar e qualificar este debate.

Mas, há que se reconhecer que a realização da I e II Conferência Nacional de Esporte - CNE e o anúncio da realização da III⁶ em 2010

⁶ Encontra-se no portal www.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp a programação (calendário, formas de participação e credenciamento para as diferentes

colocam em discussão o tema do esporte e do lazer não só como direito constitucional⁷ de todos e de cada um, mas também como um dos temas brasileiros em maior destaque neste início de século. Tendo como temáticas “Esporte, lazer e desenvolvimento humano” (2004) e “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” (2006) estas conferências se organizaram a partir do objetivo de produzir um amplo debate na sociedade sendo realizadas, para isto, etapas das conferências nos níveis municipais, regionais, estaduais e, por fim, nacional.

Após a aprovação da Lei Maior, em 1988, uma tímida movimentação por parte do Estado se sucedeu no sentido de regulamentar o que estava nela estabelecido em termos de preceito constitucional.

Mesmo com a criação da nova Carta Magna, o esporte não foi prontamente regulado. O Ministério do Esporte foi criado apenas em 1995 com caráter extraordinário, sete anos depois de entrar em vigor o mais importante documento legal do país. Para que se evidenciasse a necessidade de criação de um ministério permanente, cuja existência não dependesse das nuances da política brasileira, foram necessários outros oito anos. (ALVES e PIERANTI, 2007)

No entanto, desde a criação do Ministério do Esporte o Estado tem se empenhado em discutir com a sociedade maneiras de organizar e regulamentar o setor. Isto está expresso nos documentos finais das I e II Conferência Nacional de Esportes, na aprovação da “Política Nacional de Esporte”, nos investimentos na construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, na aprovação da “Lei de Incentivo ao Esporte”, na aprovação do “Estatuto do Torcedor” e na formulação do “Estatuto do Esporte”.

As principais conseqüências deste debate e, principalmente, o estabelecimento de um novo marco legal foi a realização do Pan-americano de 2008, a confirmação da copa do Mundo em 2014 e das

etapas) da III Conferência Nacional do Esporte que terá como tema: "POR UM TIME CHAMADO BRASIL" – Plano Decenal do Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. A Etapa Nacional ocorrerá de 03 a 06 de junho de 2010, em Brasília – DF.

⁷ O artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988 explicita o esporte e o lazer como direitos de todos e de cada um, além de ser incisivo ao estabelecer prioridade na aplicação de recursos públicos para o esporte educacional. As CNE tratam o esporte e o lazer a partir deste marco legal.

Olimpíadas 2016 serem realizadas no Brasil, relacionando o desenvolvimento do esporte a uma política de realização de megaeventos. Estas primeiras conseqüências podem ser questionadas quando à luz da Política Nacional de Esporte, uma vez que estas estão diretamente associados ao esporte de rendimento que é uma das dimensões de prática do esporte. Não resta dúvida que a organização e realização destes megaeventos têm rebatimentos práticos em outras dimensões – esporte educacional e esporte participação –, mas dá a entender que a dimensão associada ao rendimento ou alto nível é mais importante que as outras (inclua-se aqui uma quarta dimensão que é o esporte social). Ou seja, parece que o modelo das competições internacionais – Jogos Olímpicos e Campeonatos/ Copas Mundiais entre nações e clubes – prevalece como principal estratégia para o desenvolvimento do esporte no país. Com isto não se quer de maneira nenhuma negar o que tem sido proclamado como “legado” que estes eventos de grande porte deixam no país e especialmente nas regiões em que se desenvolvem os jogos (cidades-sede), mas apontar para efeitos imediatos mensuráveis que estão associados ao debate que vem se desenvolvendo no país.

AS INICIATIVAS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE EM TORNO DO DEBATE

Nas discussões que tem ocorrido na cidade em torno da temática esporte e lazer, seja nas reuniões do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, seja nos eventos citados anteriormente, a questão do financiamento do esporte tem polarizado em certo sentido o debate. Em parte, pelo caráter imediatista de tal questão, já que efetivamente são necessários recursos para implementar iniciativas, projetos e atividades no setor. De outra parte, existe uma forte demanda pelo “direito ao esporte e ao lazer” por parte da população que reivindica da parte do Estado o provimento e as garantias de acesso aos direitos, que por sua vez exigem dispêndio orçamentário. Além disso, quando colocado ao lado de investimentos como educação, saúde, segurança, o esporte e o lazer, não tem sido colocados como prioridade (o que não se trata de reivindicar).

Sendo assim, a preocupação com o financiamento do esporte e do lazer tem mobilizado as pessoas quando se debate o tema. No entanto, a

polarização do debate a cerca do financiamento tem como consequência não ser colocado em debate na cidade “qual” esporte se deseja e sim suas condições de desenvolvimento, parecendo que determinado modelo esportivo está consolidado no pensamento das pessoas envolvidas, como se fosse impensável outras possibilidades de vivência do esporte e do lazer. Nesta direção, muitas vezes o lazer tem sido reduzido às possibilidades de práticas esportivas e o esporte ao modelo competitivo. Dois exemplos demonstram o que quero dizer: um é o modelo dos jogos escolares como única política pública de educação física e esportes para o que se trata por “esporte escolar”; e outro, são as demandas por recursos reivindicadas à SMTEL, e até mesmo ao CMEL⁸, em que são solicitadas passagens e diárias para a participação em eventos esportivos (competições). Tais exemplos sugerem que o modelo que pode balizar o desenvolvimento do esporte na cidade está dado e que se trata apenas de garantir o seu financiamento.

Se no nível municipal o entendimento de que o modelo de esporte competitivo e de rendimento deve prevalecer é tomado pacificamente, no debate nacional estão colocadas, inclusive formulado legalmente⁹, as diferenciações entre esporte educacional, esporte de participação (recreação e lazer) e esporte de rendimento. Tal formulação é explicitada nos seguintes termos:

I – desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e

⁸Neste sentido, parece haver um equívoco quanto à função do Conselho Municipal de Esporte e Lazer já que suas principais atribuições são formular, acompanhar e avaliar Políticas Públicas para o setor.

⁹ Lei nº 9615/98.

estas com as de outras nações. (LEI Nº 9.615, 1998, Art. 3º).

No entanto, se atentarmos para os principais efeitos da aprovação de uma Política Nacional de Esporte e das discussões no nível federal em torno da construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, veremos que, tanto no marco legal (Estatuto do Esporte, Estatuto do Torcedor e Lei de Incentivo ao Esporte), como nos megaeventos realizados e anunciados para ocorrerem no Brasil (Pan-Americano e Para-Pan-Americano de 2007, realizados no Rio de Janeiro; Copa do Mundo de Futebol de 2014, que será realizada no Brasil e Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro) privilegiam o modelo competitivo e de rendimento, principalmente naquilo que tem sido tratado por “esporte espetáculo”.

O DESAFIO DE CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE DO RIO GRANDE

Nesta parte do texto me restringirei a sistematizar aspectos que têm surgido no processo de construção de um Plano ou Política e de um Sistema Municipal de Esporte e Lazer. Alguns destes estão aqui enumerados pelo caráter polêmico que manifestam, outros pela necessidade de serem problematizados com mais refinamento.

1. Como já antecipei, a problemática do financiamento se apresenta como mobilizadora da atenção da comunidade, podendo gerar, quando abordada, interesse imediato pela discussão sobre o esporte e lazer. A principal problematização que identifiquei como necessário ser levada adiante é a operação de deslocamento da idéia de “gasto” para uma idéia de “investimento” quando se trata de financiamento de direitos constitucionais e atendimento de demandas da sociedade. Tal inversão pode ter conseqüências positivas na distribuição orçamentária quando assumida em termos políticos. Neste sentido, pode-se trabalhar com a idéia de elaboração e proposição de uma Lei Municipal de Incentivo ao Esporte. Ainda que isto signifique renúncia fiscal e no meu entendimento não dê conta de financiar de maneira abrangente o esporte e o lazer, esta é uma possibilidade de financiamento que deve ser levada em conta. Associado a isto, a reivindicação de um percentual fixo de destinação orçamentária pode garantir a implementação e manutenção de programas, planos e projetos permanentes para o desenvolvimento do esporte e do lazer na cidade. Em termos de financiamento, Veronez

(2005) sugere que a atribuição do desenvolvimento do esporte de alto rendimento poderia ficar a cargo do governo federal, o governo estadual deva se responsabilizar pelo esporte educacional e os municípios poderiam assumir a massificação do esporte na sua dimensão participativa, de modo semelhante ao que se dá na educação onde a união é responsável pelo ensino superior, o estado pelo ensino médio e os municípios pelo ensino fundamental.

2. Associado à temática do financiamento uma segunda questão deve então ser problematizada: “que” esporte cabe ao estado financiar? A Carta Magna de 1988 atribui prioridade ao esporte educacional na destinação de recursos públicos para investimentos em esporte. A Lei Federal 9615/98 estabelece o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de rendimento como manifestações nas quais o esporte pode ser reconhecido. Além disso, o Ministério do Esporte tem se referido ao esporte social como outra possibilidade de manifestação. Cabe a uma Política ou Plano Municipal de Esporte estabelecer, considerando os preceitos legais, as formas de investimento e a decisão sobre que manifestação esportiva cabe ao Estado investir. Exemplificando esta questão, existe no município do Rio Grande, o “Fundo Municipal de desenvolvimento do esporte e do lazer” com a finalidade de receber recursos, destinado a apoiar projetos estritamente esportivos e de lazer de iniciativa de pessoas jurídicas de direito público ou privado.” (Art. 1º, 2007). Na criação de tal fundo foram previstas possibilidades de disposição dos seus recursos, mas não é abordado o percentual de aplicação de acordo com as diferentes manifestações esportivas, supondo-se que quando se fala esporte estão incluídas estas diferenças ou que simplesmente elas não existem.

3. Passo a seguir à uma terceira questão: como estabelecer o debate com a sociedade vislumbrando a construção de uma Política e Sistema Municipal de Esporte e Lazer que não sejam considerados “documentos mortos”? A este respeito, o processo levado a diante pelas Conferências Nacionais de Esporte (I, II, III) onde está prevista a realização de etapas (livres, preparatórias, municipais ou regionais, estaduais e nacional) parece servir de modelo para que se estabeleçam mecanismos participativos, mas a preparação de tais etapas deve suspeitar da colocação de princípios que não sejam estabelecidos a partir das próprias etapas, uma vez que muitas vezes o que se denomina “princípios” ou “diretrizes” já está carregado de decisões onde o

problema que pode se manifestar com o estabelecimento dos mesmos possa ser “quem” os estabeleceu. Valorizar as etapas locais, investindo nas demandas próximo da onde elas se manifestam, e perseguindo formas articuladas de garanti-las, pode por um lado alongar o processo de constituição de políticas públicas, mas por outro lado, pode servir para que não se produzam “documento mortos”.

4. Um dos caminhos para uma articulação estratégica e conseqüente na elaboração de políticas públicas de esporte e lazer pode ser a perseguição do que se denomina intersetorialidade. Neste sentido, a constituição de um Fórum que trabalhe articulando os poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário) e a sociedade, a realização de Audiências Públicas periódicas que não fiquem exclusivamente a cargo de iniciativas individuais ou de bancada (organizadas conjuntamente ao CMEL), pode vir a dar sentido diferenciado a uma Política ou Plano e a um Sistema Municipal de Esportes que ao mesmo tempo: de conta do desenvolvimento das diferentes dimensões e manifestações esportivas na cidade, da atualização permanente das políticas públicas deste setor e que racionalize esforços e gastos no atendimento das demandas de diferentes setores como segurança, saúde, educação, habitação, transporte etc. Mas, de que maneira podemos tratar e sustentar estas discussões em termos de demandas por direitos? Tal questionamento assume relevância, seja porque tais direitos, efetivamente, não tem sido garantidos, seja porque remetem a uma visão quase natural de direito como se isto não fosse construído histórico e culturalmente. Pode-se, por exemplo, suspeitar se o estado deve priorizar o direito ao esporte e ao lazer quando se aborda outras questões de direito como alimentação, educação, saúde, segurança etc. A intersetorialidade parece ser um caminho para o encaminhamento destas lutas, para que não se chegue a estabelecer qual direito é mais essencial, o que poderia motivar disputas sobre importância e prioridade de investimentos. Até porque esta pode ser uma forma de desobrigar o poder público de garantir o que foi conquistado “como” direito.

5. Para isto, O CMEL deve assumir o protagonismo destas iniciativas, assim como de outras que lhe dêem visibilidade e sentido de referência para este debate. Por exemplo, a partir de suas funções, propor e fiscalizar a construção ou reserva de espaços nos projetos habitacionais, já que, estes tem se multiplicado na cidade e se caracterizado pelos anúncios como sendo para numerosos moradores. A

proposição, acompanhamento e atualização de políticas públicas para o setor do esporte e do lazer são atribuições centrais deste Conselho que deve funcionar como mecanismo de controle social. O Conselho deve ser o garantidor de que políticas públicas para o setor não sejam utilizadas de forma eleitoreira e propagandística, mas que, acima de tudo, atendam as demandas sociais e possibilitem que a sociedade exerça controle sobre estas. Uma maneira de investir no Conselho como forma de controle social seria a organização sistemática de eventos em que a comunidade riograndina possa, de forma participativa, ser ouvida sobre as demandas e rumos do setor no município. Associado a isto, cabe ao Conselho a responsabilidade de cobrança ao Executivo de que sejam dadas conseqüências aos encaminhamentos do mesmo, uma vez que este tem “caráter consultivo e deliberativo na formulação, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Município.” (Lei Municipal nº 6333).

6. Enquanto formula as Políticas de desenvolvimento do esporte e do lazer no município o Conselho tem identificado que se deve investir em recursos humanos com o objetivo de “profissionalizar” a gestão do setor. Já que existe desde 2006 uma Secretaria Municipal (SMTEL) responsável pela organização do setor cabe a esta Secretaria contratar e preparar servidores para gerir o esporte e o lazer de maneira consoante com as políticas que venham a ser formuladas. Isto, além de significar um investimento na gestão do setor, pode servir como uma sinalização da parte do Executivo Municipal de que pretende dar conseqüência as Políticas estabelecidas.

7. Enfim, a questão que acompanha todo este debate deveria ser como desenvolver o esporte e o lazer de maneira que as diferentes dimensões ou manifestações dos mesmos sejam contempladas sem que ocorra o negligenciamento ou redução a um único modelo. Tal política deve então anunciar caminhos estratégicos para o desenvolvimento do esporte e do lazer. Algumas resposta a uma questão como esta vêm sendo buscadas em experiências municipais que deveriam ser levadas em conta na construção de um Sistema e de uma Política ou Plano Municipais de esporte e lazer.

Neste sentido, a proposição de um Sistema para a cidade do Rio Grande deve reconhecer os entes envolvidos com as temáticas do esporte e lazer na cidade, mas, mais do que isto deve prever a constituição de um mecanismo que possibilite o controle social quando se trata de

proposição e deliberação de políticas públicas que não sejam de governo, mas, sim, de Estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Antônio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. In: **RAE-eletrônica**, v. 6 n. 1 Art. 1, jan./jun. 2007. Disponível em:

www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=843&Secao=ARTIGOS&Volume=6&Numero=1&Ano=2007 . Acesso em: 14/12/2009.

BRASIL. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **I Conferência Nacional de Esporte**. Esporte, lazer e desenvolvimento humano: documento final. Brasília, 2004.

_____. **II Conferência Nacional de Esporte**. Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer: documento final. Brasília, 2007.

_____. **III Conferência Nacional de Esporte**. Disponível em: www.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp. Acesso em: 15/12/2009.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara; CRUZ, Manoel Luís Martins da; SILVA, Méri Rosane Santos da; VALÉRIO, Mirella Pinto; SILVEIRA, Tatiana Teixeira. **Políticas públicas de esporte e lazer na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2009.

RIO GRANDE. **Lei Orgânica Municipal**, nº 001, de 02 de abril de 1990.

_____. **Lei nº 6.333**, de 13 dezembro de 2006.

SILVA JÚNIOR, Orlando. A construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer. **Revista Princípios**, n.85, jun./jul., 2006. Disponível em: vermelho.org.br/museu/principios/ anteriores.asp?edicao=85&cod_not=1128. Acesso em: 14/12/2009.

VERONEZ, Luis Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. **Tese de Doutorado**. Campinas: UNICAMP, 370p., 2005.

A PRODUÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Rose Méri Santos da Silva

Inicialmente gostaria de salientar que dentro do atual quadro social ocorre uma universalização de assertativas que tratam como certa e absoluta a demarcação de uma camada da população como crianças e/ou adolescentes em vulnerabilidade social, tratando-os como os diferentes, que têm que serem cooptados, que precisam ser corrigidos, disciplinados, normalizados, ou seja, que são necessários de proteção e atendimento para serem capturados e enquadrados nos padrões de normalidade preconizados pela sociedade em que vivem.

Também somos interpelados constantemente por certezas diversas que colocam as políticas públicas de esporte, sejam quais forem suas manifestações ou formas de vivenciá-las, como se fossem a prescrição de um remédio, uma poção com uma fórmula milagrosa que prevê a cura, ameniza os efeitos ou mesmo como a prevenção de grande parte das mazelas humanas e que tem na condição do risco, tanto no âmbito individual quanto das populações, um dos mecanismos causais e propulsores de tais práticas governamentais.

É na perspectiva de lançar um outro modo de enxergar essas realidades que este texto foi elaborado, não no sentido de narrá-las, de categorizá-las ou mesmo de enquadrá-las, mas de conhecê-las e, aqui, me reporto a Nietzsche (1979 p. 273), quando questiona o que é conhecer? Para ele, é “não rir, não lamentar, nem detestar, mas compreender!”

Assim, o presente artigo foi elaborado com o objetivo de problematizar a produção da noção de vulnerabilidade social, enquanto demarcador de determinadas crianças e/ou adolescentes como uma camada da população a ser protegida e beneficiada, assim como, o estabelecimento de políticas públicas de esporte produzidas como

práticas de Governo¹, implementadas a partir da perspectiva de suprir e solucionar suas necessidades. Saliento ainda, que foram utilizados, como corpus de análise², documentos que atuam em nível da legislação oficial do país, tais como, constituições, leis e decretos, ou seja, materiais emanados do Estado para organizar as condutas das pessoas em um determinado território, assim como em um momento histórico específico.

Para que os objetivos elencados sejam alcançados e reconhecendo que não tenho a pretensão de trabalhar com verdades generalizantes, globalizantes e a-temporais, sinto a necessidade de localizar e justificar a partir de qual campo teórico este trabalho está sendo desenvolvido, ou seja, a trama constitutiva desse artigo se compôs utilizando-se, como norteador, de uma fundamentação teórica pautada nos exemplos das formulações de Michel Foucault. Mesmo reconhecendo em seus pensamentos um solo absolutamente instável e permeável, foi exatamente esse o meu encanto com o referido autor, pois suas análises, suas considerações e, enfim, suas ideias não se assumem enquanto instâncias acabadas, únicas e absolutas.

Tal perspectiva nos permite entender a realidade não como algo dado, natural, mas como efeito de um discurso, ou seja, muito mais do que a simples expressão de idéias, ou mesmo o entrecruzamento de palavras, ele constitui o objeto que narra. Segundo Foucault (2002, p. 56), os discursos devem ser considerados “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Dessa forma, podemos considerar que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1993, p.08). Ainda, segundo o referido autor, “certamente os discursos são

¹ Governo será considerado aqui como “essa instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar” (VEIGA-NETO, 2005 p.82).

² Aqui corpus de análise deverá ser entendido como “um conjunto de textos associados a inúmeras práticas sociais”, considerando-se ainda que “esses textos não seriam realidades mudas, as quais, por um trabalho de interpretação e análise, seriam despertas, revelando sentidos escondidos, palavras talvez nunca faladas, as quais seriam orientadas por uma certa iluminação teórica definidora do que realmente diriam os ditos”. Eles serão vistos e entendidos na “sua materialidade pura e simples de coisas ditas em determinado tempo e lugar” (FISCHER, 2002, p. 43).

feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que o torna irreduzível à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Temos então que a constituição e a significação das coisas, dos sujeitos e do mundo tais como elas são, está diretamente ligada com a forma como elas se exercem, se relacionam, se posicionam, enfim, das condições de possibilidades existentes no momento histórico em que elas se compõem.

Nesse sentido, discurso é concebido como uma prática social, ele passa a ser exatamente aquilo que está na sua superfície, ou seja, o que é efetivamente dito e produzido. Quando classificamos, nomeamos e narramos determinados indivíduos, eles passam a se produzirem e a exercerem seus diversos papéis no contexto em que estão inseridos, com seus saberes e poderes distintos. Portanto, podemos compreender que os sujeitos são constituídos a partir das diferentes formas que se posicionam em relação aos discursos exercidos e dos efeitos produzidos por eles.

Sendo assim, para compreender a demarcação de uma determinada camada da população nomeada como criança e/ou adolescente em vulnerabilidade social faz-se necessário ressaltar inicialmente que essa divisão, em etapas distintas da vida humana, é uma invenção social, historicamente construída, e não algo naturalmente concebido. Ao analisar a constituição da infância, Bujes (2000, p. 26) a considera como algo que passou a fazer parte da história recentemente, ou seja, como “um acontecimento caracteristicamente moderno, produto de uma série de condições que se conjugam e que estabelecem novas possibilidades de compreensão de um fenômeno que antes de uma realidade biológica, como se quis fazer crer, é um fato cultural por excelência”.

Nesse sentido, Ariès (1981, p. 18, 99) faz grandes contribuições ao trabalhar com a noção de que o reconhecimento da infância como uma fase da existência do ser humano não existia, ou seja, “partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida”, ela é tida como um “período de transição, logo, ultrapassado e cuja lembrança também era logo perdida”. O referido autor coloca ainda que essa categoria da vida humana não se fazia presente porque suas particularidades, que as distinguia do mundo adulto, não eram consideradas, como pode ser verificado no trecho a seguir descrito:

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos

assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. (ibid p. 193)

No Brasil, em termos de legislação oficial, é somente a partir da Constituição de 1934 que ocorrerá uma referência específica em relação à infância e à juventude. Nesse momento, as categorias da infância e da juventude são legalmente inventadas, ou seja, esses indivíduos saem do anonimato e passam a existir, sendo considerados a partir de então segundo critérios baseados em um mundo próprio, diferente do adulto.

Outro fator a ser destacado é que a partir da Constituição de 1937 o detalhamento dos cuidados dispensados a essa camada da população vai se especificando cada vez mais, assim como um novo elemento é mencionado: o abandono, antes tratado como uma prática recorrente na sociedade em geral, mas a partir desse documento legislativo passa a ser tratado com repúdio. Situação essa reforçada no Código de Menores (Decreto 17947/27), que marca uma determinada parcela da população como “menores abandonados”, ou seja, não era todo e qualquer menor assim classificado, mas somente aqueles que apresentassem as características indicadas pelo referido código, que podiam ser desde a situação de mendicância, pobreza ou mesmo a falta de residência fixa.

O referido documento nomeava como abandonados não somente aqueles que fossem submetidos a situações desfavoráveis, mas também a todos que desempenhassem comportamentos ou atitudes tidas como anormais para os padrões da época. Temos, então, mais uma situação a ser destacada, que é a forma de aproximar, categorizar, padronizar e associar a questão da pobreza com os desvios de condutas. Assim, menores abandonados seriam aqueles que não atingissem as condições mínimas de sobrevivência, os pobres, mas também todos que rompessem com os padrões de normalidade comportamentais e morais.

O caráter da pobreza infantil, considerada como a falta de acesso aos bens de consumo e de sobrevivência, vai sendo vinculado com a questão da criminalidade e da violência. Essa situação pode ser observada desde o período de colonização da população brasileira, pois nessa época era muito presente a prática do abandono de crianças, que

pode ter como uma das causas, o fato apontado por Marcílio (1998, p. 103), ou seja,

a população brasileira, em toda sua história, não pôde reproduzir inteiramente o modelo da família ideal, criado no Ocidente cristão e trazido ao Brasil pela Igreja e pelos colonizadores portugueses. Devido a razões complexas — e que vêm sendo estudadas pelos demógrafos historiadores nas últimas décadas — uma grande parcela da nossa população foi fruto de relacionamentos mantidos fora do quadro da família sacramentada. Somente na cidade de São Paulo, entre 1750 e 1850, 25% das crianças nascidas livres provinham de casais concubinados, e 15% tinham sido abandonadas ao nascer. Com certeza, uma boa parte destas era também de ilegítimos.

Essas crianças eram enviadas a instituições como as Casas de Misericórdias, que apresentavam altos índices de mortalidade infantil³ e aqueles que sobreviviam eram enviados precocemente ao mercado de trabalho. As crianças, principalmente as do sexo masculino, atuavam como aprendizes nas Companhias de Marinheiros ou nas Companhias de Arsenal de Guerra, sendo que nesses locais conviviam com presos comuns, portugueses degredados e escravos condenados às galés⁴, numa brusca inserção no mundo do trabalho e da violência. (MARCÍLIO, 1998, p. 185)

Ainda, segundo a referida autora, durante meados do século XVII e início do século XVIII, é que o abandono de crianças passou a ser uma prática socialmente condenada, principalmente porque os maus cuidados e a indiferença com relação à infância faziam com que grande parte delas morresse. Para ela, quando isso representou um risco para o Estado, já que não haveria mão-de-obra para a indústria nem força para o Exército, em um país que se encontrava em franco desenvolvimento industrial, é que o abandono passou a ser tomado como um problema social, demográfico e político, resultando inclusive no fechamento dessas instituições.

³ Nessas instituições as taxas de mortalidade infantil eram elevadíssimas, as mais altas de todos os segmentos da sociedade, inclusive dos escravos. Eram encontradas cifras de 85% e mesmo de 90% de mortes antes do primeiro ano de vida. (Marcílio, 1998, p. 105)

⁴ Galés são espécie de antigas embarcações de guerra, compridas e estreitas, que emergiam pouco acima da água, impelidas basicamente por grandes remos. (CARVALHO e PEIXOTO, 1971, p. 512)

Já em 1979, teremos a implementação da Lei 6697/79, que altera o Código de Menores e que introduziu o conceito de "menor em situação irregular", mas, mesmo com a mudança de nomenclatura, de menores abandonados para menores em situação irregular, vê-se que os aspectos anteriormente citados permanecem vigorando, ou seja, mantém-se uma objetivação de determinado grupo de menores e/ou adolescentes, assim como o imbricamento entre a noção de pobreza, questões comportamentais e de violência.

É somente nos documentos relacionados ao campo da Assistência Social que se torna possível identificar alguma indicação legal que se referissem a nomear crianças e/ou adolescentes como em vulnerabilidade social. Essa área de conhecimento foi sendo construída ao longo da história, tendo seu início em 1937, quando se registra no Brasil duas ações inaugurais: a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS); e, na década de 40, com a implementação da Legião Brasileira de Assistência. Nesse período, o país estava passando por um processo de redemocratização, pois, em 1945, o então presidente Getúlio Vargas é deposto e, em 1946, é promulgada uma nova Constituição, de caráter liberal, mas que, como apontado anteriormente, ainda mantinha a lógica de somente referir-se a essa parcela da população ao tratar da regulamentação das condições de trabalho.

Em 1977 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, mas somente em 1988, através da promulgação da Constituição, é que se reconhece a assistência social como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais como uma política isolada e complementar à Previdência.

Percebe-se, assim, um fortalecimento da área da Assistência Social, pois seu campo de atuação amplia-se para os setores da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, criando em todos eles a necessidade de serem atendidos.

De todas as profundas mudanças que se efetivaram, no campo da Assistência Social, nesse período no Brasil, destaca-se como relevante para esse trabalho, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), datado de março de 2005, sob o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, pois é nele que vamos encontrar uma legislação trazendo pela primeira vez a terminologia "vulnerabilidade social".

O SUAS é um sistema constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social,

prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público, tendo entre seus objetivos: “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e, ou, risco”.

Observa-se, assim, a utilização dessa terminologia, que mesmo não estando presente em nenhuma constituição brasileira, passa a fazer parte do cotidiano da população, assim como a ser recorrente em diversas legislações, principalmente, após a década de 80, absorvendo-a da área da saúde, quando foi amplamente utilizada com relação ao HIV/Aids.

Especificamente para esse trabalho, destaca-se a emergência de um estrato social, trazido à luz por formações discursivas próprias que tornaram possíveis sua existência e que produzem essas crianças e/ou adolescentes enquanto “vulneráveis sociais”, ou seja, é no entrecruzamento do que é dito e no que é visto, que reconhecemos o surgimento dessa realidade até então não nomeada, apesar de já existente. Ela é constituída por saberes, valores, experiências que constituem determinada camada da população como em situação de vulnerabilidade social.

Mas, para que o processo de constituição dessa noção de vulnerabilidade social, seja compreendido é imprescindível ressaltar o significado das palavras, problematizar o sentido dos diversos elementos utilizados para nomeá-lo, pois um vocábulo não pode ser reduzido simplesmente à expressão de uma idéia; ele é temporal, circunstancial e, assim sendo, pode remeter a significações e ações diferentes.

Para cumprir com tal tarefa, é importante recorrer a Deleuze (1988, p. 61), quando aponta que “é preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados⁵”. Dessa forma, faz-se necessário “esmiuçar” o processo de constituição da referida temática, ou seja, vou procurar situar em que solo do presente

⁵ Para Foucault (2002, p. 113) enunciado não é “simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de certo número de elementos e de regras lingüísticas”, mas ele o considera como uma seqüência de elementos lingüísticos que está imersa em um campo enunciativo em que aparece como elemento singular, ou seja, ele tem uma substância, um suporte, um lugar, uma data.

ela vai se construindo.

Saliento que, ao proceder dessa maneira, ou seja, ao dar visibilidade aos enunciados que vão surgindo, segundo o olhar que vou lançando sobre o tema da vulnerabilidade social, vou trabalhar com uma linearidade histórica que se manifesta somente no sentido de uma organização de apresentação do referido trabalho. Ressalto que não vou atrelar-me ao sentido tradicional da história, que supõe uma verdade como eterna, um ponto de partida (origem), que perpassa por todo o tempo, como se fosse a procura da “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. (...) Procurar por tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, ‘o aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si (...); é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. (FOUCAULT, 1993, p. 17).

O tratamento que atribuo à história é sob um ponto de vista genealógico, ou seja, nele o sentido histórico reconhece que vivemos sem referências, que não temos coordenadas originárias, que vivemos em miríades de acontecimentos perdidos.

A história dos historiadores constrói um ponto de apoio fora do tempo; ela pretende tudo julgar segundo uma objetividade apocalíptica; (...) Em compensação, o sentido histórico escapará da metafísica para tornar-se um instrumento privilegiado da genealogia se ele não se apóia sobre nenhum absoluto. Ele deve ter apenas a acuidade de um olhar que distingue, reparte, dispersa, deixa operar as separações e as margens – uma espécie de olhar que dissocia e é capaz ele mesmo de se dissociar e apagar a unidade deste ser humano que supostamente o dirige soberanamente para seu passado (FOUCAULT, 1993, p. 29).

Dentro dessa perspectiva, para compreender o presente é preciso conhecer as condições de formação destes conceitos, teorias e ciências. Não se trata de reescrever o passado em termos do presente, aceitando como dadas às categorias de análises estabelecidas, é preciso, isto sim, restituir o jogo das interações que existem entre saberes e poderes específicos. Nessa acepção, ressaltar a historicidade dos fatos e das coisas é uma tentativa de entendimento de como elas acontecem, como se apresentam, na sua singularidade, buscando enxergar seus estratos constitutivos, suas camadas que se relacionam, se cruzam, se dizem, se

enunciam e se constituem.

De este modo se trata de hacer entrar em interacción las relaciones que existen en el ámbito microfísico com lás de alcance más general, por lo que es preciso conferir em el análisis uma especial importancia a lás mediaciones. Y es que son precisamente los procesos mediadores, y correlativamente la necesidad de emplear conceptos elaborados para dar cuenta de procesos situados a distinto nivel, quienes obligan a um trabajo de innovación. (VARELA E ALVARES-Uria, s/d, p. 07).

Foucault, citado por Deleuze (1988, p. 58), espera da história uma noção muito própria, que “é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época”, ou seja, a maneira de dizer e a forma de ver, em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as mentalidades, as idéias, tornando-as possíveis. Ainda, segundo Deleuze (1988, p. 59), “a História só responde por que Foucault soube inventar, sintonizando com as novas concepções dos historiadores, uma maneira propriamente filosófica de interrogar, maneira nova e que dá nova vida à História”.

Nesse sentido é que vamos perscrutar um pouco das andanças, ao longo do tempo, para tentar compreender os caminhos percorridos pelo referido tema, até assumir a dimensão e os sentidos utilizados em nossos dias.

Destaque-se aqui que é somente a partir do final da década de 90 que encontramos referências à questão da vulnerabilidade social, mas relacionada a questões da saúde, vinculando-se à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento. Porém, nesse período, os enunciados relacionados à referida temática ampliam sua abrangência, envolvendo outros setores. A partir desse aumento de amplitude é que a vulnerabilidade social passa a ser considerada como uma das três dimensões que a referida expressão pode assumir, juntamente com a individual e a programática.

Sanches (1999, p. 110) aponta que a dimensão individual é aquela que considera todos os comportamentos que criam oportunidades para que as pessoas venham a contrair doenças ou a viver em determinadas condições desfavoráveis, assim como quanto ao grau de consciência que essas pessoas e grupos têm sobre tais comportamentos e, ainda, quanto ao efetivo poder que podem exercer para transformá-los. Já o componente programático da vulnerabilidade envolve o grau e a

qualidade de compromisso, recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais ou locais de prevenção, que são importantes para identificar as necessidades, direcionar os recursos sociais existentes e potencializar seu uso. Por último, a dimensão social é considerada como aquela que envolve o acesso às informações, as possibilidades de compreendê-las e o poder de incorporá-las a mudanças práticas na vida cotidiana.

Vemos então que a noção de vulnerabilidade social desloca-se de uma perspectiva analítica, referindo-se somente a indicadores quantitativos de um campo específico, para adentrar em uma concepção mais ampla, complexa e multifacetada, ou seja, em uma perspectiva sintética, em que são considerados também os diversos aspectos que influenciam nas condições de vulnerabilidade de uma pessoa ou grupo, tais como as possibilidades de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Como efeitos gerados por esse deslocamento da abrangência do campo de atuação das temáticas da vulnerabilidade social, passa-se a agregar outras áreas de saberes como o da educação, da assistência social, da psicologia, assim como a implementação de políticas públicas governamentais. Outro aspecto a ser destacado é a aproximação da temática da vulnerabilidade social com uma reflexão voltada às condições sócio-econômicas, passando, assim, a serem assumidas pelas políticas públicas adotadas pelo Estado. Nessa perspectiva, o conceito de vulnerabilidade social passa a ser tomado como “o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Isso pode ser verificado também na definição do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que atribui o conceito de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (SUAS - Resolução 130/2005).

Filgueira e Peri (2004, p. 08-10) apontam ainda algumas considerações interessantes ao definir o referido termo como sendo “la

escasa capacidad de respuesta individual o grupal ante riesgos y contingencia.(...) Por extensión, se puede afirmar que es también una predisposición negativa para la superación de condiciones adversas”. Ainda, segundo o mesmo autor, nessa perspectiva, vulnerabilidade social pode ser definida como “una configuración particular, negativa, resultante de la intersección de dos conjuntos; uno, definido a nivel ‘macro’ relativo a la estructura de oportunidades y otro definido a nivel ‘micro’, referido a los activos de los actores”. (ibid p. 21).

Dentro desse contexto, vai se esboçando uma trajetória da expressão vulnerabilidade social, percorrendo caminhos que vão desde o vínculo com a questão da saúde e da temática da Aids/HIV, até adentrar pelas vias das condições sócio-econômicas. Saliento que essa conceituação, ainda hoje, é muito mutável e, assim sendo, muitas vezes, fica difícil definir as frágeis linhas demarcatórias que delimitam seus campos de abrangência e seus limites.

Gostaria de destacar que todos esses fatores ressaltados, tais como as áreas ou campos de saberes atuantes, o envolvimento de caráter econômico social, assim como a implementação de políticas públicas governamentais que agem tanto sobre o indivíduo como sobre a população, além de tantos outros não citados, mas que constituem esse cenário, estão imersos em uma rede de relações de poder que compõem uma política de produção e de gerenciamento da sociedade em que estão inseridos.

Faz-se necessário ressaltar que estou trabalhando com uma concepção de poder que o considera como algo que “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2005 p. 08). Compreendido assim, o poder não constitui uma instância negativa, que tem por objetivo reprimir, assim como, seu exercício, também não obriga os outros a fazerem o que se quer, ou mesmo a obedecerem a um governante. Ele deve ser tomado por seu caráter produtivo, ou seja, “ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais” (FOUCAULT, 1993 p. 182).

Trata-se aqui de um tipo de poder (não tentando lançar uma teoria única e geral do mesmo, mas sim, na tentativa de caracterizar em qual sentido ele se produz), formado por volta da metade do século XVIII, que centraliza seus efeitos em fazer viver, em gerir a vida das pessoas e

das populações. É o que Foucault (1999, p. 129) chama de biopoder, ou seja, um poder “cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (ibid, p. 131)

Entra em jogo uma série de procedimentos e de mecanismos de poder, que compõem uma biopolítica da população, mas que se aplicam aos indivíduos, ligando-os as suas próprias verdades, às práticas discursivas constituídas como verdadeiras ou não e, assim, os definindo como sujeitos. Conforme Foucault (1993 p. 183), o indivíduo não é o outro do poder ele é um de seus primeiros efeitos de poder. Além disso, o autor destaca que esse mesmo sujeito é o centro de transmissão do poder, ou seja, o poder é difundido através do indivíduo que ele constituiu.

Respeitando essa idéia de constituição dos sujeitos como efeito de relações de poder, assim como o papel determinante do discurso nesse contexto, é que vemos surgir um outro elemento de grande relevância nessa cadeia discursiva, que circula em torno da temática da vulnerabilidade social, é a questão do risco, ou seja, nas mais diversas conotações adotadas pela temática da vulnerabilidade social, mantêm-se como ponto em comum o aspecto da ameaça, do medo, assim como da necessidade do controle e gerenciamento dessas situações, seja na perspectiva do indivíduo ou no sentido da população.

Segundo Traversini (2003, p.111) “a invenção do risco possibilitou classificar espaços e indivíduos, ou um conjunto deles, com determinadas características (...) como problemáticos, necessitando serem administrados de determinado modo para evitar sua multiplicação e a geração de elevadas despesas para o Estado”.

Mas esses múltiplos enunciados relacionados às questões do risco e da vulnerabilidade social estão imersos em um cenário bastante turvo, sombrio e imbricado, ou seja, as margens demarcatórias dos campos de abrangência entre as duas temáticas são muito ínfimas, delicadas, ou mesmo não definidas, tornando-as muitas vezes confundíveis, confusas. Não são poucas as vezes que nos deparamos com suas utilizações sendo feitas como sinonímias, outras com meras aproximações não muito claras, ou mesmo atribuindo-lhes sentidos opostos, antagônicos. É um pouco disso que passaremos a tratar a partir de agora, mas esclareço que não tenho a intenção de enquadrá-las como certas ou erradas, ou mesmo de estabelecer um juízo de valor, uma como melhor que a outra, mas o que pretendo é problematizar alguns aspectos considerados aqui como

relevantes.

Segundo Spink (2003), a palavra risco passa a ser utilizada a partir do século XIV, sendo que somente no século XVI é que adquire seu sentido moderno, constituindo-se como um “híbrido entre perigo e controle”. Ressalte-se ainda, que “a noção de risco que é própria da modernidade está intimamente relacionada à incorporação cultural da noção de probabilidade”. (ibid, p. 151)

Traversini (2003, p. 110) nos traz uma análise sobre a questão de risco como algo já existente, mesmo antes da Modernidade, mas vinculado a aspectos naturais (chuva, temporais etc), sobrenaturais (fantasmas, bruxas etc) e reais (bandidos, saqueadores etc), estando presentes muitas estratégias para “evitar os males e vigiar os perigos que poderiam se abater sobre as pessoas”. A referida autora, baseada em Lupton (1999), enfatiza ainda que a produção de insegurança não estava relacionada com a responsabilidade humana, mas com a vontade da natureza e do próprio sobrenatural.

A ampliação dos usos da noção de risco envolve diversas áreas de conhecimento, mas é no campo da saúde que sua utilização é bastante potencializada, principalmente vinculada aos aspectos dos riscos de contaminação relacionados ao vírus do HIV/Aids. Esse panorama se estabeleceu, mais fortemente na década de 80, dando ênfase à questão dos mecanismos causais⁶ a comportamentos individuais para, em um segundo momento, a partir do final desta década até nossos dias, passarem a coexistir também os enfoques que levavam em conta as características mais contextuais e estruturais, mas ainda remetendo-se às formas de cuidado e prevenção referentes ao indivíduo.

Faz-se necessário aqui enfatizar uma distinção, um afastamento, não uma oposição, entre essas duas dimensões, risco e vulnerabilidade, ou seja, as práticas de prevenção referentes aos riscos eram destinadas basicamente ao comportamento específico dos indivíduos, passando posteriormente a considerar também as relações e interações estruturais em que ocorrem os riscos de contaminação. É nesse momento de mudança e ampliação da magnitude da referida temática é que a

⁶ Utilizamos aqui a expressão “mecanismos causais” em um sentido mais biológico, que atribui uma relação direta entre as condições de causa-efeito das doenças, ou seja, refere-se à idéia de que o desenvolvimento de uma enfermidade poderia ser atribuído a uma causa determinada e específica.

expressão “vulnerabilidade” se fortalece, pois apresenta uma maior amplitude conceitual, sendo colocada na ordem não somente no cuidado do indivíduo, mas também dos outros, das populações.

Ayres et al. (2003, p. 127) aponta que a diferença entre esses dois conceitos é o caráter iminentemente analítico do risco, em contraste com as aspirações sintéticas da vulnerabilidade. Percebe-se, então, que a produção de conhecimento, elaborada a partir da noção de risco, era construída baseada em instrumentos capazes de isolar, de determinar, quase matematicamente, os processos de adoecimento especificamente relacionados à conduta de um indivíduo, seja na ordem de um disciplinamento de ações individuais ou mesmo na determinação da probabilidade de ocorrência dos comportamentos.

Já as questões da vulnerabilidade nascem de uma pretensão diferente, pois os saberes e verdades produzidas sobre ela são fundamentados na ênfase de situações que expressem as possibilidades de ocorrência e no controle dos fatos relacionados a todos os envolvidos, ou seja, ela atua como um dispositivo de segurança que age através do gerenciamento das probabilidades de ocorrência das questões de cada indivíduo, mas considerando-os como parte integrante de uma população. Segundo Guareschi (2007 p. 22), a “objetivação da vulnerabilidade social desloca-se do campo da AIDS e da saúde exclusivamente e amplia-se para a esfera da vida social, juntando-se aos campos da educação, do trabalho, das políticas públicas em geral, na medida em que se refere às condições de vida e suportes sociais e não à conduta, como marcava o conceito de risco”.

A partir da noção de risco associado ao conceito de vulnerabilidade, as práticas de intervenções, utilizadas pelos programas de saúde pública, também modificaram seu foco, passando a atuar mais em torno dos grupos com comportamentos tidos como de riscos, considerando todas as possibilidades que interferem nos mecanismos de causalidade, ou seja, em todos os fatores estruturais que podem causar o risco de contaminação. Dessa forma, a expressão vulnerabilidade vai se legitimando, como podemos observar com a caracterização apontada por Sanches (1999, p. 110),

este conceito aponta para um conjunto de fatores, de níveis e magnitudes distintos, cuja interação amplia ou reduz as possibilidades de uma pessoa se infectar com o HIV. Nessa perspectiva, os comportamentos

individuais de maior ou menor exposição ao risco são considerados em relação a um conjunto mais amplo de determinantes, que devem ser contemplados no planejamento das intervenções preventivas.

Assim sendo, esses dois universos não são excludentes, eles interagem, co-existem, ou seja, os discursos relacionados à vulnerabilidade social atuam como dispositivos de seguranças que operam na ordem de uma biopolítica populacional, através do gerenciamento da probabilidade de ocorrência das situações de risco.

É assim que são produzidas, a partir desse espectro do risco e/ou da vulnerabilidade social, uma série de estratégias, de mecanismos regulamentadores, que são aqueles que “agrupam os efeitos de massas próprios de uma população (...); uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos” (FOUCAULT, 2007, p. 297), estabelecidas no sentido de administrar e gerenciar tanto a conduta dos indivíduos como de governar as populações, garantindo a segurança⁷ das pessoas.

Temos, então, a elaboração de saberes, de verdades, com toda uma cadeia discursiva que discorre sobre a presença do risco, do medo, produzindo determinados sujeitos, os vulneráveis sociais, que já existiam, mas passam a ser considerados a partir da nomeação de determinadas características, que os constituem enquanto parte de um grupo, de uma população, gerando uma rede de efeitos, de mecanismos que se entrelaçam, se justificam e se consolidam.

Tais procedimentos produzem em nível de Governo, uma série de ações, como podemos verificar através da implementação de políticas públicas, sejam elas universalizantes, que são àquelas que visam ao atendimento de direito social envolvendo o conjunto da sociedade, sem definição ou especificação de um ou mais grupos, ou as políticas públicas focais, dirigidas a uma parcela da sociedade, sob o argumento que as injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e “privilegiado”.

Nesse sentido, gostaria de destacar as políticas públicas que trabalham com a questão do esporte, pois “poucos fenômenos sociais

⁷ Segurança é concebida aqui como um conjunto de elementos que “vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de série de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável”. (FOUCAULT, 2008 p. 28)

têm tanta inserção na sociedade quanto os esportes” (MELO, 2005, p. 67), o garantindo inclusive como um direito social, assegurado pela Constituição Brasileira, em seu art. 217⁸.

Destaque-se que essa prática de intervenção estatal, enquanto proponente de políticas públicas de esporte, é um fenômeno que passou a ocorrer a partir de um dado momento histórico, como aponta Bueno (p. 42)

Somente nos últimos cinquenta anos, de um interesse marginal e esporádico, o esporte passou a ser pensado e organizado de forma progressivamente centralizada pelos governos, atendendo a objetivos estratégicos políticos e sociais, reconhecendo e incorporando o esporte e a recreação com área distinta de política pública.

Faz-se necessário ressaltar ainda, que aqui se concebe esporte enquanto um acontecimento moderno, que se difere dos jogos praticados na antiguidade, ou seja, “os desportos que hoje são praticados, de maneira mais ou menos idêntica, por todo o mundo tiveram sua origem na Inglaterra (...), principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX” (ELIAS, 1992, p. 195). Sendo assim, o esporte passa a ser aqui considerado como uma construção moderna, estando intimamente ligado às transformações sociais e especialmente vinculado à revolução industrial.

Segundo Ângelo (s/d, p.03) o “nascimento da revolução industrial na Europa demandava uma economia das ações e do tempo; para tanto, era preciso uma disciplinarização do corpo, no sentido de torná-lo dócil e apto ao sistema de produção”. Tem-se, nesse período histórico vivido a partir do século XVIII, uma potencialização das práticas esportivas em que se pode verificar a vivência de uma série de peculiaridades úteis a esse sistema econômico de produção.

Justifico também o destaque dado especificamente às políticas públicas esportivas por considerá-las como uma prática cultural em que é possível vermos em ação a articulação de dois conjuntos de mecanismos de poder, muito próprios do mundo contemporâneo, um disciplinar e o outro regulamentador.

O primeiro atua no “corpo-máquina: seu adestramento, o aumento

⁸ A Constituição da República Federativa do Brasil (1988 p. 142) em seu Capítulo III, na Seção III, institui que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de um cada um”.

das suas aptidões, a extorsão de suas forças” (FOUCAULT, 2008 p. 514), ou seja, um corpo esportivizado é àquele “que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 2005, p. 117), é a “anátomo-política do corpo humano” (ibid), que visa não somente um aumento da eficiência de seus resultados, mas também o controle, o disciplinamento dos indivíduos e do grupo envolvido. Temos, assim, que se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (ibid, p. 134).

Já o segundo conjunto de mecanismos de poder, o regulamentador, está “centrado no corpo-espécie (...), encarregam-se dele por toda uma série de intervenções e de controles reguladores” (FOUCAULT, 2008, p. 515). Surge, assim, a compreensão de um novo corpo: um corpo múltiplo, uma população, ou mesmo, um grande corpo vivo que necessita de uma série de intervenções, de procedimentos no sentido de seu gerenciamento e de seu governo⁹, ou seja, são estratégias biopolíticas que operam sobre a vida da população, como podemos exemplificar ao observarmos as diversas políticas de esporte implementadas pelo Estado nos últimos anos, tais como o Segundo Tempo, o Pintando a Liberdade, o Esporte Solidário e tantas outras iniciativas voltadas a indivíduos que compõem uma população, que operam no sentido de regular a vida e produzir os corpos enquanto componentes de um todo, de uma massa populacional, demarcada a partir de saberes constituídos e legitimados como verdadeiros.

No Brasil as políticas públicas de esporte foram assumindo diferentes conotações ao longo da história, tais como quando voltados a obter um consenso popular, 1964 com o Golpe Militar (MELLO, 2005 p. 75), como um direito social de acesso universal de todos os cidadãos, tendo como efeito a própria implementação de um Ministério específico de Esporte, que ocorreu a partir de 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Mas, das muitas conformações que essas políticas públicas esportivas assumiram, especificamente para esse

⁹ Nessa perspectiva teórica governo se reporta às artes de governar. “Estas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o do governo dos outros.” (CASTRO, 2009, p. 193)

trabalho, gostaria de fazer um destaque especial naquelas caracterizadas como focais, ou seja, as políticas sociais de esporte, marcadamente dirigidas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que são consolidadas através de discursos diversos que vinculam as práticas esportivas a essa camada da população.

Saliento ainda, que dentro desse panorama, muitas dessas práticas discursivas se estabelecem a partir de idéias generalistas e naturalizantes, ou seja, além de conceberem a todos os sujeitos vulneráveis como necessitados de proteção e atendimento, elas prescrevem as práticas esportivas como a salvação ou mesmo como a prevenção das questões de risco presentes na vida dessas pessoas. Sendo assim, presenciamos muitos e muitos discursos atribuindo às políticas públicas sociais de esporte a função de tirar as crianças e/ou jovens das ruas, de afastá-los do mundo do crime, das drogas etc.

Vemos, então, novamente o imbricamento entre essas duas temáticas, a vulnerabilidade e o risco social, ou seja, a implementação dessas políticas de esportes, direcionadas a uma determinada parcela da população nomeada como vulneráveis sociais, são produzidas como efeito de discursos a partir do espectro do medo, do risco que essas pessoas podem estar submetidas ou mesmo que venham a representar para a sociedade em geral, gerando e justificando ações por parte do Governo, no sentido de uma governamentalidade¹⁰ dessa população.

CONCLUINDO ...

A construção do presente artigo se deu no sentido não de protagonizar respostas ou mesmo explicações sobre as temáticas em referência, mas, isso sim, buscou-se aqui problematizar algumas instâncias tão presentes em nosso cotidiano que passam a ser tomadas como naturais e, assim sendo, nos interpelando e nos constituindo enquanto sujeitos integrantes de um panorama harmônico e cheio de certezas.

¹⁰ Compreenda-se governamentalidade como o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”. (FOUCAULT, 2008 p. 143)

É na busca de desestabilizar esse cenário que o presente texto foi produzido, investindo inicialmente em compreender a demarcação de uma determinada camada da população nomeada como criança e/ou adolescente em vulnerabilidade social, dando ênfase ao processo de constituição da própria temática da vulnerabilidade social, ou seja, procurando situar em que solo do presente a referida temática foi se construindo.

Foram ressaltadas também outras dimensões tais como a questão do poder, do discurso, da produção do sujeito, assim como, surgiram outros elementos de grande relevância nesse contexto, tais como a questão do risco, a própria concepção do esporte e mais especificamente das políticas públicas esportivas.

Dessa forma, os processos de constituição de políticas públicas de esporte em geral, com todas as condições de possibilidades que as rodeiam, podem ser consideradas como estratégias biopolíticas, que operam no sentido de produzir uma determinada camada da população nomeada de vulnerabilidade social, que precisavam ser protegida e beneficiada, assim como atuam no sentido de controlar e de gerenciar essa população, agindo no sentido de garantir a segurança desses sujeitos envolvidos.

Vemos, pois, no advento das políticas públicas de esporte a operacionalização de dois conjuntos de mecanismos de poder, um disciplinar e o outro regulamentador, que visam principalmente dominar, prevenir e/ou amenizar os pânicos urbanos, entendidos como esses fenômenos políticos que se formam à medida que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1993, p. 87). Eles permitem a um só tempo atuar na ordem disciplinar do corpo e nos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, ou seja, no sentido de fazer viver uma população.

REFERÊNCIAS

ABRAMORAY, Miriam et alli. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AYRES José R. C. de M. et al. In CZERESNIA, Dina (org.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Copyright, 1981
- CARVALHO, J. e PEIXOTO, Vicente. **Dicionário da língua portuguesa**. 20 ed. São Paulo: Cultural Brasil, 1972.
- CASTRO, Edgardo. **Foucault segue dando cátedra**. 2005. Disponível em: <http://edant.clarin.com/suplementos/cultura/2005/01/08/u-900172.htm>. Acessado em: 08 nov. 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 1 ed. São Paulo. Brasiliense, 1988.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.
- FILGUEIRA, Carlos e PERI, Andrés. **América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes**. Santiago: Copyright, 2004
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. **As palavras e as coisas**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **Em defesa da sociedade**: São Paulo: Martins Fontes, 2005
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** 30 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.
- GARCIA, Maria Manuela Alves. **Pedagogias Críticas e Subjetivação**, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre – políticas públicas de lazer na vila olímpica da maré**. Campinas: Autores Associados, 2005
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**, Caracas: Monte Ávila, 1979.
- RESOLUÇÃO CNAS nº 130/2005, **Norma Operacional do SUAS**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2006
- SANCHES, Kátia Regina de Barros. **A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade**, 1999. Disponível em <http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php>. Acesso em: 24 fev. 2007
- SPINK, Mary Jane. **Esterisco Estudo sobre tecnobiociências na sociedade**. 2003 Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor2.htm>. Acessado em 22 julho 2008.
- TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa alfabetização solidária, o governmento de todos e de cada um**. Porto Alegre, Tese (dout.) Faced/PPGEDU/UFRGS.
- VARELLA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **El Metodo Genealogico**. Madrid: Universidad Complutense, mimeo, s/d.

O ESPORTE COMO POLÍTICA PÚBLICA FOCAL E O IMPACTO NA CIDADE DO RIO GRANDE (RS)

*Fernanda Wanzeller Neves
Méiri Rosane Santos da Silva*

INTRODUÇÃO

O esporte é um direito social e uma prática cultural que, com suas formas múltiplas, produz uma nova subjetividade e constitui o homem moderno. O esporte forja códigos, valores e experiências com múltiplos significados, por isso, é fundamental que problematizemos aquelas propostas que integrem o esporte em suas políticas. O sentido do esporte, seu vínculo com o contexto social e, conseqüentemente, as políticas públicas que viabilizam e socializam o acesso às práticas esportivas são focos de estudo largamente enfatizados por muitos estudiosos, mas que de maneira nenhuma se esgotam, pois considerando o saber e a verdade como construções contínuas e não fixas, e a realidade social como um processo em constante mudança, seria impossível entender e ter clareza conceitual dos referidos temas.

O objetivo deste trabalho é identificar e examinar as políticas públicas relacionadas ao esporte, centrando-nos na tarefa de traçar um mapa das principais políticas públicas de esporte que estão sendo desenvolvidas na cidade do Rio Grande (RS), especificamente, estudando a implantação dos projetos de iniciativa do governo federal, identificando seus proponentes, as formas de desenvolvimento e a população atingida com tal iniciativa.

Para atender a este objetivo, no primeiro momento, analisamos o esporte como um direito social e os efeitos deste reconhecimento em termos de constituição de políticas públicas para esta manifestação da cultura corporal. No segundo momento, identificamos quais políticas públicas de esporte são desenvolvidas pelo governo federal e estadual,

caracterizando-as como ações que se aliam a perspectiva focalista de política pública para o esporte e tendo como referência da vulnerabilidade e o risco social. Para completar esta discussão, analisamos a situação da cidade do Rio Grande (RS), tendo como suporte de discussão as temáticas problematizadas no decorrer do trabalho.

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho se caracterizou como uma pesquisa qualitativa, que, à medida que foi se desenvolvendo, novas questões e pontos críticos foram emergindo, exigindo que a planificação inicial fosse reformulada ou mesmo abandonada, demandando um novo fazer metodológico. Tendo como referência estes pressupostos, esta pesquisa foi composta de três fases: a **primeira** foi um estudo exploratório, cuja finalidade foi delinear as especificidades e elementos constitutivos de cada um dos projetos e ações do governo federal, no que se refere ao esporte, que vêm sendo desenvolvidos em Rio Grande (RS), estabelecendo os contatos iniciais, reunindo informações e localizando os agentes, as instituições e os gestores responsáveis por cada um dos programas na cidade.

A **segunda fase** se constituiu naquela em que as informações foram recolhidas e preliminarmente avaliadas, momento em que foram estabelecidas as estratégias de análise de tais dados e a intervenção com relação aos objetos de estudo. É importante destacar que esta etapa visou selecionar os aspectos mais relevantes e visíveis para compreender de forma mais completa a temática estudada.

Na **terceira fase** analisaram-se com acuidade e intensidade os dados coletados, com o objetivo de problematizá-los, associando-os com as referências teóricas e as experiências vividas pelos pesquisadores no seu contato com as temáticas estudadas. A preocupação foi a de identificação articulada das vivências, explicitando suas características, divergências, conflitos e congruências experimentadas nos ambientes onde este processo aconteceu.

O ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL

O Esporte foi considerado um direito, através da Constituição de 1988, quando, em sua Seção III, afirma que:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º – O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º – A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Essa compreensão do esporte como direito social emerge do papel que esta prática assume na sociedade brasileira, principalmente, pela sua capacidade política e midiática de mobilização popular. Neste sentido, as vitórias esportivas, por exemplo, passam a ser vistas como manifestações figuradas de conquistas nacionais e regionais, vinculando conquistas esportivas com o sucesso de pretensos modelos políticos, econômicos e sociais de determinadas nações.

Dentro desta perspectiva, Martins e Melo (2008) indicam o período da ditadura militar como um momento emblemático da configuração do esporte como direito social, ou seja, segundo os autores:

além de motivos de cunho progandísticos, o esporte foi tematizado pela primeira vez como direito social, ainda que fundamentado em argumentos compensatórios e de controle social. (...) A ampliação do acesso ao esporte é reconhecida pelos militares como direito social. Claro que tal reconhecimento se concretiza a partir das possibilidades ‘pedagógicas’ dos esportes, bem como da sua creditada possibilidade de ocupar o tempo dos jovens com uma diversão ‘sadia’. (MARTINS e MELO, 2008, p. 05)

Assim, configura-se a necessidade do Estado produzir políticas públicas para intervir na área dos esportes, envolvendo não só o esporte de alto rendimento, mas também aquele desenvolvido no sistema escolar

– básico e universitário – e nos espaços de lazer. O foco principal das ações governamentais do período ditatorial militar se refere ao investimento em eventos esportivos, tais como os Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's) e os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), baseados fundamentalmente no discurso da democratização do acesso às práticas desportivas e à descoberta de novos talentos esportivos nacionais.

A partir dos anos 80, sistematiza-se uma série de críticas à função social e política que o esporte vinha assumindo, o que acaba culminando, entre outros efeitos, com o reconhecimento, na Constituição de 1988, do lazer e dos esportes como direitos sociais, assim como a saúde, a educação, a habitação, a previdência social e o transporte.

Entre as principais críticas ao modelo de esportivização assumido pela sociedade brasileira como um todo e pela Educação Física em particular, é importante destacar aquelas que consideram o esporte como uma estratégia de disciplinamento e controle do sujeito e da população, pautado principalmente pelo argumento de que esta prática corporal é um importante mecanismo para distanciar os jovens das drogas, da criminalidade e da violência.

Ainda, segundo Martins e Melo (2008, p. 3-5), a cristalização destes argumentos como elementos que buscam legitimar o esporte como direito social consolida outros aspectos bastante significativos na análise desta manifestação da cultura corporal:

1) “o recrudescimento de antigos argumentos funcionalistas para legitimar as políticas esportivas”;

2) a constatação de que “as políticas públicas de esporte ‘precisam’ de outras justificativas que não apenas a democratização do acesso e permanência”;

3) a existência de “uma suposta linearidade entre falta de opções de lazer com o ingresso no mundo do crime. Assim, o esporte seria o ‘antídoto’ perfeito para coibir tais práticas”;

4) a manutenção da tendência de ainda considerar o esporte e os programas esportivos como “celeiros de novos talentos”, ou seja, a defesa da democratização da prática esportiva sustenta-se no argumento de que este processo proporcionará o surgimento de novos talentos e “o país poderá obter melhores resultados esportivos, além de promover a ascensão social desses jovens”;

5) a legitimação social da perspectiva de “profissionalização

esportiva”, isto é, passa-se a considerar a prática esportiva como uma “carreira profissional” democrática, pois é acessível a qualquer indivíduo, pois não exige um investimento financeiro e pessoal, dependendo única e exclusivamente do talento e da dedicação individual.

Além disso, a “profissionalização da prática desportiva” passa a ser vista como a solução dos problemas da juventude e da crise de emprego da sociedade contemporânea. 6) a individualização da solução da crise social, isto é, cabe aos indivíduos, “através de seus esforços e talentos, buscar o seu espaço, uma vez que todos têm condição de alcançar o sucesso esportivo, bastando dedicação, e aqueles que não lograrem sucesso terá sido porque não se dedicaram o suficiente”.

Dentro deste quadro, a caracterização e a legitimação do esporte como direito social passa a exigir do Estado e dos governos que o assumem uma série de iniciativas que visam atender a esta prerrogativa constitucional e que será o nosso foco de análise a partir de agora.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE NO BRASIL: OPERANDO DIREITOS

A partir do momento em que é estabelecido como um direito, o esporte passa a requerer ações governamentais, tanto em nível federal, estadual e municipal, para que esta prerrogativa seja disponibilizada e exercida pela sociedade. Para isso, em nível federal, a partir de 2003 foi instituído o Ministério do Esporte que é o responsável por “construir uma Política Nacional de Esporte e trabalha com ações de inclusão social, através do acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano” (ME, 2008). Esse ministério desenvolve projetos que, conforme as secretarias a que estão vinculadas, visa atender as diferentes perspectivas que são atribuídas ao esporte.

Assim, neste momento, os projetos e ações desenvolvidos pelo governo federal são os seguintes, conforme a secretaria responsável¹:

¹ Dados obtidos no site www.esporte.gov.br, acessado em 19/05/2007.

Secretaria	Projetos ou ações
1) Secretaria Nacional de Esporte Educacional	Projetos Esportivos Sociais
	Segundo Tempo
	Jogos Escolares Brasileiros
	Jogos Indígenas
	Jogos Universitários
	Xadrez nas Escolas
2) Secretaria Nacional de Alto Rendimento	Bolsa-Atleta
	Descoberta do Talento Esportivo
	Calendário Desportivo Nacional
	Brasil no Esporte de Alto Rendimento
	Jogos da Juventude
3) Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer	Rede CENESP
	Esporte e Lazer da Cidade
	Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer
	CEDIME
	Rede CEDES

De uma forma geral, pode-se dizer que a maioria das crianças e adolescentes ditos de risco ou vulnerabilidade social, adentram no mundo esportivo através de projetos esportivos. Esses têm por objetivo geral promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio do esporte, utilizando recursos previsto no Art. 260 do ECA, sob o discurso de que estes projetos esportivos ampliam o atendimento sócio-esportivo do país. Para tanto, o Ministério do Esporte desenvolve programas que, conforme as secretarias a que estão vinculadas, visa atender as diferentes perspectivas que são atribuídas ao esporte. O ministério típica e classifica o esporte em três categorias: o esporte educacional, o de alto-rendimento e o de lazer ou recreação.

O esporte educacional engloba desde a atividade física para alunos de uma escola até projetos sociais que utilizem o esporte como metodologia de ensino. Em um caso como no outro, a atividade física pode ser utilizada para ensinar repertórios comportamentais de cuidados com a saúde, discriminação de estados internos e de socialização. Nesse contexto, merecem destaque os Projetos Esportivos Sociais e o Projeto Segundo tempo, ambos de responsabilidade da Secretaria Nacional de Esporte Educacional objetivando, entre outros, possibilitar que o esporte seja o ponto de partida para a ascensão social e democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco

social, respectivamente.

O esporte de alto-rendimento pode ser caracterizado como aquele que envolve competição e tem como objetivos a superação de marcas ou índices e a obtenção de títulos. É, também, caracterizado em muitos países por um alto investimento e envolvimento de organizações (como a FIFA e a CBF no futebol) que possuem amplos poderes quanto ao controle das pessoas a elas submetidas. Essa forma de manifestação do esporte está a cargo da Secretaria Nacional de Alto Rendimento, que entre seus projetos e ações encontra-se a Descoberta do Talento Esportivo, que é uma ação com a finalidade de identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento.

Por fim, o esporte de lazer ou recreação que é aquele cujas atividades estão voltadas para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. Dentro desse segmento, enfatizamos o Programa Esporte e Lazer da Cidade, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

O Esporte, na organização do governo estadual do Rio Grande do Sul, é responsabilidade da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETEL) e da Secretaria de Educação (SE). Dentre os programas socializados pela SETEL, através do site da secretaria, não consta nenhum que vise o desenvolvimento do esporte gaúcho. No entanto, no estado, são desenvolvidos, através da ação das duas secretarias, os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul em duas categorias: o adulto – conhecido como JIRGS – e na categoria juvenil, denominado de JIRGINHOS. Além disso, a Secretaria de Educação é responsável pelos

Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, em três fases: municipal, regional e estadual.

Se fizermos uma revisão teórica dos modelos de implementação das políticas sociais, identificamos dois tipos: as universalizantes e as focais. Considera-se políticas universalizantes aquelas ações que visam ao atendimento de determinado direito social envolvendo o conjunto da sociedade, baseado na concepção de atendimento ampliado, sem definição ou especificação de um ou mais grupos sociais que seriam privilegiados com tal política. Por outro lado, chamaremos de políticas focais, aquelas intervenções dirigidas a uma parcela específica da sociedade, fundamentada principalmente sob o argumento que as injustiças sociais só podem ser resolvidas se as parcelas menos favorecidas da população tiverem atendimento especial e “privilegiado”.

As políticas focais têm-se caracterizado como aquelas que estruturaram o chamado modelo neoliberal, isto é, os governos que se pautam em tal modelo são característicos dos últimos governos federais no país, adotando uma perspectiva de execução das políticas públicas sociais através de “parcerias” com organismos da sociedade civil e direcionadas a uma parcela específica da sociedade. A necessidade de localizar o modelo societário neoliberal não é no sentido de desqualificar tais projetos, mas tem objetivo de problematizar determinados discursos que acabam produzindo modos de ser e de agir que acabam inviabilizando outros modos de pensar o esporte e os projetos sociais a ele relacionados. Para tanto, utilizar-se-á a contribuição de Silva (1996, p.104), quando afirma que:

não se trata apenas de denunciar as distorções e falsidades do pensamento neoliberal, tarefa de uma crítica tradicional da ideologia (ainda válida e necessária), mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma “realidade” que acaba por tornar impossível pensar e nominar uma outra “realidade”. O que estamos presenciando atualmente é um processo no qual o discurso liberal acaba por fixar as formas de como podemos pensar a sociedade e, nesse processo, termina por nos fixar a nós próprios como sujeitos sociais.

Ao analisarmos as políticas públicas relacionadas ao esporte, em especial àquelas implementadas pelo governo federal, constatamos que, no caso específico dos projetos acima citados, são escolhidos como

grupo principal e preferencial de tais políticas aqueles indivíduos ou parcela da população denominada em situação de vulnerabilidade social ou em risco social.

A emergência do conceito de indivíduos em situação de vulnerabilidade social vincula-se, inicialmente, à área do direito internacional, mais especificamente ao atendimento de indivíduos que viviam em áreas de conflitos e de guerra. Segundo Silva (2008), na década de 80, o emprego do conceito de vulnerabilidade passa a ser utilizado para as análises na área da saúde e, mais especificamente, das pesquisas sobre o HIV/Aids, até adentrar pelas vias das condições sócio-econômicas. Especificamente no que se refere ao termo vulnerabilidade social, este conceito passa a ser utilizado na década de 90, ainda relacionando-o à Aids e às chances de exposição das pessoas ao adoecimento.

A partir de então, o termo “vulnerabilidade social” passa a ser relacionado a outras temáticas, tais como com a pobreza, a fome, o crime e a violência. Segundo Silva (2008) foi a partir das pesquisas datadas de 1998 e que se passa a trabalhar com uma abordagem que atribui os riscos das configurações vulneráveis social não somente àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda uma população. Neste sentido, Sanches (1999, p. 111) caracteriza a condição de vulnerabilidade social como o “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade”. Em um sentido mais amplo e abrangente, o Sistema Único de Assistência Social, aprovado em 2005, caracteriza a condição de vulnerabilidade social àqueles indivíduos que vivem em situação de pobreza ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros), ou mesmo que tenham fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (SUAS - Resolução 130/2005).

A veiculação do discurso do esporte como instrumento de inserção social tem sido um recurso muito utilizado, tanto pelos proponentes de políticas sociais quanto pelos professores de área da Educação Física que tem o esporte como estratégia de ação educativa. Para dar consequência a esta vinculação entre esporte e inclusão social são propostos diferentes programas sociais, especialmente direcionados às comunidades

consideradas como de risco social. Nestes projetos está contida uma concepção de práticas esportivas consideradas como instrumento de cooptação e de “educação” dos “diferentes”, como uma tentativa de proporcionar a tão almejada ‘inserção social’, ou seja, a integração social de jovens e crianças que vivem em situação que passou a ser denominada de “vulnerabilidade social”.

Esse caminho de análise se estabelece para poder entender e estar atento a todas essas variações sociais e os conseqüentes efeitos produzidos na prática do esporte na sociedade, ou seja, em relação aos dispositivos e estratégias de arranjos sociais que geram a necessidade de constituírem políticas públicas de esporte para atenderem a parcelas consideradas desviantes da sociedade. Os que se enquadram nestes parâmetros ou são assim identificados, acabam sendo considerados “os outros”, aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade ou risco social, caindo em um binarismo de incluídos/excluídos, normalmente, sustentados numa suposta hierarquização social.

Considerando o estabelecimento destas identidades surge, então, estratégias de “reinserção social” e o esporte tem sido apontado como um instrumento privilegiado e “natural” de “socializar” os excluídos ou de contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social. Assim, os projetos sociais de esporte, muitas vezes, afirmam o seu objetivo de democratizar o acesso à prática esportiva, em especial, aquelas voltadas às crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social, tendo a finalidade de ampliar a permanência desse público em um ambiente de convivência sócio-educativa e afastá-los dos espaços relacionados à marginalização. Assim, esses programas, ao oferecer atividades esportivas, buscam a inclusão dos que se encontram pretensamente estão fora critérios básicos de socialidade e que, em decorrência, podem ser identificados como em situação de vulnerabilidade social.

Para exemplificar como esta perspectiva focalista de política pública no esporte se consolida a partir da referência da vulnerabilidade social, tomaremos como referência dois projetos desenvolvidos em nível federal, pelo Ministério do Esporte: o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Projeto Segundo Tempo. No primeiro – PELC – o projeto é direcionado e definido da seguinte forma:

Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, **sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica**, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. (ME, 2008)

Dentro desta mesma perspectiva, ao analisarmos o Projeto Segundo Tempo também adota a mesma proposta de ação social, agora, associando o conceito de vulnerabilidade a concepção de inclusão social e risco social adotando visto que este

é um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar. Tem a finalidade de colaborar para a **inclusão social**, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. (ME, 2008)²

Este projeto tem como objetivo geral, segundo o próprio Ministério do Esporte (2008), “democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso **de crianças e adolescentes em situação de risco social**”³.

Constata-se, assim, que se estabelece o foco preferencial, quase exclusivo, da maioria dos projetos sociais relacionados ao esporte, em especial, aqueles desenvolvidos pelo governo federal assumem a configuração de uma política focalista e que se voltam àquela camada da população identificada como em situação de vulnerabilidade ou risco social, pressupondo que esta população é necessitaria de uma pretensa “inclusão social”.

É importante destacar, no entanto, que esta perspectiva inclusiva e socializante – no sentido de educar socialmente o indivíduo - que tem permeado as produções e propostas vinculadas ao esporte não são novas e pode ser identificada na própria trajetória histórica desta prática

² Grifo nosso.

³ Grifo nosso.

corporal. O discurso de legitimação social do esporte sempre esteve permeado de um discurso moralizante muito forte e que tem se focado em princípios como “solidariedade”, “espírito competitivo”, “exercício da derrota” e outros. Estes “princípios” são tomados como valores morais socialmente desejáveis e estão inexoravelmente vinculados à conduta humana e, nesta perspectiva, inerentes à ação desportiva, mas que neles se apoiam para justificar o esporte como pedagogia corporal⁴. Tais “valores”, na maioria das vezes, são considerados como elemento da “essência” de qualquer atividade esportiva, ou seja, como se fosse um componente intrínseco e constitutivo do esporte.

Caillat (1993) chama a atenção para a existência de uma “mitologia esportiva, que vincula à palavra ‘esporte’ a valores como lealdade, pureza, beleza, moralidade e fraternidade, conferindo-lhe caráter ao mesmo tempo estético e ético”⁵. Afora outros “mitos” que cercam o esporte,⁶ o autor afirma que este em especial decorre do “conceito de ética, recém-chegado ao mundo dos negócios”, que determina a necessidade de estabelecer valores sociais aceitos e desejáveis para que o “produto”, no caso o esporte, seja aceito e consumido.

Portanto, podemos perceber que requisitar valores morais socialmente aceitos e desejáveis em determinado momento histórico e vinculá-los ao esporte não é uma estratégia discursiva contemporânea, mas o que se constata é que houve uma espécie de deslocamento dos “valores” a serem almejados. Ou seja, se há algumas décadas atrás era associado ao esporte o desenvolvimento de valores tais como “espírito competitivo”, “perseverança” e “solidariedade”, atualmente, os discursos mais utilizados são a “inclusão social”, o “risco social”, a “vulnerabilidade”, o “combate à violência”. No entanto, é preciso deixar

⁴ Para este texto, consideramos o conceito de Pedagogia Corporal o apresentado por Louro (2000), entendida como aqueles investimentos que são postos em ação através da família, da escola, da mídia, da igreja, dos dispositivos legislativos e outros mecanismos sociais que buscam produzir um corpo aceito e que não desestabilize a organização social. Estes investimentos são articulados e buscam reiterar “identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” (p. 25)

⁵ Michel Caillat, Existe uma moral do esporte ?, In: Revista O Correio da Unesco, p. 33.

⁶ Em relação aos outros “mitos” do esporte, Caillat cita ainda o “da perenidade do esporte ao longo dos tempos (o esporte a-histórico), o mito da origem primitiva do esporte e da natureza humana (o homem, um animal desportista) e o mito do esporte deturpado (o puro esporte, em si mesmo neutro, extraviou-se, corrompeu-se, foi roubado)”.

claro que este deslocamento não é “natural” ou “essencial” à prática esportiva, mas certamente é estabelecido pelos arranjos sociais constituídos em determinado momento histórico.

OS IMPACTOS DESTAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: ANALISANDO O CASO DE RIO GRANDE (RS)

Como o objetivo deste trabalho foi analisar como se constitui as principais políticas públicas de esporte e como elas têm sido implantadas na cidade do Rio Grande (RS), cuja estratégia inicial era traçar um mapa das principais políticas públicas de esporte que estão sendo desenvolvidas na cidade, especificamente, àqueles projetos de iniciativa do governo federal, podemos constatar que se a finalidade destas ações governamentais é socializar a prática de atividades esportivas à população isto não é atendido de forma convincente.

Essa constatação se deve, principalmente, pelo fato que dentre os diferentes programas propostos pelo governo federal e elencados no decorrer deste estudo, apenas o Projeto Segundo Tempo é desenvolvido na cidade, o que caracteriza uma certa contradição interna, inclusive, com aquilo que tais políticas afirmam atender: a população em situação de risco e vulnerabilidade social.

A cidade do Rio Grande está situada em uma restinga litorânea – onde ocorre o encontro das águas fluviais, lacustres e o mar – e localizada na planície costeira do Rio Grande do Sul, destacando-se como um dos centros de indústria química e organizada através de atividades econômicas relacionadas à produção agrícola – prioritariamente arroz e cebola – e à pecuária. Embora esta diversidade econômica e geográfica, a região foi identificada como um dos treze bolsões de extrema pobreza do país.

Os índices das cidades da região são os seguintes:

Município	EVN ⁷	TAA ⁸	TBFE ⁹	RPC ¹⁰	IDHM-L ¹¹	IDHM-E ¹²	IDHM-R ¹³	IDH-M ¹⁴	Ranking por UF	Ranking Nacional
Rio Grande	68,639	0,930	0,895	318,365	0,727	0,918	0,735	0,793	198	715
São José do Norte	65,179	0,777	0,770	148,956	0,670	0,775	0,608	0,684	464	3239

Segundo os dados do PNUD, os índices de vulnerabilidade são medidos através do IDH (Índice de desenvolvimento Humano) e quanto mais próximo de 1,0 maior a fragilidade e a necessidade de intervenção governamental, no sentido de traçar soluções, ou seja, esta ingerência governamental teria a finalidade de “fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros” (PNUD, 2008).

A partir desta análise, seria possível pensar que esta cidade por estar localizada em uma região com grau de vulnerabilidade social tão alto seria uma das regiões necessitárias de tais políticas focais, em especial, as do campo esportivo. No entanto, pelo que foi constatado, esta expectativa não se confirma e, mesmo sendo uma daquelas regiões para as quais estas políticas sociais estariam sendo direcionadas, apenas um (1) projeto é desenvolvido na cidade, circunscrito a 10 bairros da região urbana do Rio Grande.

Nas entrevistas que realizamos com gestores municipais, objetivando identificarmos porque havia um distanciamento tão grande entre o número de programas governamentais “oferecidos” nas instâncias federal – principalmente – e estadual, dois aspectos nos pareceram mais importante. O primeiro deles se refere aos limites do que se entende por políticas públicas e daquilo que é possível ser proposto, a partir do cargo e do lugar que se ocupa em uma instância governamental; o segundo aspecto se refere à dificuldade de compreender como funcionam os

⁷ Esperança de vida ao nascer

⁸ Taxa de alfabetização de adultos

⁹ Taxa bruta de frequência escolar

¹⁰ Renda per capita.

¹¹ Índice de longevidade

¹² Índice de educação

¹³ Índice de renda

¹⁴ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

programas federais e estaduais.

No que diz respeito à compreensão do que significa um órgão de gestão, responsável por desenvolver ações públicas relacionadas ao esporte, identificamos que existem limites bastante definidos com relação a estas responsabilidades. Uma das mais evidentes dificuldades se refere aos diferentes papéis que o esporte tem assumido na atual estrutura social. Ou seja, hoje, não é mais possível pensarmos o esporte no singular, mas pelas diferentes configurações que assumiram, atualmente, podemos falar em “esportes”, não apenas aludindo às diferentes modalidades, mas pelos diversos objetivos pelos quais são praticados. Isto é confirmado por Alves e Pieranti (2007) quando afirmam que:

a visão do esporte como um fenômeno social plural, que abrange várias manifestações em que o movimento humano está presente com objetivos diversos, rompe com a visão singular do esporte como uma manifestação fechada e restrita a espaços especializados e a pessoas particularmente dotadas para performances especiais. Amplia-se não apenas a visão de esporte, como também surgem vários "esportes", conceitos e visões dessa atividade, provenientes de campos diversos – fruto do domínio tecnológico, da atividade profissional, do comércio e negócio, do artigo de consumo, da indústria de entretenimento, do empreendimento de saúde, da educação. (p. 07)

Neste sentido, o que observamos nas entrevistas realizadas os gestores esportivos da cidade do Rio Grande ainda estão restritos a pensar o esporte apenas a partir de duas concepções: o esporte de alto rendimento e escolar. Em função disso, as ações governamentais existentes e propostas pelos gestores esportivos têm estas duas compreensões de esporte. Ainda que a única política pública proposta pelo governo federal desenvolvido na cidade seja um projeto relacionado ao discurso da “inclusão social” – no caso, o Segundo Tempo – o foco principal de ação do governo municipal ainda se restringe aos modelos tradicionais de esporte.

Outro aspecto bastante importante que identificamos nesta investigação se refere à falta de domínio dos mecanismos de acesso aos programas propostos, principalmente, em nível federal. Isto é, a maioria dos gestores esportivos não conhece a dinâmica de como ter acesso ao

financiamento, organização e desenvolvimento destes projetos na cidade. Por exemplo, como o atual governo federal trabalha bastante com editais públicos de financiamento dos projetos, os gestores não dominam suas regras, períodos, exigências e contrapartidas estabelecidas por esta forma de ação administrativa, avaliando que o foco de definição destes projetos sejam os tradicionais jogos políticos e partidários.

Neste aspecto, confirma a opinião de Azevedo e Barros (2003) de que “no Brasil, os gestores do esporte são prisioneiros de teorias antigas sobre a organização do trabalho, como: divisão do trabalho em tarefas, necessidade de controles elaborados e hierarquia funcional rígida”. Para estes autores, os gestores tradicionais fazem os seguintes questionamentos: “Como melhorar o que fazemos?”; “Como reduzir o custo do que fazemos?”. Por outro lado, segundo Azevedo e Barros (2003), “os gerentes críticos e inovadores perguntam: ‘Por que estamos fazendo isto?’, ‘Por que fazemos o que fazemos?’”.

CONCLUSÃO

Para encerrarmos a análise desta temática, precisamos retomar a perspectiva de que o esporte é uma manifestação da cultura corporal que forja códigos, valores e experiências com múltiplos significados, por isso, é fundamental que problematizemos e analisemos aquelas propostas que integrem o esporte em suas políticas. O sentido do esporte como uma manifestação corporal, o seu vínculo com o contexto social e, conseqüentemente, as políticas públicas que viabilizam e socializam o acesso às práticas esportivas são focos de estudo largamente enfatizados por muitos estudiosos, mas que de maneira nenhuma se esgotam, pois considerando o saber e a verdade como construções contínuas, não fixas, não paralisadas e a realidade social como um processo em constante mudança, seria impossível ter a pretensão de estarmos próximos do entendimento e da clareza conceitual dos referidos temas.

Como a tarefa principal desta análise é identificar e examinar as políticas públicas relacionadas ao esporte, nos focando na tarefa de traçar um mapa das principais políticas públicas de esporte que estão sendo desenvolvidas na cidade do Rio Grande (RS), especificamente, o estudo da implantação dos projetos de iniciativa do governo federal, identificando seus proponentes, as formas de desenvolvimento e a população atingida com tal iniciativa, foi possível verificar que, em

primeiro lugar, os projetos sociais relacionadas ao esporte tem se caracterizado como uma política focal, voltadas principalmente para aquela parcela da população demarcada como em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Por fim, percebemos que a cidade do Rio Grande (RS), mesmo estando localizada em uma região identificada como um dos bolsões de pobreza do país, com um dos mais altos índices de vulnerabilidade social, apenas um projeto governamental é desenvolvido na cidade e com uma abrangência bastante restrita, principalmente, porque se limita a alguns bairros da região urbana, desconsiderando, por exemplo, zona rural, espaço que tem se caracterizado como o mais necessário de atendimento público.

A partir deste cenário, é importante que os gestores do esporte compreendam esta prática corporal como uma atividade pública, isto é, extensiva a toda a sociedade e não apenas a uma parcela da população, por mais carente e necessária que seja, principalmente porque o esporte não tem a capacidade de superar as iniquidades sociais, que são produzidas por modelos econômicos e não por políticas públicas esportivas.

Além disso, é preciso entender o esporte como uma prática múltipla e vinculada a diferentes formas de manifestação e que um órgão público principalmente, o municipal, deve pensar ações e ter um plano municipal claramente definido para atender a estas formas diversificadas de “esportes” que estão presentes no cotidiano.

No que se refere às ações públicas de esporte, no nível federal, parece importante estes gestores pensarem em mecanismos para socializarem as informações, de forma acessível aos administradores municipais, fazendo com que se encurte o distanciamento evidente entre os objetivos das atividades e programas federais e a capacidade de intervenção daqueles que desenvolvem estes programas nos municípios. Não podemos esquecer que a experiência política, de formação educacional e de vivência esportiva é muito dispare entre os gestores municipais, portanto, é fundamental que os organismos federais e estaduais considerem esta evidência e proponham mecanismos para superar tal conjuntura.

REFERENCIAS

AZEVEDO, P.H., BARROS, J.F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista brasileira Ciência e Movimento**. 2004; 12(1): 77-84.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Governo Federal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, Carlos H. S. e MELO, Marcelo P. **Políticas Públicas de Esportes para Juventude na Baixada Fluminense/RJ: uma discussão introdutória**. Caxambu: Anais da ANPED, acessado em 18/10/2008.

PIERANTI, Octavio Penna e BARROS, José Antonio. **O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil**. In: ERA eletrônica On-line. São Paulo: v. 6, n. 1, Jan/Jun, 2007.

RESOLUÇÃO CNAS n. 130/2005, **Norma Operacional do SUAS**. Disponível no site <http://www.mds.gov.br>.

SANCHES, Kátia Regina de Barros. **A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade**, 1999. Disponível em <http://portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php>. Acesso em: 24 fev. 2007

SILVA, Rose Méri S. **O discurso da vulnerabilidade social e os processos de constituição dos sujeitos “asematizáveis”**. Rio Grande: Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação de Educação Ambiental, 2008.

www.ministeriodoesporte.gov.br

www.pnud.org.br

www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp

www.turismo.rs.gov.br

O FINANCIAMENTO DO ESPORTE PELO GOVERNO FEDERAL EM 2007

*Clebe Onor de Barros Neves
Méri Rosane Santos da Silva*

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de financiamento no país definem quais as demandas sociais¹ serão atendidas e também que verbas serão destinadas para esse fim. As políticas públicas de financiamento do esporte seguem a mesma regra e são geridas pelo Ministério do Esporte. Saber para onde estas verbas são destinadas e em que montante isso é feito, pode identificar, por exemplo, a importância dada pelo governo federal para o esporte de alto rendimento e para os programas sociais de esporte e lazer. Assim, esse estudo foi produzido no intuito de analisar a distribuição orçamentária do Ministério do Esporte, no ano fiscal de 2007, por ter sido neste ano em que ocorreu os Jogos Pan-Americanos no país, pois suspeitávamos que houve uma maior liberação de verbas para o esporte de alto rendimento.

Uma discussão sobre as políticas públicas sociais e como se dá o seu financiamento nos auxiliou na compreensão de como é a atuação do governo federal nos programas sociais de âmbito nacional. Também sentimos necessidade de definir o que seja política pública de esporte, bem como fazer uma síntese de sua história em nosso país, para saber se as políticas se mantiveram iguais ou passaram por alguma mudança. No que diz respeito ao financiamento do esporte foi essencial uma busca das leis que foram importantes, bem como da origem dos recursos que são disponibilizados e para que tipo de manifestação esportiva é destinado.

¹ Para este texto consideramos como demandas sociais as necessidades relacionadas à educação, esporte, lazer, habitação e saúde.

Assim, esse trabalho teve como objetivo analisar a distribuição orçamentária do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007. Para atingir este objetivo foi preciso identificar os gastos públicos do Ministério do Esporte relacionados ao financiamento de projetos ligados ao esporte de alto rendimento e ao esporte e lazer recreativo. Realizamos tal tarefa através da utilização do site Portal da Transparência como instrumento de análise dos gastos públicos destinados ao financiamento do esporte, pelo governo federal.

O tema das políticas públicas, especialmente de esportes, tem ganhado visibilidade nos últimos anos, principalmente devido à eleição do Brasil para sediar os Jogos Pan-Americanos, no ano de 2007, bem como ter sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A partir de toda essa visibilidade produzida não só pela imprensa, mas também pelo aparato governamental e pelos órgãos gestores dos grandes eventos esportivos do país, este trabalho surge da necessidade de analisar como é realizado, pelo governo federal, o financiamento das Políticas Públicas em relação ao Esporte.

Em um país como o Brasil, onde grande parte da população luta com dificuldade para suprir necessidades básicas como moradia e alimentação, a prática de algum esporte, por menor custo que acarrete, parece não fazer parte de sua realidade. A condição financeira da maior parte da população torna-a dependente das políticas públicas para terem acesso a alguma forma de prática esportiva. A materialização dessas políticas públicas de esportes se dá através do financiamento de tais ações.

Quando o governo federal define quais políticas públicas de esporte serão implementadas e qual a parcela de financiamento que caberá a cada uma delas, ele está também delimitando a importância dessa demanda social e o seu compromisso em supri-la. Segundo as manifestações do governo federal, o esporte de alto rendimento e os programas sociais de esporte e lazer são atendidos de forma igualitária em relação à destinação de verbas, informação que, visivelmente, parece não condizer com a realidade. Especialmente em 2007, ano do Pan-Americano, quando se presumiu que a destinação de verbas ao esporte de alto rendimento deve ter aumentado significativamente, em detrimento do financiamento dos programas sociais de esporte e lazer sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. Além disso, em uma análise preliminar é possível suspeitar que, talvez, tenha havido uma

suplementação orçamentária para que os compromissos governamentais pudessem ser cumpridos.

Identificar qual a parcela de financiamento que o governo federal destina ao esporte e como este financiamento é direcionado pelo gestor responsável por este ministério é de extrema importância para que se proponha qualquer discussão relacionada à área. Além disso, sem esse conhecimento torna-se inviável a apresentação de novas perspectivas e projetos relacionados à área, pois não se tem a real noção de que valores são disponibilizados para esse fim.

Para esta pesquisa utilizamos ferramentas do Estudo de Caso, que se caracteriza como uma análise minuciosa de um determinado fato ou organização social. Para realizar esse Estudo de Caso, o primeiro passo foi a coleta de dados no site “Portal da Transparência” referente aos gastos do Ministério do Esporte, tarefa que ao ser completada foi exaustivamente revisada, ou seja, os dados foram retomados, para termos certeza de que não houve erro na transcrição de valores. De posse desses dados, eles foram compilados por programas do governo federal, revelando o montante que foi destinado a cada um deles. A partir deste resultado foi feita a análise da distribuição orçamentária do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E FINANCIAMENTO

Políticas Públicas de Esporte

No decorrer deste item apresentaremos os conceitos de políticas públicas utilizados como referência neste trabalho e também a relação destes com o esporte. Faremos também uma síntese do percurso histórico das políticas públicas de esporte do governo federal no Brasil, com um foco maior no período de governo dos dois últimos presidentes do país, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

As políticas públicas são iniciativas que abrangem, especialmente, os direitos sociais: educação, saúde, moradia, emprego, segurança, alimentação, lazer e esporte, entre outros e buscam alcançar de forma efetiva a todos os cidadãos. Segundo Ferreira (2009, p.53), as

políticas públicas são um importante mecanismo de realização da cidadania, pois visam garantir o acesso a bens e serviços a toda população. São ações governamentais desenvolvidas por meio de

programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa.

Baseado em Ferreira (2009) e Veronez (2005), utilizamos as políticas públicas de esporte que são desenvolvidas pelo Estado através de programas com o objetivo de proporcionar ao cidadão, de forma equânime e justa, o direito à prática esportiva.

Para fazer a síntese histórica das políticas públicas de esporte, na esfera federal, começamos com o período da República Velha. De acordo com os estudos de Bueno (2008), não há registro de políticas públicas de esporte em nível federal durante esse período, ou seja, o Estado não interferia e raramente apoiava eventos em práticas desportivas com algum recurso financeiro. Segundo Bueno (2008, p.93), durante a República Velha,

a ação do Estado, no nível federal, se limitou à aprovação de regulamentos e decretos versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e curso.[...] O Estado não interferiu e muito pouco apoiou com qualquer forma de recurso, no mais das vezes subsidiou eventos específicos.

No entanto essa informação de Bueno (2008) é, em suas próprias palavras, contraditória, pois a política pública não se restringe ao apoio financeiro, regulamentar é uma importante política pública. Desta forma, podemos afirmar que a aprovação de regulamentos e decretos versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e curso era a política pública de esporte existente durante a República Velha.

A intervenção do Estado, em termos de financiamento, começou a se consolidar em novembro de 1936, com a eleição de Luiz Aranha para comandar o CBD (Confederação Brasileira de Desporto). Conforme Bueno (2008, p. 105),

o primeiro movimento no sentido da intervenção no setor esportivo deu-se em novembro de 1936, com a eleição de Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha e então Ministro da Justiça, para o comando da CBD. Luis Aranha foi a favor da profissionalização para o futebol e do amadorismo para as demais modalidades.

Com a implantação do Estado Novo, a importância do esporte para a população foi reconhecida, o futebol principalmente, fazendo com que o governo assumisse de forma mais efetiva o controle e a normatização do setor esportivo. Conforme Bueno (2008, p. 106),

o Estado chamou a si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com a sua orientação ideológica nacionalista. Na nova ordem política, o esporte é alçado a categoria de importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do País.

Neste contexto, o Decreto-Lei nº. 3.199, de 1941, estabeleceu a criação, através do Ministério da Educação e Saúde, do CND (Conselho Nacional de Desportos), que incluiu o esporte como matéria legal² a ser incorporada pelo Estado. Conforme Bueno (2008, p.111-112), o “CND foi instituído com o objetivo de garantir a orientação nacionalista, controlar e unificar as entidades esportivas, regulamentos e dirimir conflitos.” Segundo Ferreira (2009, p.67), até o advento desta lei “o esporte era regido por entidades privadas, como os clubes, tendo estes, a partir de então, se submeter às determinações elaboradas pelo CND, cujo objetivo era orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país.”

Começava desta forma o controle e a intervenção do Estado no setor esportivo que perdurou por aproximadamente 50 anos. De acordo com Veronez (2005, p.49-50), “o padrão de intervenção e de controle estatal no setor esportivo brasileiro, inaugurado em 1941 durante o regime autoritário do Estado Novo e que permaneceu praticamente inalterado nos 50 anos que se seguiram, configurava-se como centralizado, burocrático-autoritário, corporativo e clientelista”. Nesse período, segundo o autor, o esporte de rendimento era a prioridade do Estado. Implementava ações neste setor, objetivando modelar o comportamento da juventude para o trabalho. As ações implementadas pelo Estado visavam também aprimorar a eugenia do povo, efeito creditado ao esporte na época. Outro objetivo a ser alcançado com essas ações era o de descobrir talentos esportivos que representassem o país

² Matéria legal – tratada através de legislação.

nas competições internacionais, aumentando a auto-estima da população e reforçando sentimentos nacionalistas. Conforme Veronez (2005, p.50):

a atenção do Estado concentrava-se prioritariamente no esporte “de rendimento”, ou seja, no esporte fundado na seletividade e voltado para o resultado esportivo, de forma que as ações implementadas nesse setor pudessem atender, no mínimo, a três objetivos ou finalidades político-ideológicas: primeiro, oferecer atividades para a ocupação do tempo fora do trabalho que modelassem o comportamento da juventude, adequando-o à disciplina exigida pelo mundo do trabalho e pelo processo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização, que naquele momento instaurava-se no país; segundo, popularizar um tipo de atividade sobre a qual era creditado o mérito de contribuir para o aprimoramento eugênico do povo brasileiro; terceiro, fazer surgir “talentos” esportivos que bem representassem a nação brasileira em eventos esportivos internacionais, cujos resultados pudessem repercutir na auto-estima do povo e reforçar sentimentos nacionalistas.

Em 08/10/1975 foi sancionada a Lei n.º 6.251, regulamentada posteriormente pelo Decreto n.º 80.228, de 25/08/1977, que reestruturaram a política pública para o esporte e a Educação Física no Brasil. Ela mantinha o CND como autoridade maior do esporte nacional e definia o que era desporto, naquele momento, no seu artigo 2º, que afirmava: “Para os efeitos desta lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas” (BRASIL, 1975). Portanto, para Bueno (2008, p. 147), “mesmo com o discurso do esporte para todos – EPT³ emergindo, o esporte contemplado pela política pública era ainda o da lógica da competição, sem o componente do puro lazer”.

Em 1988, a nossa atual Constituição, em seu artigo 217, estabeleceu novos preceitos legais, dentre os quais, o tratamento diferenciado entre o esporte profissional e o não profissional, que se

³O EPT (Esporte Para Todos) foi uma ação do Estado para efetivar o esporte de massa que ocorreu em 1977, atingindo uma participação de mais de dez milhões de pessoas e, conforme Veronez (2005, p.249), de “certo, o EPT visava à despolitização das relações sociais, oferecendo à população um conjunto de atividades de ‘baixo custo’ que tinham como finalidade precípua a ocupação do tempo de não-trabalho das classes populares”.

diferenciam basicamente pela existência ou não de remuneração. Segundo Bueno (2008, p. 186), “alguns juristas definem profissional pelo ganho monetário e vínculo empregatício ao passo que o não-profissional é caracterizado pelo gasto próprio para o sustento da prática esportiva”. Este artigo estabeleceu também novas atribuições ao Estado no que se refere à destinação dos recursos públicos, devendo ter prioridade o esporte educacional e o incentivo às manifestações do esporte de origem nacional. São considerados nacionais, os esportes referidos no artigo 217 em seu inciso IV e tem como exemplo o futevôlei, a capoeira, o futebol de praia, o frescobol etc., ou seja, manifestações corporais criadas no Brasil, que devem ser fortalecidos em sua organização e auxiliados na divulgação de sua prática.

O reconhecimento do esporte como direito social, estabelecido no art. 217 da Constituição Federal, ou seja, a possibilidade de torná-lo um direito de todos e ao mesmo tempo de cada indivíduo da nação, gerou a expectativa de que parcelas maiores da população pudessem ampliar sua participação no setor esportivo, fato que acabou não se concretizando. De acordo com Veronez (2005, p. 59), “não foi construída uma nova cidadania esportiva no Brasil, como alguns chegaram ingenuamente a acreditar logo após a promulgação da assim denominada ‘Constituição Cidadã’ de 1988”.

A partir desta pequena retrospectiva histórica nos foi possível perceber que o esporte de rendimento sempre recebeu a maior parte dos recursos públicos⁴, que eram destinados a entidades privadas e buscavam exclusivamente melhores resultados esportivos, em detrimento de outras manifestações esportivas. Após a promulgação da Constituição de 1988 a discrepância não foi corrigida, ao contrário, aumentou a diferença nos recursos financeiros direcionados ao esporte de rendimento em relação ao esporte social, segundo Veronez (2005, p.61), sob “forte pressão de lobistas, parlamentares e agentes governamentais representantes dos interesses das entidades esportivas, criaram-se instrumentos legais que mantiveram e, inclusive, aumentaram a alocação de recursos diretamente naquelas entidades”.

Outro fator a ser considerado é que não há nenhum controle rígido por parte do Estado sobre o uso dos recursos destinados a essas entidades

⁴ Os recursos públicos aqui referidos são aqueles alocados em gastos com o esporte, definidos e destinados através do orçamento federal e obtidos através de tributação.

e também que tais recursos não sofrem as restrições orçamentárias⁵ a que estão sujeitos os destinados para as manifestações esportivas de participação social. Através de um privilégio que essas entidades obtiveram dos parlamentares, os recursos a elas destinados estão livres do controle rígido do Estado e, por conseqüência, de qualquer restrição ou ingerência, ou seja, o Estado não interfere de nenhuma maneira na utilização destes recursos. Segundo Veronez (2005, p.356), no caso do setor privado

além da ampliação de recursos financeiros originados dos fundos públicos, conseguida por pressão exercida no Parlamento, esse grupo de interesses obteve uma regalia para que tais recursos não tivessem de passar pelos trâmites burocráticos do Estado, correndo o risco de sofrer contingenciamentos e a ingerência do gestor público.

Essas entidades também foram beneficiadas através da legislação, quando da compra de materiais esportivos, obtendo a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e, no caso de compras no exterior (quando não houver similar no país), do imposto de importação. Realidade diferente existe nos programas esportivos do governo, que precisam adaptar-se às restrições orçamentárias impostas pela economia do país. Segundo Veronez (2005, p. 358),

os recursos orçamentários provenientes do orçamento fiscal e da seguridade social para o esporte também estão sujeitos aos contingenciamentos decorrentes da necessidade do estabelecimento de equilíbrio entre a previsão de arrecadação e a disponibilização de recursos.

A partir da década de 90, as políticas públicas no âmbito do governo federal passaram a ser traduzidas em programas. Nesse sentido, algumas ações de governo surgem para alcançar, ainda que precariamente, parcelas da população que até então não eram abarcadas por nenhum tipo de programa similar. São elas: Vida Ativa, Pintando a

⁵ Contingenciamentos impostos às áreas sociais, devido à necessidade de o governo realizar superávits fiscais a fim de cumprir acordos realizados com instituições financeiras internacionais.

Liberdade e Projeto Esporte Especial, que visam atingir respectivamente os idosos, os apenados e os portadores de necessidades especiais.

De acordo com o estudo de Veronez (2005), durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente no ano de 1995, foram criados sete programas⁶ com diferentes ações direcionadas à sociedade, são eles:

– *Desenvolvimento e Melhoria da Qualificação da Prática Desportiva*: As ações deste programa tinham por fim fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas no esporte nas suas diferentes manifestações: rendimento, educacional e participação, além de promover e difundir a modernização esportiva facilitando o acesso a informações do setor.

– *Promoção do Desporto nas Escolas e nas Comunidades*: Este programa desenvolve ações que visavam promover o acesso às práticas esportivas no sistema de ensino e em diversos segmentos da sociedade.

– *Fomento ao Desporto de Rendimento*: Visava apoiar as entidades federais de administração do desporto com o objetivo de obter a melhoria da qualidade do desporto brasileiro e para a participação em eventos internacionais.

– *Estudo e Fomento às Atividades Desportivas com Identidade Cultural*: Este programa tinha como objetivo apoiar atividades esportivas relacionadas à história e à cultura do povo brasileiro.

– *Fomento e Desenvolvimento do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência*: Era direcionado às pessoas portadoras de deficiência sendo formado pelo conjunto de ações que estavam contidas nos demais programas.

– *Assistência ao Atleta Profissional e ao em Formação*: Visava prestar assistência social e educativa aos atletas para que, ao final de sua carreira esportiva, tivessem condição de exercer uma profissão.

– *Fomento ao Desporto dos Estados e do Distrito Federal*: Foi criado com o objetivo de transferir recursos financeiros para as secretarias estaduais e do Distrito Federal ou órgãos equivalentes, para que fossem investidos no fomento do desporto não-profissional.

⁶ Segundo Veronez (2005, p.315), “entende-se por programa o instrumento de organização da atuação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no PPA” (Plano Plurianual).

Ainda, de acordo com o estudo de Veronez (2005), no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram criados novos programas, tais como:

– *Esporte Solidário*: que visava através da intensificação da prática desportiva fazer com que houvesse a diminuição da situação de exclusão e risco social de crianças, adolescentes e jovens carentes, de 7 a 24 anos. Este programa oferecia atividades de reforço escolar, reforço alimentar, educação para a saúde e arte-educação, além do esporte, que era obrigatório.

– *Brasil, Potência Esportiva*: visava melhorar aspectos quantitativos e qualitativos do Sistema Nacional de Desporto com o intuito de obter uma melhoria no desempenho dos atletas e para-atletas em competições nacionais e internacionais.

– *Esporte, Direito de Todos*: este programa considerava as dimensões culturais e educacionais, visando contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, por meio da prática esportiva e de lazer. Em 2001, esse programa foi extinto, ficando em seu lugar o programa Esporte na Escola, que visava viabilizar o esporte na escola de maneira independente das aulas de educação física.

A política social esportiva executada durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso foi praticamente a mesma, ou seja, a formulação dos programas, que foram implementados no governo de FHC no setor esportivo tinha o objetivo de promover a inclusão social e combater os considerados males sociais (drogas, desvios de conduta etc.). De acordo com Veronez (2005, p.350), “lançando um olhar mais abrangente sobre a política social do segundo mandato de FHC, observaremos poucas mudanças em relação ao primeiro. O discurso focado no ‘social’ permaneceu, assim como a contradição deste com a realidade vivida no cotidiano pela população”.

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, presidente desde 2003, também são executados programas na área do esporte e lazer. Para efeito deste estudo, que tem como base o ano fiscal de 2007, primeiro ano do segundo mandato do presidente, serão abordados os programas com valores lançados em sites⁷ oficiais do governo federal. Portanto, os dados

⁷ Ministério do Esporte disponível em <http://www.esporte.gov.br>.

coletados serão a reprodução daquilo que é apresentado pelo governo, nos veículos oficiais de informação. Os programas colocados em funcionamento pelo governo, no campo esportivo foram:

– *Inserção Social pela Produção de Material Esportivo*: Este programa tem como público-alvo os detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a Lei, bem como as populações em situação de vulnerabilidade social. Segundo o projeto, esta iniciativa objetiva contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo. Possui duas linhas de ação distintas, ambas trabalhando com a geração de material esportivo: uma para os detentos (Pintando a Liberdade) e outra para os demais (Pintando a Cidadania). O Pintando a Liberdade visa reintegrar o detento à sociedade e o Pintando a Cidadania objetiva oportunizar o emprego (preferencialmente, o primeiro emprego) em comunidades sob risco social. Segundo o próprio governo, este programa ainda tem um alcance positivo secundário, pois os materiais produzidos são distribuídos aos programas sociais do governo federal, visando atender pessoas com vulnerabilidade social.

– *Brasil Escolarizado*: É um programa vinculado ao Ministério da Educação que tem como público-alvo crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação básica e objetiva garantir a estes, com melhoria de qualidade, o acesso e a permanência na escola.

– *Brasil no Esporte de Alto Rendimento*: o público-alvo deste programa são os atletas de alto rendimento das diversas modalidades esportivas. Seu principal objetivo é diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, bem como promover a imagem do País no exterior. Entre outras ações do programa destaca-se o auxílio financeiro mensal aos atletas de alto rendimento praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas, através do Bolsa Atleta.

– *Esporte e Lazer da Cidade*: O público-alvo deste programa é a população em geral, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos,

Controladoria Geral da União – Portal da Transparência disponível em www.portaltransparência.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponível em www.planejamento.gov.br

Governo Federal disponível em www.planobrasil.gov.br

portadores de necessidades especiais e objetiva suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, principalmente daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que são submetidas.

– *Segundo Tempo*: O público-alvo deste programa são crianças e adolescentes expostos aos riscos sociais. Considerado como um programa estratégico pelo governo federal é executado prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social e objetiva democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

– *Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer*: Este programa tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte.

– *Rumo ao Pan 2007*: Este programa teve por objetivo a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e Para-Pan Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro e teve como público alvo a Comunidade Esportiva Nacional. Os Jogos Pan-americanos Rio 2007 receberam grande atenção do governo federal. Ao todo, 16 ministérios, além da Presidência da República e empresas estatais, foram mobilizados para elaborar ações e medidas no sentido de tornar essa edição um marco na história do evento.

– *Educação para a Diversidade e Cidadania*: este programa, no ano de 2007 especificamente, executou ações no sentido de dar apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana.

Após essa síntese da história recente das políticas públicas de esporte em nosso país, o próximo capítulo será sobre financiamento público e abrangerá o período de governo de FHC e Lula, analisando neste último os dados obtidos a respeito dos gastos do governo federal no ano fiscal de 2007.

Financiamento do Esporte

Para elaborarmos esta parte do trabalho fez-se necessário uma divisão em dois tópicos, sendo que o primeiro tratará de algumas leis que foram, em algum momento, importantes na questão do financiamento do

esporte e, o segundo, discorrerá de forma sucinta sobre a disponibilidade de receitas da União e de empresas estatais para o esporte.

No que se refere à legislação, evidenciar-se as leis mais importantes que trataram do financiamento do esporte nos últimos quarenta anos. Não é nossa intenção fazer um estudo minucioso de cada lei, mas utilizá-las para compreender como aconteceu o financiamento do esporte através da legislação na história recente do nosso país.

Até o Decreto-Lei n.º 594 de 27/05/1969 os recursos do governo federal eram alocados para o esporte através de concessões ordinárias e extraordinárias, subvenções e isenções. A partir deste decreto, ficou instituída a Loteria Esportiva Federal que destinava uma parcela de sua renda líquida para o setor esportivo. Conforme Bueno (2008, p.135,136)

até 1969, os recursos federais para o esporte eram providos por concessões ordinárias e extraordinárias, subvenções e isenções, mas os propósitos do regime para a área necessitavam de um padrão de financiamento mais robusto e regular, o que seria atendido com o Decreto-Lei n.º 594, de 27/05/1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal, destinando 30% de seus rendimentos líquidos para programas de educação física e atividades esportivas.

O uso desses recursos foi regulamentado através do Decreto 66.118 de 26/01/1970, sendo que, em 03/06/1971, os Decretos 68.702 e 68.703 modificaram a destinação dos referidos recursos. Para Bueno (2008, p.136)

a regulamentação do uso dos recursos da Loteria Federal para o esporte (30%) deu-se inicialmente com o Decreto n.º 66.118 de 26/01/1970 que os repassava diretamente ao CND (BRASIL, 1970). Posteriormente os Decretos n.º 68.702, de 03/06/1971 e n.º 68.703, de 03/06/1971 reorientaram a destinação para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e através deste fundo a redistribuição de 1/3 para o CND e entidades vinculadas e de 2/3 para o DED aplicar em programas de Educação Física e atividades esportivas estudantis (BRASIL, 1971a, BRASIL, 1971b).

A Lei n.º 6.251, de 08/10/1975, regulamentada pelo Decreto n.º 80.228, de 25/08/1977 ampliou o apoio financeiro para o esporte pelo governo federal, que além dos recursos da Loteria Esportiva, segundo Bueno (2008, p. 147)

passou a contar com dotações orçamentárias destinadas a programas, projetos e atividades tendo por fonte o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos, receitas patrimoniais, doações e legados e outras fontes. Dentre as medidas de proteção ao esporte, as empresas passaram a poder abater do imposto de renda até 5% do lucro operacional para efeito de contribuições às entidades esportivas. Equipamentos importados, sem similares nacionais e sob aprovação do CND, continuaram sem imposto de importação. A Loteria Esportiva passou também a destinar, a mais, a renda líquida total de um concurso a cada ano de Jogos Olímpicos e Copa do Mundo para custeio das delegações.

A próxima lei importante abordando recursos financeiros para o esporte foi a Lei 7.752, aprovada após a Constituição de 1988, mais especificamente em 14/04/1989, que, segundo Veronez (2005, p. 287), dispõe sobre a concessão “de incentivos fiscais na área de imposto de renda e outros tributos concedidos ao desporto amador”. Em alguns casos o percentual a ser abatido do imposto de renda chegava a 100% em outros um pouco menos, conforme Veronez (2005, p. 287), as

pessoas físicas poderiam abater em até 100% as doações feitas às categorias esportivas inferiores, juniores inclusive (inciso I, parágrafo 1.º, Artigo 1.º), até 80% do valor do patrocínio (inciso II do mesmo parágrafo e artigo) e até 50% do valor do investimento econômico-financeiro (inciso III do mesmo parágrafo e artigo). No que se refere às pessoas jurídicas, os valores dos abatimentos eram os mesmos das pessoas físicas (incisos I, II e III do parágrafo 2.º do Artigo 1.º) (BRASIL, 1989).

A Lei n.º 8.672, de 6 de julho de 1993, também conhecida como Lei Zico, tratou dos recursos para o esporte em seus artigos 39º ao 48º, identificando a origem destes recursos que, além de programas específicos do Estado e, portanto, constantes do orçamento anual,

contaria, segundo Bueno (2008, p.196), com “fundos desportivos; receitas oriundas de concursos de prognósticos; doações, patrocínios e legados; prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados e incentivos fiscais previstos em lei.” O mesmo autor ainda destaca a manutenção da isenção de impostos de importação para a aquisição de equipamento de treinamento e para competição pelo COB (Comitê Olímpico Brasileiro), benefício este que foi estendido, mediante controle da SEDES (Secretaria dos Desportos da Presidência da República), para as entidades de práticas desportivas e atletas.

Essa lei também estipulava regras para utilização dos recursos da Loteria Esportiva que seriam distribuídos da seguinte maneira, segundo Veronez (2005, p.294), “10% para seguridade social, 25% para administração da própria loteria, 45% para pagamento do prêmio, 10% às entidades pela franquia de seus símbolos e denominações, 15% para as entidades administradoras do esporte”.

A Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998, também conhecida como Lei Pelé, em seu artigo 5º, definiu de forma geral o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP). Em seu artigo 6º manteve as fontes de recursos, melhorando sua distribuição, conforme Bueno (2008, p. 206),

o Artigo 6º estabeleceu as mesmas fontes de recursos, mas melhorou a redistribuição para os demais entes federativos: dos 4,5% sobre concursos de prognóstico, 1/3 deveria ir para as Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal segundo a proporção de volume de apostas. Deste 1/3, 50% deveriam ser repassados aos respectivos municípios segundo a proporção populacional.

Essa lei também regulamentou os jogos de bingo e estipulou o percentual que deveria ser transferido para a entidade desportiva a que esse estava vinculado. Segundo Veronez (2005, p.306), no que diz respeito ao financiamento do esporte, “a novidade da Lei Pelé está na extensa regulamentação dos jogos de bingo, que deveriam transferir no mínimo 7% da receita bruta para a entidade esportiva a ele vinculado”. Ainda, segundo o autor, ficou a cargo do INDESP e dos estados conveniados a função de credenciar as entidades esportivas, autorizar as casas de bingo e fiscalizar seu funcionamento.

A lei nº 9981, de 14/07/2000, (Lei Maguito Vilela), introduziu alterações na Lei Pelé, retirando desta a legislação do jogo do bingo e estipulando prazo para que estes fechassem. Segundo Bueno (2008, p.208,209), esta lei “anulou todos os artigos referentes (59º a 81º) e deu prazo de fechamento de dois anos para os bingos que já estavam em operação”.

A Lei nº. 10.264, de 16 de julho de 2001, (Lei Agnelo-Piva), também trouxe alterações à lei Pelé, mais especificamente no art. 56º, que trata dos recursos para o esporte. A mudança ocorreu na redação do inciso VI que substituiu “outras fontes” por “dois por cento da arrecadação brutas dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.” Esta lei ainda definiu a destinação destes recursos. Segundo Bueno (2008, p.214), ficou estabelecido que “oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro. Contudo, deste total repassado para as duas entidades, estas deverão investir 10% no desporto escolar e 5% no desporto universitário.”

A Lei 10.891, de 9 de julho de 2004, institui a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento, em modalidades olímpicas e paraolímpicas, garantindo a estes o recebimento de valores mensais estipulados em seu Anexo I⁸.

A Lei nº. 11438, de 29/12/2006, que ficou conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, regulamentada pelo Decreto 6.180, de 03/08/2007, permite a utilização de parte do imposto de renda como patrocínio ou doação em projetos esportivos, definindo também as categorias de manifestação esportiva em que esses recursos podem ser aplicados. Segundo Bueno (2008, p. 235)

a Lei, em seu Artigo 1º, permite que de 2007 a 2015, pessoas físicas e jurídicas possam descontar respectivamente até 6% e 1% do Imposto de Renda devido para a aplicação, na forma de patrocínio ou doação, em projetos esportivos. No Artigo 2º define as categorias de manifestação esportivas constitucionais para a aplicação dos recursos: I – desporto educacional; II – desporto de

⁸ Sobre isto, consultar www.senado.gov.br. Acessado em 27/08/09

participação; III – desporto de rendimento. O parágrafo 1º determina a prioridade para projetos que promovam a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social. O parágrafo 2º veda a remuneração a atletas profissionais (BRASIL, 2006B).

A Lei nº. 11.345, de 14 de setembro de 2006, também conhecida como Lei da Timemania, que foi regulamentada pelo Decreto 6.187, de 14 de agosto de 2007, visa gerar receitas para os times de futebol e também possibilitar que sanassem suas dívidas com a União. Segundo Bueno (2008, p.237), tal lei

objetiva injetar receita nos clubes de futebol que receberão 22% da arrecadação da loteria. No entanto, destinarão os valores para quitarem antigas dívidas acumuladas com a União: FGTS, INSS e Receita Federal [...]. Só depois de sanada a dívida é que os clubes passarão a receber recursos para investimentos.

Recursos do esporte

Com este item buscamos abordar brevemente sobre a disponibilidade de receitas da União e de empresas estatais para o esporte.

Do Orçamento

Os recursos que compõem o Orçamento Federal são apropriados através de tributação e de acordo com Veronez (2005, p.317-318) o “Orçamento Geral da União (OGU) é uma estimativa de receitas e despesas, cujos números se distribuem entre o orçamento fiscal, o da seguridade social e o do investimento das empresas estatais”. O OGU possui uma série de despesas⁹ especificadas de acordo com a legislação própria, o que assegura recursos para áreas importantes, mas que torna reduzido o espaço disponível no orçamento para optar por redefinição de prioridades, quanto à alocação de receitas.

Cerca de 90% das receitas da União já estão vinculadas a uma despesa obrigatória, o que faz com que a fração do orçamento sobre a qual o Executivo e o Legislativo podem deliberar seja muito pequena.

⁹ Entre outras, transferências constitucionais para estados e municípios, manutenção do ensino, seguridade social, receitas próprias de entidades etc.

Nas palavras de Veronez (2005, p.318), “aproximadamente apenas 10% do total”. O autor destaca que esses 10% ainda estão sujeitos às metas de superávit fiscal e as flutuações que possam atingir a economia, fatores que acabam por dificultar o aumento de recursos para o esporte em nosso país. Para aumentar esses recursos segundo Veronez (2005, p.318), seria preciso

criar outras fontes, ou seja, criar mais impostos ou realocar recursos de fontes de outras áreas. Há também a possibilidade de se criarem leis de incentivo como, por exemplo, as que permitem a isenção fiscal. Porém, tais leis acabam tendo o mesmo efeito da realocação de recursos de outras áreas, pois se trata de fundos que deixam de ser arrecadados pelo governo federal.

Com essa breve síntese fica evidenciado que não há muito espaço para aumentar os investimentos em esportes no orçamento federal.

Das Empresas Estatais

Uma outra fonte de financiamento para o esporte são as empresas estatais, que embora não seja o foco deste trabalho, merecem uma breve abordagem. Elas direcionam recursos para o esporte de alto rendimento através do patrocínio das principais modalidades olímpicas. De acordo com Bueno (2008, p.215-216), os patrocínios podem ser

diretos ao COB e CPB¹⁰, como é atualmente o caso das BR Petrobrás e o da Caixa Econômica Federal. Pode ser pontual como no caso dos patrocinadores estatais ao Pan Americano de 2007 no Rio de Janeiro (Caixa, BR, ECT, além do Governo Federal) ou pode ser de forma direta com as entidades de administração nacionais e regionais (confederações e federações) de cada modalidade esportiva.

Conforme Bueno (2008, p. 216), as seguintes empresas patrocinadoras atuam hoje: o Banco do Brasil no vôlei de quadra, vôlei de praia, futsal, iatismo e tênis (projeto Tênis Brasil); a Caixa Econômica Federal na Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), no Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), na Confederação Brasileira de Ginástica

¹⁰ CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro

(CBG) e na Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA); o Correio na natação, saltos ornamentais, maratona aquática, nado sincronizado, pólo aquático e no futsal; a Eletrobrás no basquete; a Infraero: na Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e a Petrobras no Handebol.

Os recursos alocados pelas empresas estatais no esporte de alto rendimento têm por objetivo popularizar tais empresas, utilizando o marketing esportivo, que acaba sendo uma forma de publicidade mais barata que as propagandas veiculadas na mídia. Segundo Bueno (2008, p. 216), os recursos aplicados por estas empresas

seguem os princípios do marketing esportivo, ou seja, recursos que seriam utilizados para a publicidade em outros canais midiáticos e que encontram no esporte um meio mais popular, efetivo e principalmente mais barato considerando o gasto versus o tempo de exposição, o impacto sobre a marca e instituição. Todavia, há discussão conceitual sobre se tais recursos, por terem origem em empresas estatais, não teriam também que seguir as determinações e prioridades do esporte dadas pela Constituição de 1988.

Feita essa breve anotação sobre os recursos da União, o próximo capítulo trataremos dos gastos do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007.

ANÁLISE DOS GASTOS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE NO ANO FISCAL DE 2007

Com este capítulo buscamos, através dos dados obtidos no site Portal da Transparência, identificar os gastos do Ministério do Esporte, no ano fiscal de 2007, agrupando-os por programas, para poder discutir a questão chave deste trabalho, ou seja, analisar se existe equivalência entre o financiamento do esporte de rendimento e do esporte de participação, o que denotará a importância dada pelo governo federal a cada uma destas manifestações em nosso país.

O esporte de rendimento é aquele praticado por atletas profissionais que tem por objetivo a busca de recordes, medalhas, enfim, buscam a superação e o sucesso na área que atuam, enquanto que o

esporte de participação é aquele praticado pela população em geral, como forma de socialização e lazer.

Os gastos do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007 totalizaram, segundo o Portal da Transparência, quatrocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos (R\$ 451.742.448,31). Desse montante, serão retirados para efeito deste trabalho os gastos que não envolvem os programas do Ministério do Esporte, ou seja, não serão considerados os gastos efetivados com apoio administrativo e despesas de Encargos Sociais (aposentadorias e reformas, obrigações patronais, pensões, sentenças judiciais etc.). A soma desses valores atinge aproximadamente 9,10%¹¹ do total dos gastos do Ministério do Esporte, restando o montante líquido de quatrocentos e dez milhões, seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos (R\$ 410.637.399,25), que foi o valor efetivamente gasto com o esporte no ano fiscal de 2007.

A tabela a seguir demonstra esse valor distribuído pelos programas de governo e dentro de cada um, o montante alocado por grupo de despesa.

¹¹ Deste percentual 6,04% refere-se a apoio administrativo e 3,06% a despesas de encargos sociais

TABELA 1 – Gastos do Ministério do Esporte – ano fiscal de 2007

	Rumo ao PAN	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Segundo Tempo	Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	Esporte e Lazer da Cidade	Brasil Escolarizado	Educação para a Diversidade e Cidadania
Equipamentos e Material Permanente	714.744,20							
Obras e Instalações	99.690.135,51							
Despesas de Exercícios Anteriores	6.980,82							
Diárias - Civil	702.383,34	119.367,18	5.842,95	64.300,22	13.253,74	31.833,43		
Indenizações e Restituições	49.032,69	62.777,87	5.035,00	216.721,95		195.173,39		
Material de Consumo	39.060,10	8.260,00		1.170,00				
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		12.142.002,50						
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física:	8.530,06	22.104,18	1.402,64	14.765,26	290,02	20.758,49		
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	288.783.511,75	2.775,44	5.600.255,93	405.061,07	401.851,58	25.115,00		
Passagens e Despesas com Locomoção	588.360,49	109.079,47	8.610,47	216.086,48	4.031,58	49.819,81	300.000,00	6.914,64
Total	390.582.738,96	12.466.366,64	5.621.146,99	918.104,98	419.426,92	322.700,12	300.000,00	6.914,64

Fonte: Portal da Transparência

Os valores distribuídos no quadro se observados na linha horizontal, representam o valor despendido por despesas em cada programa de governo. Quando analisado no sentido vertical, que é a mais importante para este trabalho, os valores representam o que foi gasto efetivamente por cada programa de governo.

Numa simples visualização da tabela anterior podemos vislumbrar as duas manifestações do esporte que queremos analisar, mas para tornar a identificação mais clara, os dados nela representados, serão divididos em três grupos:

1 – O primeiro grupo, será representado pelo *programa Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer* que tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, bem como a avaliação e controle dos programas na área do esporte e, por esse motivo, está ligado tanto ao esporte de alto rendimento quanto ao esporte de participação, não podendo ser somado a nenhum deles.

2 – O segundo grupo, *do esporte de rendimento*, será constituído pela soma dos programas Rumo ao Pan e Brasil no Esporte de Alto Rendimento, pois ambos têm como foco o esporte de rendimento.

3 – O terceiro e último grupo, *do esporte de participação*, será representado pela soma dos programas que envolvem a socialização do esporte e do lazer, que são: Segundo Tempo, Inserção Social pela Produção de Material Esportivo (representa o Pintando a Liberdade), Esporte e Lazer da Cidade, Brasil Escolarizado e Educação para a Diversidade e Cidadania.

TABELA 2 – Demonstrativo da divisão dos programas

Grupos	Programas	Gastos
1 – Gestão	Gestão das Políticas de Esporte e Lazer	5.621.146,99
	Total	5.621.146,99
2 - Esporte de Rendimento	Rumo ao Pan	390.582.738,96
	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	12.466.366,64
	Total	403.049.105,60
3 - Esporte de Participação	Segundo Tempo	918.104,98
	Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	419.426,92
	Esporte e Lazer da Cidade	322.700,12
	Brasil Escolarizado	300.000,00
	Educação para a Diversidade e Cidadania	6.914,64
	Total	1.967.146,66

Não existem dados no site Portal da Transparência que identifiquem que valor do programa Gestão das Políticas de Esporte e Lazer foi gasto com esporte de rendimento ou de participação. Este programa atua nas duas manifestações do esporte, mas não é correto simplesmente alocar metade do valor para cada uma delas e nem tampouco dividi-lo proporcionalmente, pois nada indica que tenha ocorrido desta maneira. Desta forma, este valor, embora tenha sido gasto com esporte, não será contabilizado para fins deste trabalho, como esporte de rendimento ou de participação.

A partir dos valores totais do esporte de rendimento e de participação obtidos na tabela 2, podemos obter o percentual do investimento do Ministério do Esporte em cada um deles.

TABELA 3 – Demonstrativo do gasto percentual

Investimentos em:	Total	%
Esporte de rendimento	403.049.105,60	99,51%
Esporte de participação	1.967.146,66	0,49%

Há de se considerar o expressivo gasto do Ministério do Esporte com os jogos Pan-Americanos de 2007, que repercutiram a favor do esporte de rendimento não somente nesse ano, mas desde a candidatura do Brasil a sua realização e com reflexos de saldo a pagar posteriores ao ano de 2007. Não é o objetivo deste trabalho identificar os gastos com os Jogos Pan-Americanos, pois para isso seria preciso coletar dados de todos os ministérios envolvidos¹² desde a candidatura até no mínimo o ano de 2008.

Se por ventura, considerarmos a enorme quantia gasta com o programa Rumo ao Pan, em 2007, que totalizou trezentos e noventa milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos (390.582.738,96), como um gasto eventual e retirá-la do cálculo chegaremos a seguinte situação, representada pela tabela abaixo:

TABELA 4 – Demonstrativo do gasto percentual com a retirada dos gastos com o programa Rumo ao Pan

Investimentos em:	Total	%
Esporte de rendimento	12.466.366,64	86,37%
Esporte de participação	1.967.146,66	13,63%

Nesse caso a diferença seria menor, mas ainda assim seria mantida.

É claro que ao não considerarmos o Pan, que refletiu a favor do esporte de rendimento durante vários exercícios fiscais, também não poderemos adiante considerar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, cujos gastos já começaram a acontecer e se prolongarão por quase uma década, pois o valor despendido com estes dois grandes eventos esportivos também refletirá em favor do esporte de

¹² Segundo o site do Ministério do Esporte envolveram-se na realização dos Jogos Pan-Americanos dezesseis ministérios.

alto rendimento. E assim, estaremos concordando com a perpetuação de uma maior distribuição de verbas públicas para o esporte de rendimento em desfavor do esporte de participação.

CONCLUSÃO

Durante a elaboração desse trabalho ficou evidente a apropriação dos princípios do capitalismo pelo esporte moderno que acaba por afastá-lo da área de lazer e tempo livre, colocando-o dentro do mundo do trabalho e da lógica da mercantilização. É inegável a massificação do esporte no mundo em que vivemos, o que não implica necessariamente na sua democratização. Em nosso país, a última Constituição reconhece o esporte como um direito social, mas, ainda assim, o que se verifica é que a maior parte da nossa população não tem condições financeiras para subsidiar a prática do esporte e do lazer, devendo essa demanda social ser atendida pelo Estado, através de suas políticas públicas, proporcionando, desta forma, a democratização do esporte.

Essas políticas públicas sociais podem ser implementadas por qualquer uma das esferas de governo, ou seja, União, Estados e municípios, mas a realidade financeira da maioria dos Estados e municípios os torna dependentes do financiamento por parte do governo federal. Tal dependência faz com que a grande maioria das políticas públicas sociais no país seja coordenada pela União.

As referidas políticas públicas são desenvolvidas por meio de programas e visam garantir direitos sociais como: educação, saúde, moradia, emprego, segurança, alimentação, lazer e esporte, entre outros. No caso das políticas públicas de esporte, estes programas têm, ou deveriam ter, o objetivo de proporcionar ao cidadão de forma equânime e justa o direito à prática esportiva. Historicamente, as políticas públicas de esporte começaram na República Velha, com a aprovação de regulamentos e decretos versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e curso. Mas, segundo o estudo de Veronez (2005), foi durante o Estado Novo que começou o controle e a intervenção do Estado no setor esportivo, que perdurou por aproximadamente 50 anos, período no qual o esporte de rendimento era a prioridade do Estado. A Constituição de 1988 trouxe a esperança de construir uma nova cidadania esportiva no país, fato que não se concretizou, pois o esporte de rendimento continuou recebendo a maior

parte dos recursos públicos, em detrimento de outras manifestações esportivas.

Esta realidade pode ser verificada a partir da constatação de que, embora várias leis tenham sido criadas para financiar o esporte, esse financiamento sempre teve seus recursos, quando não totalmente, em sua maioria, destinados ao esporte de rendimento. As empresas estatais também direcionam recursos para o esporte de alto rendimento através do patrocínio das principais modalidades olímpicas. Porém, o Orçamento Federal, que tem seus recursos apropriados através de tributação é a fonte que define quanto será destinado as políticas públicas de esporte. De acordo com a legislação atual, aproximadamente 90% das receitas já estão vinculadas a uma despesa obrigatória, sendo que o restante ainda está sujeito às metas de superávit fiscal e as flutuações que possam atingir a economia, fatores que acabam por dificultar o aumento de recursos para o esporte em nosso país.

Dentro do que foi disponibilizado pelo Orçamento Federal e efetivamente gasto pelo Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007 com esse trabalho buscando fazer um estudo com o objetivo de analisar que valores foram destinados ao esporte de rendimento e ao esporte de participação.

Essa análise foi feita tomando como base os valores lançados no site Portal da Transparência, sendo que os dados foram coletados com a finalidade de responder a questão que originou este trabalho: Como foi feita a distribuição orçamentária do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007?

No caso de considerarmos os gastos com o Pan-Americano como esporte de rendimento, que é o que faz mais sentido, pois não poderia ser considerado como esporte de participação, já que envolve gastos com uma competição de atletas de elite, ao esporte de rendimento, coube 99,51 % dos recursos do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007, no montante de quatrocentos e três milhões, quarenta e nove mil, cento e cinco reais e sessenta centavos (R\$ 403.049.105,60). Se, por outro lado, deixarmos os gastos com o Pan-Americano de fora, esse percentual cai um pouco, mas não muito, perfazendo um total de 86,37% dos recursos do Ministério do Esporte no ano fiscal de 2007, no montante de doze milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos (R\$ 12.466.366,64). O montante dos recursos do Ministério do Esporte que coube ao esporte de participação

no ano fiscal de 2007 foi de um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos (R\$ 1.967.146,66), o que representa, na melhor das hipóteses, ou seja, de não considerarmos os gastos com o Pan, 13,63% do total dos recursos disponibilizados para o esporte em 2007. No caso de considerarmos os gastos com o Pan esse percentual cai para 0,49%. Em qualquer dos casos a diferença é enorme e denota que o esporte de rendimento tem sido a prioridade do governo federal ao longo da história do nosso país, e que esta primazia continua presente ainda hoje, e que independente da Constituição de 1988, ter tido a intencionalidade de garantir o esporte como um direito social, ao esporte de participação é destinado apenas uma pequena parcela dos recursos reservados ao financiamento do esporte.

Outra constatação que emergiu desta pesquisa está relacionada à pretensa clareza e democratização ao acesso de uma ferramenta com o Portal da Transparência, cujo objetivo é aumentar a nitidez da gestão pública e o combate à corrupção no Brasil, que pode até ser sustentado pelo discurso de tornar os gastos públicos claros e acessíveis ao controle social. No entanto, constatamos que este mecanismo de socialização dos investimentos públicos não é tão acessível, pois não acredito que o cidadão comum, sem os conhecimentos básicos sobre economia, contabilidade ou financiamento de políticas públicas, apenas por curiosidade ou no exercício de seu direito de fiscalizar os gastos, tenha condições de realizar tal análise, bem como teria disponibilidade e disposição para garimpar dados por três meses, numa média de quatro horas por dia, para, minimamente, ter condições de entender os dados ali relatados.

Finalmente, é preciso deixar claro que no começo deste trabalho já havia uma suspeita de que o esporte de rendimento havia sido beneficiado no ano fiscal de 2007, devido a realização dos jogos Pan-Americanos, mas a diferença encontrada, inclusive com a retirada dos gastos de tais jogos superou qualquer expectativa. Os valores encontrados evidenciaram a importância dada pelo governo federal ao esporte de rendimento e ao de participação, que foi a questão que impulsionou esse estudo. Ou seja, para o governo federal, no cenário esportivo do nosso país, o esporte de rendimento é o protagonista e o de participação apenas um figurante.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Antônio Barros. **O Estado e a Formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil**. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, art. 1, jan./jun. 2007.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v.18, n. 2, abril/junho, 2004.

_____. **Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais**. Rio de Janeiro, Dados, v. 45, n. 3, 2002.

_____. **Relações federativas nas políticas sociais**. Campinas, Educação e Sociedade, v. 23, n. 80, setembro, 2002.

ASSIS, Sávio. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRACHT, Valter & ALMEIDA, Felipe Quintão de. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 7-210, mai/2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 20/07/09.

_____. **Decreto-Lei nº. 3.199**, de 14 de abril de 1941. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto-Lei nº. 594**, de 27 de maio de 1969. Brasília, 1969. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto nº. 66.118**, de 26 de janeiro de 1970. Brasília, 1970. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto nº. 68702**, de 03 de junho de 1971. Brasília, 1971. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto nº. 68.703**, de 03 de junho de 1971. Brasília, 1971. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 6.251**, de 08 de outubro de 1975. Brasília, 1975. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto nº. 80.228**, de 25 de agosto de 1977. Brasília, 1977. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 7.752**, de 14 de abril de 1989. Brasília, 1989. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 8.672**, de 6 de julho de 1993. Brasília, 1993. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 9.615**, de 24 de março de 1998. Brasília, 1998. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 9981**, de 14 de julho de 2000. Brasília, 2000. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 10.264**, de 16 de julho de 2001. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei 10.891**, de 9 de julho de 2004. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 11.345**, de 14 de setembro de 2006. Brasília 2006. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 11.438**, de 29 de dezembro de 2006. Brasília 2006. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Lei nº. 11.451**, de 07 de fevereiro de 2007. Brasília 2007. disponível em <http://www.legislação.planalto.gov.br>

_____. **Decreto nº 6.180**, de 03 de agosto de 2007. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

_____. **Decreto 6.187**, de 14 de agosto de 2007. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 27/08/09.

BROHN, Jean-Marie. **Sociologie politique du Sport**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1976.

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

Controladoria Geral da União – Portal da Transparência disponível em www.portaltransparência.gov.br

FERRREIRA, A., GOELLNER, S. e BRACHT, V. (Org.) **As Ciências do Esporte no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2002.

FERREIRA, Eliana Lucia. **Políticas Públicas, Esporte, Lazer e Deficiência no Brasil**. Juiz de Fora: Volume D, mar. 2009.

GEBARA, Ademir, **Esporte história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GONÇALVES, J. C. S., COSTA, C. E. S. e RODRIGUES, M. S. **A Mercantilização do futebol brasileiro**. Guarapari: EX Libris, 2008

GOVERNO FEDERAL disponível em www.planobrasil.gov.br

HECKTHEUER, L. F. A., CRUZ, M. L. M., SILVA, M. R. S., VALÉRIO, M. P., e SILVEIRA, T.T. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Salisgraf, 2009.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o Ócio e o Negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Campinas: UNICAMP, 2005.

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível: <http://www.esporte.gov.br>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Disponível em www.planejamento.gov.br

PRONI, Marcelo Weishaupt, **Esporte história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SENADO FEDERAL disponível em www.senado.gov.br .

STIGGER, Marco Paulo. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

THOMAS, R., HAUMONT, A. e LEVET, J. L. **Sociologia del Deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1987.

VENTURA. Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. In: **Revista Pedagogia Médica**. Rio de Janeiro: SOCERJ, 20(5), setembro/outubro, 2007, p. 383-386.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado Joga a Favor do Privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. UNICAMP, Campinas, 2005.

AUTORES

Clebe Onor de Barros Neves – Graduação em Ciências Contábeis pela FURG; Graduado no curso de Licenciatura em Educação Física – FURG. E-mail: clebeneves@bol.com.br.

Diego Pinto Santos – Graduado no curso de Licenciatura em Educação Física-FURG. Participante do OCUCO: Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal. E-mail: dpscarao@hotmail.com.

Erminia Silva – Doutora em História Social pela Unicamp; Professora de História do Circo do Cefac – Centro de Formação Profissional em Artes Circenses (São Paulo) e na Escola Nacional de Circo (Rio de Janeiro); coordenadora do Grupo de Estudos das Artes Circenses (CIRCUS) da FEF-Unicamp; uma das organizadoras e coordenadoras do site www.pindoramacircus.com.br. E-mail: mina.silva@uol.com.br.

Fernanda Wanzeller Neves – Graduada no curso de Licenciatura em Educação Física/FURG. Participante do OCUCO: Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal. Bolsista da Rede Cedes. E-mail: wanzeller@vetorial.net.

José Francisco Baroni Silveira - Prof. Msc. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFRS, doutorando do PPG Educação e Ciências: química da vida e saúde - FURG.; pesquisador da Rede Cedes-FURG. E-mail: ibaroni@terra.com.br.

Luiz Felipe Alcântara Hecktheuer - Docente do Instituto de Educação – FURG, doutorando do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências – FURG, membro do Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL-RG. Pesquisador da Rede CEDES (FURG). E-mail: felipao.rg@hotmail.com.

Méri Rosane Santos da Silva - Dra. Em Ciências do Movimento Humano. Docente do Instituto de Educação – FURG, Professora dos Programas de Pós Graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências: química da vida e saúde; Coordenadora do Grupo de Estudos Sexualidade e Escola (GESE) e do Observatório de Políticas Públicas da Cultura Corporal (OCUCO). Pesquisadora do Núcleo da Rede Cedes da FURG. E-mail: meri.rosane@hotmail.com.

Rose Méri Santos da Silva – Doutoranda do PPG Educação e Ciências: química da vida e saúde pela FURG. Prof^a Msc de Educação Física de Ensino Médio, Técnico e Tecnológico do IFSulriogradense Pelotas- Campus Visconde da Graça – CAVG. E-mail: roseufpel@yahoo.com.br.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG

Campus Carreiros – 96203-900 – Rio Grande/RS

www.vetorialnet.com.br/~editfurg/

editfurg@mikrus.com.br